

ROSANA HELENA NUNES

CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE POLÍTICA

DISCURSOS DE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Doutorado em Língua Portuguesa

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

SÃO PAULO – 2006

ROSANA HELENA NUNES

CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE POLÍTICA
DISCURSOS DE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Doutorado em Língua Portuguesa

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Língua Portuguesa, sob a orientação da Professora Doutora Maria Thereza de Queiroz Guimarães Strôngoli.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
SÃO PAULO – 2006

Banca Examinadora

Tese defendida e aprovada em:

___/___/___

A meus pais e irmão,
pela experiência de vida e alegria de viver.

Ao Leandro,
pela experiência do amor e carinho no conviver.

*MUITO MAIS TEU PAI E TUA MÃE
SÃO OS QUE TE FIZERAM EM ESPÍRITO
E ESSES FORAM SEM NÚMERO.*

Maria Thereza de Queiroz Guimarães Strôngoli,
orientadora dedicada, amiga sensível e inteligente.

Luiz Antônio Ferreira
Ana Rosa Ferreira Dias
Jarbas Vargas do Nascimento
Dina Maria Martins Ferreira
Elza Kioko Nenoki Murata
professores doutores que compartilharam
conhecimento e valores.

Maria Paula Turim e Maria Virgília Guariglia,
professoras e amigas sinceras que sempre dividiram
as experiências de seu saber.

Anésio Aparecido Lima
amigo e advogado cuja contribuição
foi muito importante.

Júlio Francisco de Oliveira e
Olga Lopes Esquerdo (*in memoriam*)
cujas preces e apoio sempre me acompanharam.

CAPES
pela oportunidade da bolsa de estudos.

*DIZE: O VENTO DO MEU ESPÍRITO
SOPROU SOBRE A VIDA.
E TUDO QUE ERA EFÊMERO SE DESFEZ.
CECÍLIA MEIRELES*

RESUMO

A pesquisa desenvolveu-se no campo da análise do discurso e examinou os processos da construção da identidade do homem político em dois discursos de Luiz Inácio Lula da Silva: na presidência do recém fundado Partido dos Trabalhadores, em 1981, e na presidência do Brasil, em 2003.

Os procedimentos metodológicos que nortearam a análise foram fornecidos, principalmente, pela semiótica discursiva de Algirdas Julien Greimas (1979) e seus discípulos, sobretudo, por Eric Landowski (1989 e 1997), que postula que a identidade do sujeito se forma pela intermediação de um Outro, assim como por Bernard Lamizet (1992), que define política como atividade de mediação.

Nessa perspectiva, a análise focalizou os processos de construção, assimilação e transformação identitária do político Lula, tendo como referência a noção de trabalho, pois este é o principal mote em todo o seu percurso político.

A análise apontou, nos discursos, a constante promessa de renovação segundo a noção de bricolagem (no sentido antropológico de Claude Lévi-Strauss) e reconheceu que os partidos, cuja ideologia se contrapõe à do PT, mediaram sua transformação identitária. Assim, no discurso de sindicalista, a função trabalho é vista como um instrumento de poder controlador, fundamentando a luta contra a classe dominante e criando a polaridade disfórica, empregado (explorado) vs. empregador (explorador); no discurso presidencial, desfez-se a disforia, o trabalho perde o sentido de controle para receber o de impulso para o progresso, motivando o sujeito presidente tornar-se "não-dessemelhante" da classe operária e semelhante à classe dominante, caracterizando o processo de assimilação desta.

ABSTRACT

This study is developed in the field of discourse analysis and examines the processes of building the identity of 'political man' in two speeches made by Luiz Inácio Lula da Silva: one as president of the recently founded Workers Party in 1981, and the other as president of Brazil in 2003.

The methodological procedures informing the analysis are mainly derived from the discursive semiotics of Algirdas Julien Greimas (1979) and his disciples, in particular Bernard Lamizet (1992) and Eric Landowski (1989 and 1997), who poses the subject's identity as formed through intermediation of the Other.

From this perspective, the analysis focuses on the processes of building, assimilating and transforming the identity of Lula as politician, with the point of reference being the notion of labor - since the latter is the main theme throughout his political career.

Analysis of the two speeches points to the constant promise of renewal in accordance with the notion of *bricolage* (in the Claude Lévi-Straussian sense) and it is recognized that the parties opposing the PT in ideological terms mediated his transformation in terms of identity. In his trade-unionist speech, labor is seen as an instrument of controlling power, as fundamental for the struggle against the ruling class and creating the dysphoric opposition between employee (exploited) and employer (exploiter). In his speech as president, dysphoria is disassembled; labor loses the sense of control to be given that of driver for progress, causing the subject-president to become "dissimilar" to the working class and similar to the ruling class, thus characterizing the process of the former's assimilation.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 01 |
| CAPÍTULO I..... | 08 |
| IDENTIDADES, CAMINHOS E MITOS | |
| Identities..... | 09 |
| Caminhos..... | 12 |
| Mitos..... | 21 |
| CAPÍTULO II | |
| O OLHAR DO PETISTA..... | 24 |
| CAPÍTULO III | |
| O OLHAR DO PRESIDENTE..... | 62 |
| CAPÍTULO IV | |
| DA CONTEXTUALIZAÇÃO PARA AS REFLEXÕES..... | 87 |
| O trajeto do político..... | 88 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 93 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 97 |
| ANEXO I | |
| TEXTO INTEGRAL DO DISCURSO DE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA | |
| Primeira convenção nacional do Partido dos Trabalhadores | |
| ANEXO II | |
| Texto integral do discurso de posse de Luiz Inácio Lula da Silva | |

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Assinatura: _____ Local e Data: _____

INTRODUÇÃO

A sociedade em transformação alarga-se para integrar o ser em transformação. Nada pode permanecer estável nesse processo. É por isso que a significação, elemento abstrato igual a si mesmo, é absorvida pelo tema e dilacerada por suas contradições vivas, para retornar enfim sob a forma de uma nova significação com uma instabilidade e uma identidade igualmente provisórias.

Mikhail Bakhtin (1929)

Assimilam-se, no processo de construção da identidade, performances diferenciadas, diversos modos de ser, de fazer e de dizer ou a própria gestão do sentimento de presença *in vivo*, já que a transformação de todo indivíduo se repete continuamente em cada espaço e tempo vivido. Mas, no engendramento de sentidos e mudanças, os discursos marcam as renovadas formas de o indivíduo parecer e ser verdadeiro para si e para *outrem*, porquanto a linguagem é a garantia da integração no grupo social.

Entre esses discursos, destaca-se o político: nele se reconhece facilmente o sujeito que sente a necessidade da mudança, da(re)novação constante, da própria (re)construção identitária. Na busca de realizações, o político intensifica atividades e vive performances, exercendo práticas sociais e apelando sem cessar para a dimensão da comunicação midiática. Assim, Bernard Lamizet (1992:228)¹, ao refletir sobre a práxis política, afirma:

Pensar em termos semióticos o problema das identidades políticas implica começar por se lembrar o que é uma identidade política. Essa identidade é, pois, fundamentalmente, uma *mediação*: uma articulação entre a dimensão singular do sujeito e sua dimensão coletiva, a qual se expressa, por sua vez, na dimensão real de suas práticas; na dimensão simbólica de suas representações e na dimensão imaginária, de suas utopias, de seus fantasmas ou crenças².

O político procura, pois, construir sua identidade, a partir do *ethos* de pessoa amável, interessada em conciliar os direitos dos cidadãos

¹ Para facilitar o reconhecimento, citam-se os autores pela primeira vez com seu nome completo, nas seguintes, somente com o sobrenome. Do mesmo modo, para situar a obra historicamente, transcrevem-se as datas da obra original. Havendo citação, conserva-se essa data, mas coloca-se o número da página da obra consultada, cuja data consta no final da referência bibliográfica desse autor.

² Cf. texto original: Penser en termes sémiotiques le problème des identités politiques impose de commencer par rappeler ce qu'est une identité politique. L'identité politique est, donc, fondamentalement, une *médiation* : une articulation entre la dimension singulière du sujet et sa dimension collective, qui s'exprime à la fois dans la dimension réelle de ses pratiques, dans la dimension symbolique de ses représentations et dans la dimension imaginaire de ses utopies, de ses fantasmes ou de ses croyances.

com os deveres do Estado e, sobretudo, estabelecer empatia com o enunciatário.

Do ponto de vista aristotélico, o *ethos* (Chaïm Perelman & Olbrechts-Tyteca, Lucie, passim, 1958) constitui a mais importante das três provas engendradas pelo discurso – *logos*, *ethos* e *pathos*, sendo que o *ethos* compreende o *logos* e o *pathos*. O *logos* está ligado à competência do orador, ao plano do inteligível, o *pathos*, ao sensível.

Aristóteles enumera três qualidades que inspiram confiança no orador: 1 *phrónesis*, ar ponderado, ou seja, o orador exprime opiniões competentes e razoáveis; 2 *areté*, apresentar-se como um homem simples e sincero denota a virtude, tomada no seu sentido primeiro de qualidades distintivas do homem (latim *vir*, *viri*), como a coragem, a justiça, a sinceridade; 3 *eúnoia*, que quer dizer benevolência e solidariedade, passar uma imagem agradável de si, como mostrar simpatia pelo auditório.

A *phrónesis* (que faz parte do *logos*) e a *areté* (“virtude” do *ethos*) exprimem as disposições positivas; enquanto a *eúnoia* pertence ao *pathos*, um afeto que mostra ao ouvinte que o orador é bem-intencionado para com ele.

Eric Landowski (1997:3), ao tratar do discurso político, desenvolve mais o conceito de identidade, compreendida como uma grandeza *sui generis*, formada a partir do Outro, um sentimento construído pela intermediação de uma alteridade. Julga esse autor (ibid.: 188), assim como Lamizet, que, do ponto de vista da semiótica, a popularidade do político implica crença e condições nas quais ele pode organizar seu universo de sentido; a falta de organização origina crise. O que importa é reconhecer a teatralidade inerente ao jogo do poder, mas sem reduzir este àquela. A popularidade é conquistada, pois, pelo *pathos* e não pelo *logos*.

A pesquisa norteia-se por essas duas concepções. Utiliza o termo³ *ethos* para designar a performance assumida pelo enunciador a fim de criar empatia com o outro e conquistar a adesão deste para seus pontos de vista. Seguindo Lamizet, emprega o termo identidade quando indica a articulação da dimensão singular do sujeito com sua dimensão coletiva, pontuando a real, a simbólica e a imaginária. Assim, *ethos* é da ordem do performativo; identidade, do cognitivo.

Desse ponto de vista, o político é, sobretudo, a figura ou o ator que busca firmar seu *ethos*, criando uma cena (o espetáculo é o próprio fundamento da política) e, ao mesmo tempo, firmar sua identidade de político bem sucedido. Por essa razão, Landowski (ibid: 188) afirma:

À lógica da representação contratual que supostamente liga eleitores e eleitos uns aos outros, ela superpõe figurativamente a estética de um jogo teatral cotidiano em que cada "representante" se afirma e, em última instância, constitui-se como tal, dando a ver teatralmente ao público que ele o representa. A política, nesse sentido, é representação (dramática) de uma representação (jurídica).

A teatralização, constituindo a natureza do político, mostra-se como uma das melhores práticas para sua transformação, um veículo para sua linguagem e seus modos de presença ou de ausência. Manifesta o viver e o sobreviver do chefe de Estado e explica porque o povo passa da veneração a um ator, em determinado tempo ou espaço social, à sua rejeição, esquecendo o estado de graça em que o colocou, descobrindo seu desgaste emocional e, passionalmente, substituindo ardor pela indiferença (ibid et passim: 186-7).

Como ocorre, manifesta-se e presentifica-se a mudança, a passagem de um estado a outro?

É a atividade própria de construir-se em relação a outrem que dá razão à existência do sujeito, pois este se reconhece sempre como um *ser-em-devir*, simulacro de si mesmo. Para a semiótica, simulacro é

³ Emprega-se "termo" com a definição que lhe dá a semiótica: "é a denominação (a etiqueta) de um ponto de intersecção de relações (ou de um cruzamento no interior de uma rede relacional), denominação que se efetua pelo procedimento da lexicalização". "Lexema", por sua vez, "apresenta-se antes como o produto da história ou do uso". In Greimas & Courtés (1979: respectivamente: 459 e 253).

"quase-sinônimo de modelo" (Algirdas Julien Greimas & Joseph Courtés, 1979: 206), modo de se (re)construir o sentido, para melhor descrevê-lo. Simulacro é, em princípio, construção: criam-se simulacros para "dar conta das condições e das precondições da manifestação do sentido e, de certa maneira, do seu 'ser'." (Greimas & Jacques Fontanille, 1991: 12). Norma Discini (2003: 80) complementa: "Simulacro é, pois, da ordem do fazer crer, que perpassa enunciado e enunciação, sendo o sujeito da enunciação, enunciador e enunciatário, também simulacros". O político, mais que os outros indivíduos, é o que mais transforma sua linguagem, cria simulacros, transforma modos de presença ou de ausência, de viver e sobreviver.

Na busca de uma temática que comportasse respostas para tais questões, a pesquisa examinou discursos significativos que pudessem revelar o processo ou a teatralidade da construção e modificação da identidade política do ator Luiz Inácio Lula da Silva. O **corpus** da pesquisa compõe-se, pois, de dois de seus discursos: como presidente do PT, durante a 1ª Convenção Nacional do Partido dos Trabalhadores, em 1981, como presidente do País, em 1º de janeiro de 2003.

O primeiro exame do *corpus* e do percurso político de Lula evidenciou a importância do lexema trabalho na construção de sua identidade, motivando a **questão**: os efeitos de sentido criados por esse lexema variam de um discurso a outro e possibilitam pontuar mudanças de identidade política?

Tal questão apontou a **hipótese**: a política não é somente "mediação", como quer Lamizet, nem apenas "representação (dramática) de uma representação (jurídica)", como afirma Landowski. Ela pode ser também dramatização das aspirações de determinado segmento cultural, que se move menos pela paixão de um querer-fazer governo e mais pela paixão de querer-ser governante.

Para desenvolver tal hipótese, estabeleceram-se os **objetivos**:

1. examinar os procedimentos semiolinguísticos recorrentes nos dois discursos e como estes revelam o *ethos* e aspectos da identidade do enunciador;
2. observar como as particularidades desse *ethos* e identidade se manifestam em sua interação com o tema trabalho;
3. analisar os valores e as conotações axiológicas e míticas pontuados na interação.

Embora sejam citados diferentes autores para complementar e justificar algumas afirmações, os **procedimentos metodológicos** que regem a análise centram-se na semiótica discursiva de Algirdas Julien Greimas (1979) e seus discípulos, privilegiando a semiótica política de Landowski (1989 e 1997).

A extensão do *corpus* exigiu **delimitações** no processo analítico, pois estando a atuação pessoal e política de Lula centrada no tema trabalho, julgou-se pertinente destacar os fragmentos em que surge esse tema. Assim, os dois discursos são separados em parágrafos de acordo com a progressão referencial dos fragmentos sobre o tema trabalho, ou seja, estudam-se por partes os subtemas que compõem o tema maior.

Assim, o estudo organiza-se em:

- Introdução: escolha do tema, *corpus*, hipótese, objetivos e procedimentos metodológicos que norteiam a pesquisa;
- Capítulo I: noção de identidade, dados biográficos de Lula que possam pontuar essa identidade, contexto que envolveu sua interação com o sindicalismo, criação do Partido dos Trabalhadores e figuras míticas que têm relação com a imagem e conceito de trabalho.
- Capítulo II: análise do discurso como presidente do Partido dos Trabalhadores, focalizando o tema trabalho.

- Capítulo III: análise do discurso de posse como presidente do Brasil, centrando-se também no tema trabalho.
- Capítulo IV: interação dos dados das duas análises no trajeto político de Lula, a fim de examinar, por meio do quadrado semântico, o sentido de trabalho na (re)construção de sua identidade.
- Considerações finais: retomada dos objetivos e descrição das perspectivas reveladas na análise.
- Referências bibliográficas: dados sobre os escritores e obras utilizadas na análise.
- Anexo I: texto integral do discurso da Primeira Convenção do Partido dos Trabalhadores.
- Anexo II: texto integral do discurso de posse de Luiz Inácio Lula da Silva como Presidente do Brasil.

CAPÍTULO I

IDENTIDADES, CAMINHOS E MITOS

Há somente uma história que importa, a história daquilo em que você uma vez acreditou e a história de como você veio a acreditar.

Kay Boyle (apud Marilyn Ferguson, 1980)

O termo identidade está, em sentido geral, lexicalizado como o "conjunto de características e circunstâncias que distinguem uma pessoa ou uma coisa e graças às quais é possível individualizá-la" (Houaiss, 2001). As circunstâncias da sociedade atual têm apresentado características tais que motivaram Dina Martins Ferreira (2006: 19-20), a descrever o presidente Lula como um sujeito pós-moderno e, citando Hall (2000), explicitar:

(...) a identidade pós-moderna é aquela em que o sujeito está se tornando fragmentado, composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas.

Tal fato ocorre, explica Ferreira, porque o sujeito é pressionado a se submeter às diferentes exigências do espaço e do tempo em que vive, às transformações a que está exposto e, sobretudo, ao confronto com a diversidade da *diferença*. Assim, define três tipos de configuração identitária na formação do ator político Lula: *sujeito indivíduo*, formado na época do sindicalismo, *sujeito social*, constituído durante a construção do Partido dos Trabalhadores, e *sujeito político-cultural*, vivido para se tornar Presidente da nação.

Segundo Landowski (1997: 3-4), a diferença é o princípio que preside, na semiótica, a relação dos termos tanto no projeto de construção de uma teoria geral da significação quanto no método de análise dos discursos e das práticas significantes. É, portanto, o reconhecimento da diferença, qualquer que seja sua ordem, que possibilita construir certos valores, de ordem existencial, tímica e estética. Assim, o que dá forma à própria identidade não é só a maneira como o sujeito se define (ou tenta se definir) em relação à imagem que outrem lhe envia de si, mas também como a alteridade do Outro atribui um conteúdo específico à diferença que separa o sujeito desse Outro.

Nesse caso, o que garante a construção da identidade é compreendê-la como a intermediação de uma alteridade a ser construída.

Ferreira (ibid.: 21) considera que a identidade representa um construto situado em circunstâncias sócio-históricas particulares e, se a linguagem é o meio pelo qual o sujeito pode se identificar, é a partir dela que se dá o jogo identitário entre o sujeito e o mundo.

Nessa perspectiva, Luiz Inácio Lula da Silva é um sujeito pós-moderno, uma vez que a transformação e a construção de sua identidade ocorrem em tempos e espaços determinados: no passado, é o cidadão Lula (ex-operário e sujeito excluído de determinados espaços do saber e do poder); no presente, é o presidente, incluído, agora, na mais alta posição de poder no país. Nesse jogo semântico-axiológico do passado/exclusão vs. presente/inclusão, particularidades e níveis de alteridade marcam, cultural e socialmente, sua longa trajetória política. Comenta Ferreira (ibid: 22):

O que nos importa nessa discussão é que o indivíduo se manifesta no social, indicando que o individual não se fronteira como o social mas que, pelo contrário, essas duas dimensões se mesclam para que ambas possam existir.

Lula, complementa a autora, é um sujeito complexo: constitui-se no discurso, convivendo com aquele que vive fora desse discurso. Desse modo, mostra-se um sujeito discursivo, criado na/pela linguagem de operário sindicalista, e um sujeito social, construído segundo as imagens de si que recebe do Outro. O que importa é o fato de o sujeito construir-se a partir da alteridade e do contexto, pois explica a autora (ibid.: 26):

Junto à questão do Outro e da História em que se insere, a identidade é um processo político, político não só porque está na esfera de movimentos partidaristas, mas político porque se estabelece pelo poder. (...) Identidade, então, não marca seres do mundo, mas constrói sujeitos e suas respectivas identidades.

Desse modo, a autora reconhece, no terceiro sujeito que analisa, o Lula político-social, uma *identidade nacional*, construída pelo tempo e espaço de sua carreira política vivida em determinado momento

histórico, identidade confirmada no momento de sua posse como presidente do país.

A assimilação de nova identidade é comentada por Landowski (1997: 13):

(...) o sujeito coletivo ocupa a posição do grupo de referência – instância semiótica e evidentemente difusa e anônima – e fixa o inventário dos traços diferenciais que, de preferência, a outros possíveis, servirão para construir, diversificar e estabilizar o sistema das “figuras do Outro” que estará, temporária ou duradouramente, em vigor no espaço sociocultural considerado. Para isso, a simples vida “em comum” dos grupos sociais, com as desigualdades, em primeiro lugar, de ordem econômica, com as segregações de fato que ela gera, e com todas as outras disparidades latentes que ela torna manifestas, fornece uma infinita variedade de traços diferenciais imediatamente exploráveis para significar figurativamente a diferença posicional que separa logicamente o Um de seu Outro.

A linguagem possibilita a transformação do sujeito, a construção de identidades. Em espaços e tempos determinados, o sujeito se constrói em face do Outro, a partir da diferença e, ao mesmo tempo, de sua assimilação. Cada sujeito procura adaptar-se às condições de um dado momento histórico e isso determina a mudança do *Eu* que busca tornar-se um *Nós*. É o próprio *Eu* que, por assim dizer, está sempre em devir, é um ser em devir. Landowski (ibid: 14) complementa:

(...) a dimensão semiótica da produção da alteridade existe na medida em que há entre “Nós” e o “Outro” fronteiras naturais, havendo apenas demarcações que construímos, que bricolamos a partir das articulações perceptíveis do mundo natural.

Viver o próprio devir é, de certo modo, colocar-se em condição de desfrutar o tempo presente (presentificação de si mesmo), é querer a mudança, tão esperada e desejada, assumida como produtora da identidade. O autor (ibid: 92-93) acrescenta:

Aderir a ela não é nesse caso “morrer um pouco”, deixando partir, com o que foi, uma parte de si que não será mais: é talvez, exatamente ao contrário, um dos meios mais elementares de afirmar sua própria existência tanto ao olhar de si mesmo como diante de outrem. É mudar se não “a vida”, em todo caso, o sentido de sua própria vida” E é assim que o político reconhece-se como aquele que tem “necessidade” da mudança, da constante (re)novação, da própria (re)construção identitária.

A identidade do presidente Lula foi construída segundo uma trajetória de vida muito particular. Nascido no sertão de Pernambuco, em Caetés, em 6 de outubro de 1945, na cidade de Garanhuns (a 227 quilômetros de Recife), era o caçula de sete irmãos. Seu pai deixou a família para tentar ganhar a vida em Santos, no litoral paulista, com a promessa de que voltaria para buscá-la. A mãe de Lula, Eurídice Ferreira de Melo, a dona Linu, seguiu a trilha do marido sete anos depois, em 1952, numa viagem de 13 dias em pau-de-arara, mas descobriu que ele havia se casado com outra mulher.

Dona Linu continuou em Santos, convivendo com a outra família e sustentada por seu marido durante quatro anos. Durante esse tempo, Lula foi muitas vezes espancado e desprezado pelo pai, Aristides Ferreira da Silva, que morrerá, alcoólatra, em 1978; Dona Linu virá a falecer mais tarde, em 1980, enquanto Lula estava preso no Dops, em São Paulo.

Assim, ainda menino, Lula, que deixara, junto com a família e os sete irmãos, uma das regiões brasileiras mais pobres e atingidas pela seca, fixou-se no maior centro industrial do país, quando, em 1956, a família muda para a capital do Estado. D. Eurídice e seus 8 filhos passaram a morar num quarto nos fundos de um bar na Vila Carioca. A pobreza obriga todos a trabalharem e Lula, aos 12 anos, torna-se engraxate. Nas horas vagas, como toda criança, diverte-se com bolinha de gude, peão, pipa, guerra de mamona e futebol. Além de engraxate, passa a fazer entregas para uma tinturaria, trabalhando também como vendedor de amendoim. Completou o primário com 14 anos e, apesar de trabalhar 12 horas por dia, conclui, em 1963, o curso de torneiro mecânico no Senai.

Seu primeiro emprego aconteceu em 1964, como office boy, na Fábrica de Parafusos Marte, onde tornou-se aprendiz com carteira assinada dois anos depois. Em 1964, começa a trabalhar na metalúrgica Aliança no turno da noite. Foi nessa ocasião que um colega, cansado pelo trabalho pesado, cochilou e fechou uma prensa transversal sobre a mão esquerda de Lula, fazendo-o perder o dedo mínimo.

Antes de ser contratado pela Metalúrgica Villares, em 1966, emprego que o lançou no movimento sindical, Lula passou pela Fris Moldu Car. Na Villares ingressa, por intermédio de seu irmão, Frei Chico, na vida sindical.

No mesmo ano, além da paixão pela política, apaixona-se pela sua primeira esposa, a operária Maria de Lourdes. O destino, porém, afasta ambos. Quando do nascimento do seu primeiro filho, sua esposa morre no parto, tragédia que o aproxima ainda mais da vida sindical.

Na segunda metade da década de 70, a sociedade civil depara-se, no campo político, com um discurso até então pouco usual, uma vez que as classes populares começam a lutar pelos seus interesses. Nesse cenário, começa a surgir um novo espírito sindicalista que, entusiasmando as comissões das fábricas, propõe um modelo de ação distinto da estrutura sindical até então em vigor. Esse fenômeno aparece com maior nitidez no ABCD paulista (cidades de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema).

Nesse espaço, Lula surge como a principal figura de liderança sindical brasileira, participando, em 1969, como suplente pela primeira vez da diretoria de um sindicato. Fernando Henrique Cardoso (2006), ao discorrer, em sua obra *A Arte da Política*, destaca a figura de Lula como um jovem sindicalista que aspira, sem muita consciência política, a uma posição autônoma e ao direito de ser o líder dos trabalhadores.

E, em 1972, Lula é eleito primeiro-secretário do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema e, dois anos depois,

conhece a também viúva Marisa, sua companheira há 28 anos. Na época, Marisa já era mãe de Marcos Cláudio; com Lula, teve três outros filhos: Fábio, Sandro e Luiz Cláudio; Lula já era pai de Lurian, que nascera de seu relacionamento com a enfermeira Mirian Cordeiro.

Em 28 de fevereiro de 1975, já torneiro mecânico licenciado, foi eleito presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Paulista e, em 1982, acrescentaria o apelido Lula ao seu nome. Sua vida no movimento sindical passou a ser conhecida nacionalmente sobretudo com a repercussão, a partir de 1975, das greves na região do ABC.

A mobilização dos metalúrgicos acelera o processo de abertura do regime militar. Em 12 de maio de 1978, os trabalhadores da Saab-Scania do Brasil, em São Bernardo do Campo, SP, entram na fábrica, batem o cartão de ponto, vestem os macacões, vão para os seus locais de trabalho diante das máquinas, mas não as ligam: cruzam os braços. Naquele momento, eles não poderiam imaginar que com seu gesto, aparentemente simples, estavam abrindo o caminho a uma nova proposta sindical para o Brasil. A greve desafiou o regime militar e iniciou uma luta política que se estendeu por todo o país.

No contexto das mobilizações populares surgiram manifestações em defesa das liberdades democráticas e contra a ditadura militar, entre elas, mais tarde, a luta pela anistia e pelas "Diretas Já". Fernando Henrique Cardoso (ibid: 79) afirma:

Tudo isso só se tornou possível porque o regime, debilitado, começava a ser impotente para manter a dura censura aos meios de comunicação. O que explodiu como um foguete imantado na época dos grandes comícios em favor das eleições diretas, em 1984, contudo, já se prenunciava nas greves de São Bernardo: não há forma de ação política no mundo contemporâneo que dispense a mídia ou deixe de se apoiar nela.

Lula não tinha, ainda, uma visão politizada, porém, diversos episódios apontam estar ele revelando uma identidade nova de liderança, pois conjugava em seu discurso determinadas tendências, configurativas de uma mescla de concepções políticas. Assim, continua FHC (ibid: 85):

Não que Lula tivesse uma visão politizada. Diferentes episódios reforçam minha interpretação de como "o novo" nascia, sem o saber, muito misturado com práticas e visões tradicionais. Menciono apenas duas passagens para esclarecer esse ponto. A primeira se deu em 1979, quando Almino Affonso, Plínio de Arruda Sampaio, José Serra e eu, entre outros, estávamos organizando com Lula o Encontro de São Bernardo, destinado a juntar setores "autênticos" – mais aguerridos – do MDB, militantes de esquerda de várias organizações, sindicalistas, setores da Igreja e intelectuais para decidir passos conjuntos, fosse no sentido de fortalecer o MDB fosse, eventualmente, no de tentar fundar um novo partido.

Em 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion, é lançado o manifesto que dá origem ao Partido dos Trabalhadores (PT). A primeira bandeira do partido foi confeccionada pela própria Marisa, a partir de um pano vermelho italiano que tinha em casa. É o PT, partido recém-nascido, que se torna, em 1984, um dos pilares da campanha das "Diretas-Já", Lula, acompanhando Ulysses Guimarães e outras personalidades, percorre todo o país em comícios que chegam a reunir mais de 1 milhão de pessoas em praças públicas.

O surgimento dessa nova política, delineadora do grande movimento da redefinição dos partidos com as "Diretas Já", consolidou a fundação do Partido dos Trabalhadores. Os sindicalistas, intelectuais e representantes do movimento popular, ao fundarem o Partido dos Trabalhadores, acreditavam na possibilidade de um governo – ou governante - representar os anseios da classe trabalhadora.

FHC conta que a criação do PT resultou da competição pela liderança do movimento sindical entre Lula e Benedito Marcílio, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, SP, eleito, mais tarde, deputado federal. Marcílio procurava manter relações com a Convergência Socialista, uma facção ligada ao movimento trotskiano internacional. Aproveitou um congresso dos metalúrgicos realizado em Lins, a 430 quilômetros de São Paulo, em janeiro de 1979, para lançar a proposta de um partido constituído por trabalhadores. Alguns sindicalistas de São Bernardo manifestaram-se em prol desse partido, mas Lula adotou a proposta apenas posteriormente. Antes disso, Lula havia comparecido a um encontro de dirigentes sindicalistas sobretudo

petroleiros, em Camaçari, na Bahia, em 1978, com, entre outros, Jacó Bittar, da região de Campinas, Henos Amorina, de Osasco, Paulo Skromov, do Sindicato dos Coureiros, de São Paulo, Hugo Peres, dos eletricitários de São Paulo, José Cicote, dos metalúrgicos de São Bernardo, e Arnaldo Gonçalves, dos metalúrgicos da Baixada Santista, SP, ligado ao PCB. Nesse encontro, discutiu-se a formação do partido e a busca de uma identidade realmente inovadora em face da pretensão de outras organizações partidárias, como comenta FHC (ibid: 88):

A idéia de um novo partido estava, portanto, no ar, alimentada pela expectativa do fim do bipartidarismo. Entretanto, transcorreria um ano, com muita discussão e muitos episódios, até que viesse a alteração efetiva na legislação para permitir a formação de partidos, em dezembro de 1979, antes de o PT ser lançado formalmente, o que ocorreu em reunião no dia 10 de fevereiro de 1980 no tradicional Colégio Sion, na avenida Higienópolis, em São Paulo. A partir daí, o tom do partido passou a ser dado pela presença não só de sindicalistas "puros" como de dirigentes sindicais vindos de outros setores que não o metalúrgico, e principalmente de militantes católicos, oriundos das experiências e quadros de várias organizações de esquerda, alguns ligados a grupos que no passado apoiaram a luta armada. E o tom do PT, nos tempos iniciais, era de distanciamento da política institucional.

FHC não acreditava no sucesso de um partido que imitasse a tradição esquerda européia. Ao invés de partido dos trabalhadores, optaria por partido dos assalariados, com a descrença em uma política sem alianças. Na época, o autor defendia o pluripartidarismo e o policlassismo:

No movimento sindical houve discrepância semelhante: os sindicatos sob influência do PCB e do MDB formaram a "unidade sindical", de inspiração partidária, e os demais se agruparam no "sindicalismo autêntico", que se pretendia desligado dos partidos. Posteriormente, ocorreram novas cisões na organização das centrais, dando lugar à Central Única dos Trabalhadores (CUT), à Central Geral dos Trabalhadores (CGT), à Força Sindical e outras menores. Embora não houvesse relação direta entre os sindicatos e os partidos, o espírito dos debates e as dúvidas reinantes guardavam relação com a discussão sobre a natureza dos partidos, a relação entre as classes, uma visão de revolução à antiga ou não, e a autonomia do movimento sindical diante das agremiações partidárias. (ibid, p. 89)

Desse modo, o movimento dos trabalhadores surgido com as greves de 1978-1980 rompeu com toda a estrutura sindical imposta pela legislação corporativa herdada dos anos 30. Entretanto, para

consolidar essa ruptura e dar organicidade ao novo sindicalismo, autônomo, independente, desatrelado, fazia-se necessário construir uma Central Única dos Trabalhadores, a CUT, como já previa a Declaração Política do Partido dos Trabalhadores.

A construção de uma central sindical teve seu primeiro impulso em 1981, quando se realizou a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), que reuniu na Praia Grande (litoral de São Paulo) 5.247 delegados, representando 1.126 entidades sindicais de todo o país. Formou-se uma comissão Pró-CUT, mas logo ficaria evidente que setores ligados ao sindicalismo tradicional não desejavam desatrelar-se do Estado, criando empecilhos para a afirmação da independência das classes trabalhadoras.

Não havia tempo a perder. O salário dos trabalhadores estava sendo mais e mais archoado por sucessivas leis salariais; contra tal situação a comissão Pró-CUT decretou uma greve geral de 24 horas, em 21 de julho de 1983, ao mesmo tempo em que intensificou os preparativos para a criação da central sindical. Em 26, 27 e 28 de agosto de 1983, reuniu-se o I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (I Conclat), em São Bernardo. Embora sem a presença dos setores que não queriam a ruptura com o sindicalismo oficial, o Congresso conseguiu reunir 5.059 delegados, representando 912 entidades sindicais. Estava fundada a Central Única dos Trabalhadores, que buscava dar unidade às lutas que os trabalhadores travam no seu dia-a-dia.

Nos dias 24, 25 e 26 de agosto de 1984, é realizado em São Bernardo o 1º Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores com a participação de 5.260 delegados eleitos em assembléias, de todos os estados do país, representando 937 entidades sindicais.

Com um civil de volta ao poder – o ex-presidente José Sarney – Lula candidata-se a deputado federal, em 1986, e se elege com a maior votação de todo o país: 650 mil votos.

Assim, no período entre a primeira greve de trabalhadores depois de 14 anos de ditadura, em 1978, e as eleições diretas de 1989, formou-se o líder político Luiz Inácio Lula da Silva. Em 11 anos, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo (SP), que liderou a greve de 1978, fundou um partido, foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional e preso, fez-se ouvir por uma multidão na campanha das "Diretas Já", disputou o governo de São Paulo (obteve o quarto lugar), elegeu-se deputado constituinte com o maior número de votos do país.

A primeira candidatura à Presidência da República, em 1989, na primeira eleição direta do Brasil após 30 anos de regime militar, Lula recebe 31 milhões de votos e perde, no segundo turno, para Fernando Collor de Mello. Nesse ano, o PT elege seu primeiro senador, Eduardo Suplicy, 35 deputados federais e 81 deputados estaduais. Em 1992, o partido comanda o processo de "impeachment" de Fernando Collor.

Em 1993, já se preparando para a campanha presidencial do ano seguinte, Lula dá início às "Caravanas da Cidadania". Percorre 40 mil quilômetros em todo o Brasil, conhecendo a realidade dos grotões. Em 1994, perde as eleições para Fernando Henrique Cardoso, candidato do então presidente Itamar Franco, porém, o PT elege os governadores do Distrito Federal e Espírito Santo, quatro senadores, 50 deputados federais e 92 estaduais.

A terceira disputa à Presidência da República acontece em 1998, concorrendo com o presidente Fernando Henrique Cardoso, candidato à reeleição. Lula obtém 32% dos votos e Fernando Henrique é reeleito no primeiro turno. O partido, continuando sua trajetória de crescimento, conquista os governos do Rio Grande do Sul, Acre e Mato Grosso do Sul, 7 senadores, 59 deputados federais e 90 deputados estaduais.

Em 2000, o PT ganha as Prefeituras de São Paulo, Goiânia, Aracaju, Recife, Belém, Porto Alegre e de mais 181 cidades. No primeiro turno das eleições presidenciais desse ano, o candidato do PT obtém

46% dos votos válidos contra 23% do peessedebista José Serra. O partido elegeu 91 deputados federais e 14 senadores, além de Wellington Dias para o governo do Piauí, e reelegeu Jorge Viana para o governo do Acre. No segundo turno, o PT disputa o governo estadual em oito Estados.

Em 2002, o retirante nordestino que, a exemplo de outros milhares, fugira da seca para buscar uma vida melhor em São Paulo, disputou a presidência do país. Eleito, com quase 53 milhões de votos em 27 de outubro de 2002, tomou posse em 1º de janeiro de 2003 como o primeiro presidente operário da nação, um marco da história republicana brasileira, uma vez que não fora indicado pelas elites brasileiras, mas vinha de movimentos sindicais.

Lula não obteve resultados satisfatórios nas quatro vezes em que concorreu à presidência da República talvez porque sua campanha não foi entregue a uma agência de publicidade, a um *marqueteiro* que pudesse desenvolver sua competência lingüística e postural a fim de aumentar seu poder de argumentação e persuasão diante do eleitor.

A campanha publicitária significou anular uma das faces do candidato, outrora rejeitada, e acrescentar outra, formada de linguagem verbo-visual destinada a interlocutores de várias classes sociais, etárias e de gênero. A publicidade levou à interação do uso argumentativo e persuasivo da língua com o visual agradável e sedutor, como atestam os *slogans*: *Lulinha, paz e amor* ou *Agora é Lula*, acompanhados de sua figura sorridente e elegante. Por meio dessas estratégias, a imagem positiva do brasileiro humilde, honesto e batalhador recebeu uma nova face: homem conciliador, moderado, atualizado e afetivo.

Desse ponto de vista, houve dois processos na transformação de Lula: o ato da agência de publicidade, ao lhe dar competência lingüístico-visual, e seu ato pessoal, ao exercer essa competência sobre o eleitor. Como conseqüência do duplo ato pragmático (a agência doa e

o candidato recebe a competência), surge o processo comunicativo, origem de seu respectivo ato cognitivo (assimilação e configuração de novo discurso verbal e visual) que, tendo sido politicamente aceito, é pressuposto ser semântico e estruturalmente correto, ou seja, a identidade desejada para o governante do país no momento.

Nesse contexto, pode-se dizer que o candidato Lula foi eleito porque sua *popularidade* passou a ser positivamente reconhecida pelo povo, quando aceitou o olhar de um *outro*, olhar que norteou a reconstrução de sua imagem no plano verbal e visual, conferindo-lhe nova identidade.

Landowski (1997: 188) observa:

A análise das diferentes formas que pode revestir o que se chama "popularidade" o confirmará: quer se trate de compreender como o político se constitui num nível de realidade no qual se crê, ou de apreender as condições nas quais ele pode, ao contrário, vir a se desrealizar enquanto universo de sentido (o que se chama a "crise do político"), é preciso reconhecer a parte irredutível de teatralidade inerente ao jogo do poder, sem, porém, reduzi-lo a essa. A política é, com efeito, ao mesmo tempo sistema de relações entre sujeito – entre representados e representantes – e encenação – colocação em representação – dessas relações. À lógica da representação contratual que supostamente liga eleitores e eleitos uns aos outros, ela superpõe figurativamente a estética de um jogo teatral cotidiano em que cada "representante" se afirma e, em última instância, constitui-se como tal, dando a ver teatralmente ao público que ele o representa. A política, nesse sentido, é representação (dramática) de uma representação (jurídica).

Como o discurso de campanha política caracteriza-se tanto pelo fazer-fazer (o eleitor votar), quanto pelo fazer-criar (o eleitor reconhecer o fazer do político), esta pesquisa pode contribuir para os estudos sobre os efeitos de sentido de discursos na construção do *ethos* de um político com história pessoal bastante singular.

A posse na presidência do país representou, para Lula, uma vitória da classe trabalhadora. A campanha eleitoral levou o povo a acreditar que Lula construiu o PT a partir de convicções sólidas que pudessem atender aos anseios das classes trabalhadoras: estabelecer,

em substituição à elite dominante, um governo que fizesse justiça à classe operária e à sua capacidade de trabalhar e produzir o progresso.

O tema trabalho representa, pois, o elo, o corredor isotópico que instaura o ator-cidadão Lula, retirante nordestino, sindicalista, presidente do PT, em ator-presidente. Assim, o tema *trabalho* será analisado em dois discursos de posse, pronunciados em instituições e momentos diferenciados, que representam não somente marcas das diversas etapas na vida do homem, mas, sobretudo, conquistas e valores axiológicos que alicerçam seu percurso político e identidade.

MITOS

Os sistemas sociais que compõem a maioria das instituições têm relações profundas com o trabalho, braçal, intelectual, artístico ou social, cujo desenvolvimento, de modo geral, tem norteado as direções dos processos de civilização.

Ainda hoje, uma das principais referências do conceito de *trabalho* é a mitologia greco-romana, na qual se destaca a figura de Prometeu, cuja história é contada por Hesíodo em duas obras, *Teogonia* e *Os trabalhos e os Dias*. A tragédia *Prometeu Acorrentado*, escrita por Esquilo, constitui uma trilogia sobre o seu destino, da qual duas partes se perderam.

Segundo Jean Chevalier & Alain Gheerbrant (1982: 786), o sentido etimológico do nome Prometeu teria vindo da conjunção das palavras gregas *pró* (antes) e *manthánein* (saber, ver), equivalendo a prudente ou previdente. Embora, como afirma Ésquilo, Prometeu não supusesse o castigo de Zeus ao desafiá-lo, ainda assim proferiu um vaticínio sobre a queda desse deus.

Conta o mito que Zeus, enganado por Prometeu, escondeu o fogo, último elemento que faltava aos homens para desenvolverem a civilização, Prometeu comprometer-se a devolver-lhes, pois o fogo representa simbolicamente a inteligência do homem. O furto do fogo acarretou-lhe, porém, um terrível castigo: ser acorrentado a um penhasco e ter seu fígado, durante o dia, comido por abutres, regenerando-se, à noite, para ser novamente comido. Prometeu, na tragédia de Ésquilo, fala da dívida dos mortais para com ele, visto que seu sacrifício lhes proporcionou a aquisição de todas as artes, inclusive domesticar animais selvagens e fazê-los trabalhar para eles.

Para a mitologia antiga, grega, romana ou oriental, as figuras míticas são heróis punidos, em relação a limites que o ser humano busca ultrapassar, ou seja, as regras fixadas pela natureza e com as quais os deuses compactuavam.

Prometeu é, desde suas primeiras encenações (a tragédia foi representada no século V a.C. em Atenas), o símbolo da eterna insatisfação humana com seu destino, o titã que não se conforma com os acasos e as inconstâncias da natureza e se revolta contra a tirania dos deuses. Prometeu é, pois, o homem que tenta construir o seu próprio destino sem aceitar interferência divina.

Enquanto o herói da lenda grega teve de suportar o suplício, o moderno Prometeu, comenta Junito Brandão (1992), tem como tarefa modelar sua feição e imagem, não só mundo conforme o mundo, mas também a posição neste. Tal façanha, agora, pode ser possível porque confronta-se com um novo tipo de fogo, o conhecimento, não mais roubado dos céus, como outrora, mas desenvolvido por ele mesmo e pela ciência e tecnologia.

O mito dos Doze Trabalhos de Hércules também está relacionado ao castigo, pois os trabalhos constituem as provas pelos quais, simbolicamente, o psiquismo do homem deve passar para se libertar do cárcere do corpo. Na relação do herói com a política, os trabalhos

seriam as vitórias necessárias para vencer o anonimato ou a subserviência ao poder reconhecido no Outro em determinadas circunstâncias espaciais e temporais. Descreve Brandão (1993: 97):

Num plano simbólico, as dozes provas configuram um vasto labirinto, cujos meandros, mergulhados nas trevas, o herói terá que percorrer até chegar à luz, onde, despindo a mortalidade, se revestirá do homem novo, recoberto com a indumentária da imortalidade.

Se, no mito é a imortalidade, no campo político, é a inscrição na História do país.

Também na mitologia judaico-cristão, o trabalho está relacionado ao castigo e se concretiza na expulsão de Adão e Eva do Paraíso. Segundo a Bíblia, o homem e a mulher viviam livremente, sem preocupações com a dor ou com o sustento, portanto, sem trabalho. O castigo, como no caso prometeico, originou-se na busca de conhecimento, configurado na maçã, símbolo do domínio da vida e da morte, do qual resultou a expulsão do paraíso e a condenação a sofrer a dor de todos os trabalhos: do parto, do plantio e colheita, da produção de utensílios, cuidados com o corpo e moradia para sobreviver.

Nos três casos, o trabalho contraria regras estabelecidas por um ser superior e, por isso, recebe a conotação de castigo. Em nenhum deles há a percepção de o trabalho poder levar ao prazer pessoal, ao gosto de fazer algo que leve à realização do indivíduo, à sensação prazerosa do saber-fazer, à experiência da competência.

O que se destaca em Prometeu é seu sacrifício para levar o homem ao progresso, no Adão bíblico, o sentido de perda das dádivas do Éden, que o impele ao trabalho a fim de reverter a situação e reconquistar o direito de não-trabalhar. Nos três casos, somente Hércules consegue recompensa, porque chega à imortalidade, visto que, como comenta Brandão (1993: 135), "adquiriu, no decorrer dos séculos, a conotação de 'o melhor dos homens'".

Em todos os casos, o trabalho se alia ao sentido de poder, de aquisição de bens e de domínio de uma competência que distingue um

indivíduo de outro movimento, mudança, conquista, por isso implica domínio, de espaço, de tempo, máquinas ou de outros homens.

CAPÍTULO II

O OLHAR DO PETISTA

Os processos da comunicação política, neste sentido, não têm somente o escopo cognitivo de difundir certas mensagens, ou seja, determinadas formas de saber, mas também o objetivo pragmático e passional de estipular pactos de fidúcia entre políticos e povo.

Gianfranco Marrone (2001)

DISCURSO DO PRESIDENTE
PARTIDO DOS TRABALHADORES

1ª Convenção do Partido dos Trabalhadores
Brasília, 27 de setembro de 1981



Figura 1⁴

Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito presidente do PT em 1980, ocupando esse posto de forma às vezes intermitente até 1995. O discurso foi pronunciado na *1ª Convenção Nacional do Partido dos Trabalhadores*, referenda o 1º Diretório Nacional, eleito também no 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores, quando foram elaborados o Manifesto de Lançamento, o Programa e o Estatuto do Partido, aprovados em 1980. Nesse momento, o partido está registrado e legalizado em 16 países e o discurso de Lula, apresentando o PT como partido socialista, é aprovado como seu documento básico⁵.

Os fragmentos escolhidos desse discurso reportam-se sempre ao tema *trabalho*, à sua relação com a luta sindical e à própria história da

⁴ Figura 1 – disponível em www.google.imagens, acesso em 24/10/2006

⁵ Fonte: *Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo* – Fundação Perseu Abramo.

vida política do ator-cidadão Lula em seu momento de euforia como sindicalista fundador de um partido.

A CELEBRAÇÃO DO NASCIMENTO DO PT

D1-F1

4º parágrafo

Para nós, a realização desta Primeira Convenção Nacional do PT significa mais que mero cumprimento de exigências legais. Por isto, esta Convenção se realiza num clima de festa e de luta. É festa porque o Partido dos Trabalhadores é, como já disse, "uma criança inesperada". E o clima de luta tem razão de ser porque, como toda criança inesperada, o Partido dos Trabalhadores tem que continuar lutando para continuar vivendo, sobretudo tem que continuar lutando para continuar crescendo.

O enunciador inicia o fragmento com a expressão *Para nós*, que corresponde ao sujeito coletivo figurativizado nos militantes presentes na Primeira Convenção Nacional do PT, ressaltando a importância fundamental dos correligionários. O plural, contudo, também pode conotar a expressão de modéstia do fundador do partido, consciente já de sua repercussão no plano nacional.

A expressão, *por isto*, introduz o motivo pelo qual a convenção se realiza, enfatizando que se concretiza menos para cumprir as exigências legais e mais para demonstrar o início do domínio de um espaço até então inexistente como próprio. O clima de festa, é marcado pela polaridade: a criança configura a festa de um início inesperado e, ao mesmo tempo, reporta a luta, já que seu nascimento ocorreu de repente, sem um grupo preparado, implicando um espaço a ser ainda conquistado. Entende-se que a luta nasceu das reivindicações sindicalistas da classe trabalhadora; a festa resultou do reconhecimento de tais lutas, as quais possibilitaram a formação do partido. Daí a festa figurativizar uma conquista: a Primeira Convenção representa um passo à frente para firmar a identidade e os direitos das classes trabalhadoras.

O passar para a primeira pessoa do singular (*como já disse*), o enunciador firma sua voz, sua importância como líder que possui poder não somente para falar, mas para um fazer: impor idéias e criar um partido. O emprego metafórico do termo *criança* reforça o sentido de poder criativo e, mais ainda, como a criança é qualificada como *inesperada*, a força desse poder parece ter um sentido de grandeza, de capacidade para vencer qualquer obstáculo. Isotopicamente, reconhece-se a imagem de um criador não somente de movimentos sindicais (a expressão *uma criança* representa o sindicato dos metalúrgicos), mas de ideologias e paradigmas sociais configurados como gerais (conotado na expressão *toda criança*).

O jogo de palavras (*tem que continuar lutando para continuar vivendo, sobretudo tem que continuar lutando para continuar crescendo*) traz o caráter quase religioso ou místico da proposta e o emprego da expressão *como já disse* enfatiza a necessidade de aceitar a luta de forma incisiva e inexorável, como se fora o resultado de um castigo que necessita cobrar sacrifício: é necessário lutar para continuar vivendo e, sobretudo, crescendo. A legião de trabalhadores é, pois, convidada a pagar o preço da aventura de criar o partido, como se fossem um novo Prometeu, cujo fígado será comido pelos abutres todo amanhecer.

A expressão *como já disse* revela que o enunciador não somente tem a consciência de que domina a palavra, como também os problemas da sua luta em prol de toda a classe trabalhadora. Assim, o efeito de sentido dessa expressão faz entender que o PT surgiu de reivindicações vitoriosas devido ao poder pessoal do Lula sobre os trabalhadores.

A conjunção explicativa *porque* constitui um elemento coesivo para confirmar e articular tanto o clima festivo como de luta e a vitória da força dos trabalhadores, que mostraram ter competência inesperada

para se unir e se organizar como partido popular de âmbito nacional e com sentido próprio de militância.

O gerúndio, *lutando* e *vivendo* para continuar a crescer, indica um tempo durativo cujo sentido de continuidade diz respeito à luta não mais de um sujeito coletivo (*nós*), nem de um sujeito Eu (*disse*), mas de uma entidade nomeada, Partido dos Trabalhadores.

Para Landowski (1997: 14-15), constrói-se a identidade pela diferença não necessariamente marcada como exclusão, mas como bricolagem, pois,

(...) mesmo que o mundo que nos rodeia nos pareça espontaneamente um universo articulado e diferenciado, nem por isso há, entre "Nós" e o "Outro", fronteiras naturais – há apenas as demarcações que construímos, que "bricolamos" a partir das articulações perceptíveis do mundo natural. Ora, começar a admitir que o fato de o Outro ser "diferente" não significa, necessariamente, que o seja no absoluto, mas que sua diferença é função do ponto de vista que se adota, é já criar a possibilidade de outros modos de relação com as figuras singulares que o encarnarão. Nesta perspectiva, o Outro não poderá mais ser pensado como o simples representante de um alhures radicalmente estrangeiro, do qual, salvo se lhe ordenarem que volte para lá (exclusão), ele teria que (assimilação obrigatória) se desligar completamente; ao contrário, ele se tornará, em certa medida, parte integrante, elemento constitutivo do "Nós", sem com isso ter que perder sua própria identidade.

Delineia-se a isotopia que sustenta a construção da identidade de Lula: ao se manifestar como *nós*, aponta seu reconhecimento como integrante anônimo da classe dos dominados; ao usar o Eu (*como disse*) pontua que, nessa classe, tem consciência de sua condição de líder, mas este se estrutura com o Partido dos Trabalhadores, pois sua luta é contínua: usa quatro vezes o verbo *continuar* no infinitivo, o qual se complementa pelo uso de quatro gerúndios, enfatizando a constância de lutar para viver, assim como para crescer.

Partindo do pressuposto de que o sentido se constrói na diferença, o que garante a mudança do sujeito num tempo e espaço definidos, essa diferença é a responsável pela passagem de um estado para outro, do sentimento de identidade para a intermediação de uma alteridade a ser construída (Landowski, 1997: 4).

Landowski (1997: 3)⁶ acrescenta que é o reconhecimento da diferença que fundamenta a teoria semiótica,

porque, para que o mundo faça sentido e seja analisável enquanto tal, é preciso que ele nos apareça como um universo articulado – como um sistema de relações no qual, por exemplo, o “dia” não é a “noite”, no qual a “vida” se opõe à “morte”, no qual a “cultura” se diferencia da “natureza”, no qual o “aqui” contrasta com um “acolá” etc. Embora a maneira pela qual essas grandezas diferem entre si e variem de caso para caso, o principal, em todos os casos, é o reconhecimento de uma diferença, qualquer que seja sua ordem. Só ele permite constituir como unidades discretas e significantes as grandezas consideradas e associar a elas, não menos diferencialmente, certos valores, por exemplo, de ordem existencial, tímica ou estética.

Nesse caso, o sujeito constrói sua identidade na diferença, ou seja,

(...) no plano da vivência individual ou da consciência coletiva, a emergência do sentimento de identidade parece passar necessariamente pela intermediação de uma “alteridade” a ser construída (ibid, 4).

A noção de trabalho apresenta-se como uma forma de construção de identidade do sujeito, ou seja, um recurso para demonstrar o processo identitário de Lula.

Se o trabalho representa a renovação das próprias forças do ser humano na continuidade dos dias trabalhados, para o enunciador Lula a renovação relaciona-se ao próprio nascimento do Partido dos Trabalhadores, à força do progresso de um partido que *nasceu dos que nunca tiveram vez e voz na sociedade brasileira*⁷. Nesse caso, pode-se estabelecer uma relação isotópica da figura de Zeus com a classe dominante, aquela que tem vez e voz na sociedade e detém o poder, a sabedoria, o conhecimento.

O conceito de isotopia está ligado ao componente semântico em todo discurso, à idéia de recorrência de determinados dados, à

⁶ Landowski (2002: 3), ao considerar o princípio da diferença como procedimento semiótico, reporta-se a F. Saussure (1916) no que diz respeito à forma como o lingüista desenvolve seu modelo teórico, levando em conta a identificação de unidades, no plano fonológico ou semântico, pela observação das diferenças que as interdefinem: fonemas e semas resultam de relações subjacentes.

⁷ Esta referência está no parágrafo anterior: “O Partido dos Trabalhadores nasceu dos que nunca tiveram vez e voz na sociedade brasileira”.

redundância que assegura a linha sintagmática do discurso e responde por sua coerência semântica. Distinguem-se dois tipos de isotopia, segundo as unidades semânticas reiteradas: isotopia temática e isotopia figurativa.

A isotopia temática surge da recorrência de unidades semânticas abstratas em um mesmo percurso temático. Já a isotopia figurativa caracteriza os discursos que deixam se recobrir totalmente por um ou mais percursos figurativos. A redundância de traços figurativos ou a associação de figuras aparentadas atribui ao discurso uma imagem organizada e completa da realidade ou cria a ilusão total do irreal, à qual já se fizeram muitas referências. Assegura-se, assim, a coerência figurativa do discurso.

Bertrand (2000: 185-6) considera que a isotopia do discurso não diz respeito à categorização em si, mas ao desenvolvimento das categorias semânticas ao longo do discurso. Pertence à dimensão sintagmática. A problemática da isotopia possibilita examinar a permanência e a transformação dos elementos de significação, cuja estrutura formal depende-se do modelo anterior. É um dos conceitos semióticos que, em razão de seu caráter operatório na análise concreta dos textos, tiveram a mais ampla difusão fora do campo restrito da pesquisa.

O mito de Prometeu é uma referência à transformação do sujeito Lula, à construção de uma identidade de líder sindical e petista, sua própria consagração como presidente do PT e um dos responsáveis pela criação desse partido. O PT é, pois, o resultado da história de um sindicalista que lutou ou se sacrificou pela classe dos trabalhadores, posto que Prometeu foi o titã que roubou o fogo, ou a sabedoria e a ciência, dos céus. Lula também surge como titã porque roubou da classe dominante a inteligência que o capacitou a criar o partido, isotopicamente chamado de criança. Mas é punido, pois toda a criança, assim como Prometeu, tem que lutar para viver e continuar crescendo.

Assim, a noção de trabalho não se reporta à atividade pragmática de um indivíduo, não é referendada como determinada ação, ou seja, não se articula com um sujeito do fazer, refere-se somente à determinada posição ou estatuto para sobreviver, já que o que se destaca é o sujeito do ser, condição indispensável para a homologação do processo de construção da identidade. Este, como se forma por bricolagem, estrutura-se a força de sua classe social com à de outras, assim como com as oportunidades de poder ou de sobreviver segundo suas aspirações.

Claude Lévi-Strauss (1978) criou essa noção de *bricolage*, no plano técnico, como uma forma de atividade que, no plano da especulação, representa uma ciência configurada como "primitiva". Na acepção anterior, o verbo *bricoler* aplica-se ao jogo de péla e de bilhar, à caça e à equitação, sempre para evocar um movimento incidental. O termo *bricoleur*, quando objeto material ou artesanal, relaciona-se à homologação entre a cultura e a natureza humana.

Para o autor, *bricolage* configura a realização construtiva de uma identidade, um movimento ininterrupto de ir ao Outro e de vir para o Eu, a fim de recortar e juntar dados formadores do projeto de vida de um sujeito, de tal modo que a identidade e a *bricolage* correspondem à história de um indivíduo, assim como à história de um grupo.

Se o espaço, do ponto de vista da semiótica, pode ser *utópico* (lugar da realização e da transformação do indivíduo), *paratópico* (lugar da aquisição de sua competência) e *heterotópico* (lugar do Outro e da sanção que este realiza), o espaço político do Lula é do *ser-em-devir*, ou seja, o enunciador apresenta-se transformado, pois é o operário presidente do PT, em clima de euforia, porque adquiriu a competência no contato com o Outro, classe dominante. Sabe que é sancionado, porque seu partido é reconhecido em vários países, mas ainda não é o político realizador de mudanças estruturais no governo.

Assim, a figura de Lula, aquele que possibilitou que o clima de festa acontecesse, representa a própria vitória do partido. Para a semiótica, figura é o termo que remete a algo do mundo natural ou de qualquer sistema de representações que tem um correspondente perceptível em uma realidade criada por um discurso. Essa realidade pode ser tanto o "mundo natural", como o mundo construído. As figuras criam o efeito de realidade (função representativa). Já o tema é um investimento semântico de natureza puramente conceitual, que não remete ao mesmo mundo natural. Em outros termos, temas são categorias que organizam, categorizam, ordenam os elementos do mundo natural e explicitam a realidade, tendo uma função interpretativa.

A FORÇA DO PARTIDO

D1-F2

5º parágrafo

A verdade é esta, companheiros: nosso partido está aí, um menino que ninguém, além de nós, queria: um menino que nasceu contra a descrença, a desesperança e o medo. Dizemos que é um menino porque ele não tem mais de dois anos e meio. Essa criança provou que seria forte no Congresso dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, realizado em dezembro de 1978, em Lins.

A semiótica não se refere à verdade como um fato, apenas ao efeito de verdadeiro que o fato conota. O primeiro efeito é causado pelo uso do termo *companheiros*, a qual indica um apelo aos correligionários e denota que a comprovação desse verdadeiro implica ter como enunciatários aqueles que o acompanham em sua luta no Partido dos Trabalhadores. Tal estratégia desvia o questionamento do campo do racional para o sensorial, pois o termo *companheiros*, além de enfatizar a presença do enunciador em relação ao enunciatário, demonstra a intenção de se constituir como um sujeito coletivo e, assim, apelar para a verdade manifestada em sua presença. A expressão *nosso partido*

está aí é o argumento inquestionável do verdadeiro, ou seja, da criação e força do partido, verdade que se confirma naqueles que estão presentes no espaço e tempo da luta dos trabalhadores. O verdadeiro se confirma, pois, na presença do Outro, o enunciário trabalhador.

Ao salientar que *nosso partido está aí, um menino que ninguém, além de nós, queria*, configura a continuidade da temática (menino - metáfora do partido novo e inesperado), de seu crescimento (passagem da condição de criança, do fragmento anterior, para a de menino) e da consciência da rejeição por parte da classe dominante (*partido rejeitado pela classe dominante*). Daí o enunciador confirmar a polaridade semântica: crença do trabalhador em sua força e descrença da classe dominante na capacidade de esse trabalhador criar o partido.

O verdadeiro recebe, ainda, outra configuração: a presença física dos companheiros contesta, além de uma descrença anterior, a desesperança e o medo de ontem, sentimentos que se mostram, nesse momento, como o início de uma marca da classe, o anseio de reverter a situação: deixar o medo e sentir a segurança que crêem ser a característica da classe dominante.

No sintagma seguinte, o enunciador reforça que o PT é um menino pelo fato de não ter *mais de dois anos e meio*. O verbo, *dizemos* novamente demonstra, conforme Landowski⁸, que não há “fronteira natural entre Nós e o Outro” apenas a percepção dos fatos vitoriosos do partido, segundo um olhar comum a todos.

A referência ao Congresso dos Metalúrgicos, em 1978, finaliza o processo de efeito real de verdadeiro, pois vai além do sensorial, apelando, agora, para o histórico, o documentado e comprovado temporal e espacialmente.

Nesse fragmento, o enunciador Lula desdobra a condição dos sujeitos: de substantivo abstrato e sujeito de verbo assertivo (*a*

⁸ Cf. citação deste autor (2002:14-15) feita no tópico D1-F1 desta tese.

verdade é) passa para o pronome pessoal elíptico em primeira pessoa do plural (*Dizemos*) e, finalmente, para o substantivo concreto (*criança*) sujeito de um verbo assertivo no passado. Assim, a abstração das mudanças pretendidas passa para a figuratividade de um Eu + Outro para chegar metaforicamente ao fato da criação do partido.

Esses três sujeitos delinham isotopicamente a noção de trabalho que fundamenta a construção do Partido: a programação das atividades de ação política objetiva e pertinente é verdadeira, a princípio, somente como decorrente da presença física de trabalhadores, depois, como pontuação de um sujeito que se firma líder por meio de outros, finalmente, como metáfora, isto é, a melhor maneira de dizer o que se julga difícil falar.

A BUSCA DA IDENTIDADE

D1-F3

7º parágrafo

Muitos duvidaram de nós, e ainda hoje há aqueles que ousam duvidar da capacidade de organização política dos trabalhadores. No início, diziam que éramos um partido dos trabalhadores de macacão, obreirista, limitado, estreito e fechado aos demais setores da sociedade. Se o Partido estava apenas nascendo, como é que esses eternos descrentes na capacidade política dos trabalhadores brasileiros poderiam saber tanto a nosso respeito? O Partido dos Trabalhadores nasceu dos operários de macacão e se orgulha de ter nascido de macacão.

A expressão *muitos duvidaram de nós* reitera o reconhecimento da descrença em relação ao PT e, mais que isso, a consciência de que muitos passaram a temer o poder do partido, já que o enunciador empregou o verbo *ousam*. Nesse caso, há uma reversão: se no fragmento anterior há referência à *descrença, desesperança e medo* da classe dominada frente à dominante, neste, após a constatação da crença na força do partido, os petistas mostram-se desafiantes (*ousam*)

e confrontam-se com a outra classe. A dúvida do passado (*duvidaram*) não somente desapareceu como tornou-se motivo de enfrentamento, embora apenas como ameaça (*ousam*), pois não como comprovar com dados a competência, somente apelo para o sensorial, ou melhor, para a aparência (*macacão*), para a função (*obreirista*) e para sua atuação (*limitado, estreito e fechado*), sem citar dados concretos que mostrem seu desempenho e conquistas no campo político-social.

Ao invés disso, ataca seus opositores, acusando-os de ignorarem as necessidades e reivindicações dos operários. O orgulho do Partido não advém do seu "fazer", pois o enunciador não relata suas conquistas no plano da atividade que beneficie, objetiva ou legalmente, o operário, mas sua condição de "ter nascido *de macacão*".

Nesse caso, o diferente assemelha-se ao Outro que pertence à classe dominante. A não aceitação da condição de dessemelhante implica o desejo de assimilação desse Outro, ou seja, de adotar a postura da classe da qual não faz parte. Por essa razão, o medo que o enunciador outrora sentia, agora, não o sente mais, mas acredita que a classe dominante o sinta.

Tal fato é explicado por Landowski (1997: 17) quando afirma que a categoria *admissão*, relacionada à determinada postura, fundamenta a construção da identidade, pois esta só será viável como regime de relações intersubjetivas entre indivíduos ou entre comunidades, se conservar a reminiscência da postura contrária. Trata-se, pois, de *assimilação recíproca* que favorece a aproximação entre identidades distintas, buscando a eliminação das diferenças ou do múltiplo para chegar ao uniforme. Comenta Landowski (ibid: 17):

Embora haja modos e modos de separar e de "segregar" e uns possam parecer-nos mais inofensivos, outros francamente bárbaros (pois todos os graus são possíveis, entre, por exemplo, o fato, "anódino", de esnoabar seu vizinho, fazendo-se sentir gentilmente que, por alguma razão, ele não poderia fazer parte do círculo dos íntimos, e aquele, considerado "desumano", de delimitar, pela lei ou pelo costume, zonas geográficas, profissionais, ou outras reservadas a esta ou àquela classe de párias), todos eles manifestam, em profundidade, aquela mesma

ambivalência que tentamos caracterizar entre impossibilidade de assimilar – e, portanto, de tratar o Outro realmente “como todo mundo” – e recusa de excluir (no sentido estrito).

A face e as vestes dos *trabalhadores de macacão e obreiristas* pontuam, na escolha dos termos, uma imagem de trabalhador restrito a duas atividades: a que exige macacão ou é realizada na construção de obras. O trabalho dos petistas é pressuposto como braçal e sujo, seu Partido qualificado, no texto, como *limitado, estreito e fechado aos demais setores da sociedade*. O efeito de sentido dessa classificação mostra que o Partido tem uma visão delimitada da sociedade em geral, pois não considera outros tipos de trabalhador, como comerciário, professor e demais. Centrando-se em duas classes específicas, metalúrgicos e obreiristas, comprova que a opinião da classe dominante sobre eles é verdadeira, visto que se fecham em um círculo próprio, valorizando somente o grupo que criou o Partido.

O conceito de trabalho, neste fragmento, está ligado ao ressentimento do enunciador diante de a classe dominante não acreditar *na capacidade política dos trabalhadores brasileiros* e não lhes oferecer condições para progredir. Tal posição leva a pressupor certa controvérsia na noção de trabalho: 1. o trabalho é visto como ofício realizado por um sujeito inserido num processo de construção de si próprio como um sujeito do saber e poder-fazer; 2. é percebido como exploração do trabalhador, como situação sem possibilidades de promover mudança no tempo e espaços sociais. segundo

Lévi-Strauss (1978) considera que não há atividade e pensamento superior ou inferior, há somente diferentes. O que o enunciador pretende é marcar a diferença de fazer política, sem se prender ao poder/saber-fazer segundo a classe dominante, mas conforme um querer que leva à aquisição de um poder/saber-fazer diferente, mas competente, dentro das possibilidades, intenções e valores da classe operária.

Esse ponto de vista é complementado pela semiótica quando postula que a identidade se forma pela mediação do sujeito singular com o coletivo, pelos processos: 1. representação (dramática e jurídica), segundo Landowski⁹; 2. articulação das dimensões (real das práticas, simbólica das representações, imaginária das utopias) conforme Lamizet¹⁰.

O OLHAR SOBRE O OUTRO

D1-F4

8º parágrafo

Tínhamos consciência de que, independente do setor social a que pertencessem, os que acreditavam na classe trabalhadora, mais cedo ou mais tarde, estariam ao nosso lado. Foi com imensa alegria que recebemos, como primeiro intelectual a aderir ao Partido, este trabalhador das artes chamado Mário Pedrosa, há mais de 50 anos dedicando sua vida à luta dos trabalhadores brasileiros. Depois do Mário, que homenageamos hoje, outros vieram; o que há de melhor na cultura e na intelectualidade brasileira. Bastou que isso acontecesse para que surgissem os eternos descrentes, dizendo que o PT, embora nascido dos trabalhadores, se converteria em partido de intelectuais, inviável como todos os outros. Aqui, é preciso que se diga com toda a clareza: o Partido dos Trabalhadores não pede atestado de ideologia ou carteira profissional a quem quer que seja, mas sim disposição de luta, fidelidade ao nosso programa e ao nosso estatuto. Dentro do Partido, somos todos iguais, operários, camponeses, profissionais liberais, parlamentares, professores, estudantes etc.

Ao articular a expressão *tínhamos consciência de que* com a subordinada completiva nominal, *os que acreditavam*, na qual o sujeito é um pronome que não se refere diretamente a um trabalhador, mas a um crente no valor do Partido, o enunciador demonstra que sua consciência, ainda, não configura os outros atores que trabalham na sociedade como trabalhadores. A primeira figura que aderiu ao Partido é chamada, primeiro, de intelectual, depois, trabalhador das artes.

⁹ Cf. citação deste autor na página 3 da Introdução desta tese.

¹⁰ Cf. citação deste autor na página 2, também, da Introdução desta tese.

Para Landowski (1997: 25), o sujeito constrói sua identidade a partir da mudança ao perceber: "O que eu sou é o que você não é". E, claro, nesse caso o sujeito que diz Eu, ou o que diz Nós, é um sujeito que 'sabe' ou que, pelo menos, crê saber o que vem a ser o Outro".

Assim, o intelectual é o que ele, partido, não é, razão por que sua assimilação constitui *uma imensa alegria*, visto que a intelectualidade compensa uma falta, referida no texto como limitação, estreiteza e fechamento em um círculo excluído. O enunciador reconhece que se vive ao lado de outras camadas sociais, entre as quais algumas poderiam lhe ser solidárias, mas não irmãs, visto que a *seu lado*, não *com* eles. A expressão *mais cedo ou mais tarde* indica um tempo durativo em que pode haver aproximação do grupo dominante com o grupo da classe dos trabalhadores.

Landowski (ibid:21-2) enfatiza o confronto corpo-a-corpo do grupo majoritário que ocupa por definição (mesmo que a contragosto) a posição de hospedeiro e a população heteróclita, fragmentada num número indefinido de grupos minoritários, ou indivíduos esparsos, vindos de outros lugares e considerados demandantes, estabelecendo uma dessimetria de posições e papéis que implica tal estrutura, o que torna completamente desiguais a chance de sobrevivência das especificidades culturais das identidades coletivas opostas. Nesse sentido, as classes trabalhadoras se diferenciam, estão uma ao lado da outra, não com a outra, como comprova o enunciador.

O enunciador prevê a adesão de outras classes, sobretudo dos intelectuais, e julga que seu próprio partido não tem homogeneidade de pensamento, os *eternos descrentes* da ação petista se manifestam convictos da impossibilidade de interação com os outros. Transformando ou ampliando a postura anterior, afirma que para o Partido todos são valorizados igualmente, o trabalhador braçal e o liberal.

Em relação à admissão desse *outrem*, Landowski (ibid:23-4) explicita:

Compreender-se-á nessas condições que, quando as unidades em questão têm o estatuto de sujeitos autônomos e se apegam a sua respectiva identidade, tendo-se mutuamente em estima pelo que são, elas possam ter preocupação, e, às vezes, interesse em retardar o momento dessa pequena ou grande catástrofe (no sentido matemático do termo) que constituiria sua fusão. Pois bem, para isso, não bastará que os parceiros saibam resistir mutuamente um ao Outro, nem que fosse somente para deliberadamente manter sua "reserva de si". Na verdade, é também é, sobretudo, frente a si mesmo que será preciso que cada um deles tenha a força de "manter-se". Porque, se se trata de fazer viver, entre Si e Outro, uma relação efetiva de Sujeito a Sujeito, será preciso, de ambas as partes, não ceder nem ao desejo de um total abandono de si mesmo perante o Outro – o que equivaleria a renunciar à própria identidade, com o risco de logo ser para o Outro apenas um objeto – nem ao desejo de uma posse total do Outro, que do mesmo modo só poderia chegar a coisificá-lo, despojando-se daquilo que o faz verdadeiramente Outro – ao mesmo tempo autônomo e diferente –, isto é, precisamente, daquilo que o torna "atraente".

A aceitação do Outro é impositiva, porquanto o enunciador enfatiza sua condição de falante, ao iniciar o penúltimo sintagma por um *Aqui* seguido da expressão claramente assertiva, *é preciso*, acompanhado do verbo *dizer*, que conota, conforme o ditado, que quem tem a palavra tem o poder. Essa posição de líder é reforçada, no sintagma seguinte, pelo plural majestático, *somos todos iguais*, seguido da enumeração de variadas funções integradoras do conceito de trabalho.

Na perspectiva de Landowski (1989), o discurso político apresenta determinados elementos como atribuição do querer, constituição de objetos-valor e instauração de sujeitos e, um fenômeno não menos aparente, a organização polêmica, em que se integra cada um desses elementos. Assim, no contexto político, os enunciados axiológicos têm um alcance programático: os valores são designados na medida em que aparecem como "realizáveis" e sua realização implica a criação de estratégias que comprometem os sujeitos.

Pode-se conceber, portanto, um tipo de análise que, deixando de lado a descrição das axiologias, leve em conta a maneira como

diferentes ideologias desenvolvem programas narrativos específicos, possibilitando ou impedindo que os sujeitos alcancem seus fins.

A semiótica greimasiana considera que o termo narratividade não se refere simplesmente à operação de narrar, mas ao processo de ordenar as idéias, de dar clareza a toda e qualquer comunicação, seja pelo código lingüístico ou não. O programa narrativo, nesse contexto, vem a ser a operação que manifesta a “transformação de um enunciado de estado (de disjunção do sujeito com um objeto-valor, por exemplo) em outro enunciado de estado (de conjunção com esse objeto) pela mediação de um enunciado de fazer”, conforme explica Denis Bertrand (2000:432). Tais manifestações apresentam uma estrutura complexa: um programa principal, chamado de base (por exemplo, ser eleito para um cargo), mas que somente vai se realizar, se antes for feito um outro, chamado programa de uso (nesse caso, apresentar um projeto de governo que corresponda às perspectivas do povo). Os dois tipos de programas, ao mesmo tempo em que manifestam implicitamente o querer constitutivo dos sujeitos, empenham, sobretudo, suas capacidades de fazer.

Tais noções levam a indagar se o discurso faz alguma referência a programas integradores dos vários tipos de trabalho ou de trabalhadores no Partido. Examinando o texto integral, não se deparou com a previsão de nenhum programa de uso que vislumbre ou preveja a interação dos vários tipos de trabalho para chegar a uma práxis de justiça social que englobe todos os setores.

Nesse sentido, o enunciador reforça sua condição de dessemelhante diante do grupo majoritário (a elite dominante), quando menciona os *eternos descrentes dizendo que o PT, embora nascido dos trabalhadores, se converteria em partido de intelectuais, inviável como todos os outros*. A condição de dessemelhante o leva a não aceitar qualquer descaso e comparação com o grupo majoritário.

Landowski (1997: 7) afirma que,

(...) sendo as atitudes e comportamentos que fazem a “diferença” do dessemelhante vistos, mais ou menos, como puros acidentes da natureza – e não como elementos que assumiriam sentido no interior de uma (outra) cultura – o Outro se encontra de imediato desqualificado enquanto sujeito: sua singularidade aparentemente não remete a nenhuma identidade estruturada. E é finalmente este desconhecimento – ingênuo ou deliberado – que fundamenta a boa consciência do Nós em sua intenção assimiladora: não só o estrangeiro tem tudo a ganhar ao se fundir de corpo e alma no grupo que o acolhe, mas, além disso, o que ele precisa perder de si mesmo para aí dissolver-se como lhe recomendam não conta, estritamente falando, para nada.

Para a CLT, o conceito de trabalho está associado ao emprego, ao salário, ao capital. Assim, a conceituação das noções de emprego e de trabalho, relacionada à crise do trabalho é, na verdade, a crise de um determinado tipo de trabalho, o emprego, uma “invenção” da sociedade industrial que com ela se identifica.

Entende-se por emprego a atividade exercida na esfera pública, definida e reconhecida como útil pela sociedade que a remunera. Esse trabalho deve preencher uma função socialmente identificada na produção e reprodução do todo social. Ele é destacável do seu sujeito, pode ser medido, quantificado, separado. Torna-se um elemento da produção como os demais. Por isso, o emprego é algo que se tem ou não se tem. Os desempregados não o tem mais¹¹.

A CLT considera *empregador* a empresa individual e coletiva com fins lucrativos; *empregado*, aquele que é assalariado, devendo prestar serviços ao empregador. Define o Direito do Trabalho como o conjunto de princípios e normas que regulam as relações entre empregados e empregadores e de ambos com o estado, para efeitos de proteção e tutela do trabalho. O conceito ganha mais precisão, incluindo-se a referência à prestação de trabalho por conta alheia (em lugar da habitual subordinação). Jaime Montalvo Correa, citado por Valentim

¹¹ www.vinculando.org/brasil/conceito_trabalho/conclusão.htm - acesso 28/10/2006.

Carrion (2000: 230), afirma que ele deve ser visto como o sistema de princípios e normas emanados do estado e dos próprios interlocutores sociais no exercício de sua autonomia coletiva, para regular o esforço laborativo prestado para outrem no âmbito da relação de trabalho.

Assim, neste parágrafo, o conceito de trabalho, ligado ao valor do Partido dos Trabalhadores, tem a função de unir os demais setores da sociedade (*Somos todos iguais*), visando mostrar a não aceitação de ser dessemelhante, reforçando sua condição de líder do PT, que proporciona a união do partido em prol dos trabalhadores em geral.

A LUTA SINDICAL

D1-F5

11º parágrafo

Nosso partido nasceu como expressão política da *luta sindical*. A maioria dos nossos dirigentes continua no movimento sindical, e nele encontra a fonte de suas energias e a representatividade de sua prática política. Entretanto, desde os nossos primeiros passos, o PT jamais confundiu política partidária com sindicalismo e nem admitiu fazer do movimento sindical uma corrida de transmissão do Partido. Defendemos, sempre, a autonomia do sindicalismo frente aos partidos políticos. O sindicato é uma ferramenta de luta de todos os trabalhadores, independente das preferências partidárias que tenham.

O fragmento enfatiza que o partido teve sua origem na própria luta sindical e no trabalho dos sindicalistas que continuam em sua função. O pronome possessivo *nosso* representa o ator social Luiz Inácio Lula da Silva como um sujeito coletivo, que se responsabiliza pelo *contrato fiduciário* do Partido com o movimento sindical, contrato que propõe o sindicato como uma ferramenta de luta de todos os *trabalhadores, independente das preferências partidárias que tenham*. Tal contrato se norteia por princípios diferentes, os quais não se sobrepõem, são paralelos: enquanto o sindicato objetiva exercer a função e a atividade de fazer-fazer cumprir as regras estabelecidas e os

direitos dos trabalhadores, o Partido pretende a função, primeiro, de fazer-criar nessas regras e direitos, depois, fazer-ser o trabalhador sensível a esses valores. O sindicato norteia-se mais pelo *logos*, o Partido, pelo *pathos*; um é mais pragmático e racional; outro, mais cognitivo e sensorial.

Assim, o enunciador considera que *o sindicato é uma ferramenta de luta de todos os trabalhadores*. Lembrando que o termo *Sindicato*, do termo grego *sundikós*, significa o que dá assistência a alguém na justiça, esse movimento corresponde à própria origem do PT.

Carrión (2000) define sindicato dos empregados como o agrupamento estável de membros de uma profissão, destinado a assegurar a defesa e representação da profissão para melhorar as condições de trabalho. O sindicato patronal, por sua vez, congrega os empregadores com a finalidade de defender seus interesses econômicos.

As obrigações dos sindicatos dos empregados reportam-se a dois pontos importantes: primeiro, fundação de cooperativas de consumo e de crédito e conciliação das partes nos dissídios de trabalho; segundo, a integração profissional do trabalhador em sua classe e assistência para que obtenha um salário não necessariamente adequado à função que ocupa.

Com os sindicatos surgiram algumas polaridades: *categoria econômica vs. profissional*. A primeira refere-se ao empregador e à solidariedade de interesses econômicos que regem sua relação com o empregado. A segunda é formada pelos empregados e suas funções diferenciadas por força do estatuto profissional ou de condições de trabalho.

CLT fundamenta o contrato de trabalho entre empregador e empregado, em que as partes respondem a determinadas condições que asseguram o direito do trabalhador. O enunciador exalta que o PT surgiu da luta sindical, da reivindicação dos trabalhadores. Desse modo,

o trabalho assume outra função: garantir a autonomia do PT em relação aos demais partidos políticos.

Segundo Greimas & Courtés (1979: 86), o conceito de *contrato* assemelha-se ao de troca, uma espécie de crédito e de débito, de confiança e de obrigação. Não é apenas uma atividade pragmática, mas essencialmente cognitiva: para que a troca possa efetuar-se, é preciso que as duas partes tenham assegurado o “valor” do objeto a ser trocado, ou melhor, que estabeleçam previamente um contrato fiduciário, muitas vezes precedido de um fazer persuasivo e interpretativo dos dois sujeitos.

O contrato fiduciário pode ser chamado enuncivo, na medida em que se inscreve no interior do discurso-enunciado e diz respeito a valores pragmáticos. Manifesta-se também no nível da estruturação da enunciação como um contrato enunciativo ou de veridicção, já que visa a estabelecer uma convenção fiduciária entre o enunciador e o enunciatário, referindo-se ao estatuto veridictório (ao dizer-verdadeiro) do discurso enunciado. O contrato fiduciário, que assim se instaura, pode repousar numa evidência (isto é, numa certeza imediata) ou ser precedido de um fazer persuasivo (de um fazer-crer) do enunciador, ao qual corresponde um fazer interpretativo (um crer) da parte do enunciatário.

Dessa forma, o contrato de veridicção determina as condições para o discurso ser considerado verdadeiro, falso, mentiroso ou secreto, ou seja, a interpretação depende da aceitação do contrato fiduciário e da persuasão do enunciador, para que o enunciatário, encontrando as marcas de veridicção do discurso, assumas as posições cognitivas construídas pelo enunciador. Desse modo, o discurso constrói sua própria verdade e, por esse motivo, prefere-se falar em “dizer-verdadeiro” e não em verdade do discurso.

Como efeito de verdade do discurso, o enunciador mostra que o Partido dos Trabalhadores representa uma luta de sindicalistas para

construir uma identidade da classe operária, reivindicando seus direitos com movimentos grevistas. O trabalho é visto, neste caso, como uma atuação dos próprios sindicalistas na construção de um partido com ideais socialistas, embora de cunho social-democrático.

Fernando Henrique Cardoso, em seu livro *A Arte da Política* (2006), relata sua trajetória como político, enfatizando que os atuais partidos políticos nasceram da desagregação do regime autoritário formado a partir do golpe de 1964, o que facilita a compreensão do jogo político. Em outros termos, o modo como ocorreu a formação dos partidos justifica a existência dos partidos atuais.

A INTERAÇÃO: TRABALHO E CAPITAL

D1-F6

13º parágrafo

Companheiros: em nosso país, o sindicato é a ferramenta adequada para melhorar as relações entre o capital e o trabalho, mas não queremos só isso. Não queremos apenas melhorar as condições do trabalhador explorado pelo capitalista. Queremos mudar a relação entre capital e o trabalho. Queremos que os trabalhadores sejam donos dos meios de produção e dos frutos de seu trabalho. E isso só se consegue com a política. O Partido é a ferramenta que nos permitirá atuar e transformar o poder neste país. Em nossa luta, a atividade partidária deve completar a sindical, sem que uma queira substituir ou excluir a outra.

O termo *companheiros* traz sempre a mesma conotação, trabalhadores que têm algo em comum (*cum pane*, ou seja, que comem juntos o pão), no caso, o mesmo ideal: mudar a relação entre capital e trabalho, para que os *trabalhadores sejam donos dos meios de produção e dos frutos de seu trabalho*. A mudança deve ocorrer com o auxílio do Partido, cujo campo de ação é a política, complementada pela ação do sindicato.

O sintagma *o sindicato é a ferramenta adequada para melhorar as relações entre o capital e o trabalho* funciona como anáfora cognitiva,

remetendo ao fato de o PT também ter origem no movimento sindical, ambos, sindicato e partido, são a ferramenta adequada para melhorar as relações entre o capital e o trabalho.

O enunciador utiliza o verbo *querer*, modalidade virtualizante, própria do plano das motivações, que, na primeira pessoa do plural, conota a interação do sujeito Eu com outros (*nós*), no presente (*queremos*) e enfatizado pelo expressão *aqui*, remete para o tempo e a força de um enunciador coletivo.

Este parágrafo traz quatro vezes a expressão *queremos*, verbo que conota o "ser-em-devir", não um programa conhecido ou em ação, complementado pelos verbos no infinitivo, *melhorar*, *mudar*, não marcados temporalmente, e no subjuntivo presente *sejam donos*, também ligado ao "ser-em-devir". Tais verbos indicam que a *nossa luta*, partidária ou sindical, ainda não foi atualizada temporalmente, conseguiu *apenas melhorar as condições do trabalhador explorado pelo capitalista*. O escopo do discurso, o sintagma que significa que *os trabalhadores sejam donos dos meios de produção e dos frutos de seu trabalho*, é objeto direto de um *queremos*, que, completado pelo subjuntivo do verbo *ser*, situa-se em um tempo hipotético, não comprovado como possível.

Landowski (1989: 158) reconhece que a vida cotidiana – profissional, em particular – é feita de inúmeras sugestões e apostas contínuas na competência modal de outrem, cada um ocupando ora o lugar de enunciador-sujeito destinado a propor seus "serviços" a destinatários potenciais, papel da "promessa", ora o de enunciatário, forçado a forjar-se na situação prometida, antes de se dedicar às "missões" que lhe foram destinadas. Nesse caso, a promessa e a aposta remetem ao contrato fiduciário (relações do ser e do parecer, do crer e do não-crer), no qual surgem duas opções para o enunciatário: 1. denunciar as "belas promessas", criticando os que as fazem, por não cumpri-las; 2. aderir, ao identificar-se com os simulacros e, neles

confiando, moldar seu próprio "desejo", fato que pode configurar a ilusão enunciativa, o efeito de realidade.

A promessa é configurada na ação da política, atualizada no fazer do Partido, descrito como a ferramenta necessária para a transformação, ou seja, para as denúncias, razão por que fazer política não representa abandono do sindicalismo.

Para Landowski (1989: 155), há dois tipos de configurações – a promessa e a aposta, ou seja, a questão de confiança, ao mesmo tempo em que se coloca de maneira explícita, se resolve segundo duas vias divergentes e quase simétricas. No primeiro caso, a relação fiduciária passa primeiro pela construção do Destinator, no outro, pela instalação do sujeito.

Para Landowski, a promessa e a aposta envolvem três actantes: a) o objeto sobre o qual repousa o "crer" (ou a "dúvida"), que estabelece o problema da verossimilhança; b) um primeiro sujeito, que, encarregando-se do exercício de um fazer "persuasivo", deve ao mesmo tempo, enquanto enunciador, "querer" e "poder ser acreditado", criando o problema da credibilidade; c) enfim, um enunciatário, sujeito do fazer "interpretativo", igualmente dotado de uma competência, pois, para crer, é preciso ainda o "querer" e o "poder", o que instala o problema da credulidade (sem dar um sentido depreciativo a esse metatermo).

Nesse sentido, o "crer", como relação fiduciária entre dois parceiros instalados em uma dada "situação de comunicação", supõe que se estabeleça entre eles uma relação recíproca: o enunciador é reconhecido por seu enunciatário segundo o estatuto actancial de um sujeito e o enunciatário, pelo enunciador como seu Destinator. Desse modo, ao enunciador, o que importa não é propriamente denunciar as "belas promessas" e criticar os que nada fazem para cumpri-las; ao enunciatário importa o próprio ato de adesão pelos quais os sujeitos, identificando-se com os simulacros que lhes são propostos, passam a confiar nesses sujeitos que, disfarçados por suas "promessas", moldam

seu próprio “desejo”, criando a ilusão enunciativa, ou seja, um efeito de realidade.

Cada sujeito busca construir sua imagem em face do Outro, pela própria cultura que o leva a se identificar com o grupo no qual se insere e, na maior parte das vezes, a construir um *simulacro*, representação ou imagem virtual. É a imagem que o sujeito faz de si mesmo, também chamada “*imagem-fim*” – aquilo que o sujeito sonha para si e imagina de si. Como o mundo se transforma, o homem político também passa por transformações, sociais, econômicas, ideológicas ou partidárias para construir sua imagem em face da sociedade e do povo que o deve eleger.

O trabalho, do ponto de vista do capital, não é garantia de aquisição deste, pois implica a situação de um “ser-em-devir”, a moldagem de desejos, e a necessidade de diferenciar e tratar as promessas ilusórias como contrato realizado em termos de não-ilusão. Nesse caso, a noção de trabalho adquire função política, ou seja, o partido representa a ferramenta de atuação de transformação e isso leva o enunciador a estabelecer um contrato com o enunciatário, ou seja, a promessa assumida pelo enunciador em relação ao poder de atuação do PT.

A PERSISTÊNCIA NA LUTA SINDICAL

D1-F7

14º parágrafo

Em todos esses anos, desde que surgiu o Partido, jamais nos afastamos do sindicalismo – e não há cassação, prisão ou condenação que nos afaste da luta sindical. Alguns companheiros dizem que, como dirigentes do PT, já não devemos perder tanto tempo indo à porta de fábricas. Queremos deixar bem clara uma coisa: no dia em que dirigentes do PT não puderem mais ir às portas de fábrica, aos locais de trabalho, ou lá onde se luta pela terra, é melhor fechar o PT. Não somos um partido de gabinetes, de salas atapetadas, de conchavos nos bastidores. É lá na porta da fábrica, no local de trabalho, na luta pela

terra, na periferia que nos abastecemos, que aprendemos com o povo, que corrigimos a direção de nosso projeto político, que reafirmamos a nossa fidelidade ao trabalhador brasileiro.

O texto refere-se ao fato de que, desde seu surgimento, o lema do Partido dos Trabalhadores é a luta sindical, que deve ocorrer às portas das fábricas, significando sua forte ligação com o trabalho dos operários e destacando que o inimigo é o sistema no qual esse trabalho se insere ou a figura do industrial que o representa. A referência à *cassação, prisão ou condenação* confirma a rejeição da sociedade dirigente aos protestos ou reivindicações dos sindicalistas e comprova, pela ênfase no termo *luta*, que esse grupo privilegia mais o sentido de *luta* que o de justiça social. Para o enunciador, o simulacro de lutador é mais forte que o de justiceiro: o PT pretende representar o trabalhador injustiçado e não fazer apenas política partidária.

Entretanto, tal ênfase revela que o partido não está homogêneo: vozes discordantes contestam a crença do enunciador. Todavia, o emprego da expressão *perder tanto tempo na porta* indica que o enunciador, autodenominado um dos *dirigentes do PT*, julga que o trabalho de persuasão dos trabalhadores não é eficiente, porque os trabalhadores não aderem à sua campanha. Outro efeito de sentido comprovador da divergência de Lula frente aos outros partidários, é quando afirma que *alguns companheiros* julgam que o dirigente deve mandar-fazer piquetes nas portas, mas não perder ele próprio seu tempo.

Esse traço marca a direção do pensamento de Lula: a ação do Partido privilegia um fazer discurso, um falar movido por um auditório, ou melhor, crê no espetáculo da oratória e tira a sua força do auditório, mesmo que este o faça perder tempo e não se deixe persuadir facilmente.

Landowski (1989) admite dois níveis de funcionamento do "crer", assim como uma relatividade semântica: crer (ou não crer) no que diz

alguém é uma coisa; crer (ou não crer) naquele que diz alguma coisa é outra.

O primeiro caso (crer no discurso) opõe-se ao segundo (crer no enunciador) como se crer dependesse unicamente de marcas ou propriedades no enunciado que tenham o efeito de fazer *parecer verdadeiro* o que é dito, independentemente das qualidades próprias ou do estatuto daquele que as comunica. Nessas condições, continua Landowski, se bastassem efetivamente “bons argumentos discursivos” (ou mesmo uma “dicção” apropriada) para conseguir a convicção do ouvinte, ou se, inversamente, toda convicção tivesse por condição indispensável a irrefutabilidade de um raciocínio (ou de um tom preciso), não seria necessário ir mais longe: a análise do “crer” pertenceria simplesmente, à ciência do enunciado, à lógica ou à retórica da argumentação e, mais ainda, à poética do discurso. Não é essa a posição do enunciador Lula: a crença que proclama depende de sua presença física na luta sindical, o que fica mais claro no enunciado *não há cassação, prisão ou condenação que nos afaste da luta sindical*, no qual o sentido do verbo “não-afastar” destaca a necessidade de “aproximar” a figura do enunciador da ação a fim de lhe dar mais força argumentativa.

O enunciador dá ênfase à separação de classes, ao dizer que o PT não pertence à elite, cujos partidos são *de gabinetes, de salas atapetadas, de conchavos nos corredores*, relacionando esse contexto espacial a atividades de intriga. O contrato fiduciário do partido fundamenta-se na construção do simulacro de defensor das causas populares, um discurso de sensibilização, de jogos do ser e do parecer. O orador é um sujeito do fazer-fazer, querer-fazer, dever-fazer, fazer-crer, tendo como objetivo a liderança do PT, sensibilizar e conquistar a adesão do enunciatário por meio das polaridades: forma subjetivante (*Queremos deixar claro*) que indica sua vontade como projeção da vontade coletiva da ala na qual se coloca, e objetivante, quando se

refere aos *dirigentes do PT* que julgam que seu dirigente não deve *mais ir às portas das fábricas*.

Na expressão *É lá*, a visão do narrador observador dos fatos considera o espaço físico (*porta da fábrica* ou *lá onde se luta pela terra*) associado ao espaço humano (local de trabalho e de reivindicação). Nesse sintagma, o termo *periferia* tem a conotação de lugar de gente humilde, simples, sofrida, que abastece e direciona a ação petista e a luta sindical. O verbo *abastecer* conota busca de energia para continuar o trabalho, assim como euforia para a aprendizagem da ação sindical que possa auxiliar na diminuição da pobreza.

O enunciador apóia-se na voz do povo para se fazer ouvir como a voz de dirigente do PT. Os verbos *abastecer* e *aprender*, confirmam a isotopia instalada: o povo abastece os recursos retóricos do PT e o motiva a lutar. Nessa perspectiva, o verbo *corrigir* tem efeito de sentido de transformação, caminho novo a ser percorrido em relação a um projeto político, correção que, mobilizada pelo povo, assume, conforme o termo *direção*, o sentido de percurso ou diretriz para uma mudança conotada como certa. Assim como os demais verbos desse fragmento, *corrigir* está no pretérito perfeito presentificado, ou seja, algo que começou no passado, prolonga-se no presente e, possivelmente, no futuro. Nessa perspectiva, corrigir a direção do projeto político apenas será possível com a força conquistada na porta da fábrica, periferia, no contato com o povo. Desse modo, o verbo *reafirmamos* mostra que o PT já firmou um contrato fiduciário no qual garante sua fidelidade ao trabalhador brasileiro.

Para Landowski (1989), a promessa põe em relação dois parceiros e visa estabelecer entre eles a conclusão de um contrato pelo qual aquele que promete (o enunciador) se compromete a "fazer alguma coisa" conforme à "expectativa" de seu parceiro (o enunciatário), um pedido prévio do enunciatário ou, como no caso das promessas eleitorais, o "promitente" antecipa tais pedidos e se empenha em fazer

um programa para satisfazer ao enunciatório, programa que só pode ser construído pelo enunciador.

Segundo Landowski (ibidem), determinado segmento social, ao pedir “tudo” (prosperidade econômica e liberdade, estabilidade e mudança etc.), não pede “nada”, porque não sabe estruturar ou articular o pedido, cabendo ao “homem político” explicitar sua ordem de valores para que possa reconhecê-los e exigí-los. O fazer persuasivo do enunciador consiste, nesse caso, em fazer o enunciatório aderir à imagem de si mesmo, criada e proposta pelo enunciador. A junção dos temas, reivindicações sindicais e reforma agrária, estabelece uma relação de sentido, com o termo *luta* e cria, ao mesmo tempo, o *perfil* do trabalhador brasileiro do campo e da cidade. Nesse caso, a noção de trabalho fundamenta a busca de identidade do PT, noção complementada pela descrição de não pertencer à elite e não ser partido de gabinete ou de salas atapetadas.

Landowski (1997: 14) afirma que não há diferença entre “Nós” e o “Outro”, apenas demarcações que bricolamos a partir das articulações perceptíveis do mundo natural. Em outros termos, a diferença do Outro depende do ponto de vista que se adota. Assim, acrescenta Landowski (ibid: 15):

Nesta perspectiva, o Outro não poderá mais ser pensado como o simples representante de um alhures radicalmente estrangeiro, do qual, salvo se lhe ordenarem que volte para lá (exclusão), ele teria que (assimilação obrigatória) se desligar completamente; ao contrário, ele se tornará, em certa medida, parte integrante, elemento constitutivo do “Nós”, sem com isso ter que perder sua própria identidade.

Nesse caso, a identidade do PT é ser diferente dos outros partidos, colocar-se, real e pragmaticamente, na oposição e mostrar-se o contrário do que os outros são.

16º parágrafo

Temos viajado por todos os recantos deste país. Consideramos que o problema da terra é, sem dúvida, o mais grave em nossa conjuntura. É ele que provoca os ciclos migratórios, a inchação das favelas nas cidades, o aumento do preço dos gêneros de primeira grandeza, os gastos com a importação de produtos que, em princípio, são típicos do nosso solo. Como os lavradores, estamos cansados de esperar uma solução, e já não acreditamos em estatutos que não saem do papel. Só nos resta apoiar a luta de quem vive da terra, fortalecer o sindicalismo rural, criar condições para maior entrosamento entre cidade e campo. O PT sabe que o homem da terra está fazendo uma reforma agrária por suas próprias mãos. Como partido, é dessa luta que queremos colher os elementos concretos, práticos, que nos permitirão definir uma política precisa sobre a questão da terra. Não cabe a nós, da cidade, definir o que é bom para os companheiros do campo. Cabe a vocês, companheiros da área rural, ensinar-nos o que devemos fazer, como devemos agir, em que podemos apoiá-los. Somos um partido dos trabalhadores da cidade e do campo. E é desta união que germinam as sementes de nossa proposta partidária.

O enunciador não fala em trabalhador ou em trabalho no campo, apenas de *problema da terra*, referindo-se a esse trabalhador por meio de expressões como *quem vive da terra*, *homem da terra*, *companheiro do campo* ou *companheiro da área rural*. Não usa a denominação *trabalhador rural*, mas afirma que ele *está fazendo uma reforma agrária por suas próprias mãos*, ou seja, sua atividade está relacionada a um fazer pessoal, não a um programa que possa impedir as conseqüências disfóricas (*ciclos migratórios*, *inchação de favelas...*) de um estado de espera de soluções.

O discurso instala o PT como o destinador da comunicação, o sujeito de um poder, saber e, principalmente, de um fazer-saber que quer apenas colher elementos que lhe possibilitem definir a política da reforma, mas não definir o que é bom para os companheiros do campo. Fica claro que a relação com estes é apenas de reconhecimento de sua

existência e de apoio a suas reivindicações, ou melhor, de partilha de sua condição de excluídos.

Não há indício de tentativa de partilhar projetos, conhecimentos ou problemas, mas apenas compactuar a posição do camponês que rejeita a injustiça social: *O PT sabe que o homem da terra está fazendo uma reforma agrária por suas próprias mãos.*

A imagem do homem do campo resulta, neste discurso, da criação do simulacro de opositor ao sistema, e da crença nesse simulacro por meio de generalizações que possibilitam manter relação, mas não interação de ordem mais profunda com ele. O semantismo do verbo *germinar* na expressão *é desta união que germinam as sementes de nossa proposta partidária* indica intenções, mas não fatos que se atualizem claramente como contribuição de idéias, projetos ou trabalhos, somente a pressuposição de conhecer suas idéias e projetos, ou melhor, a intenção do enunciador PT de, assimilando os problemas do campo, criar o *ethos* de reformador e transformador da integralidade da situação nacional.

Mais uma vez o enunciador é visto como um herói. O sacrifício de Prometeu ou os trabalhos de Hércules se fazem presentes na isotopia dos gestos ou intenções de Lula em face do homem que precisa de ajuda, mas, enquanto este não se dispuser a ultrapassar seus próprios limites, a força petista continuará apenas discursiva.

AS DIMENSÕES DO TRABALHO E O EMPREGO

D2- F9

17º Parágrafo

Decorrente da falta de liberdade sindical e da inexistência de uma reforma agrária, que afeta gravemente a vida dos trabalhadores brasileiros, hoje, o desemprego, fruto amargo da falida política econômica adotada pelo regime vigente. A economia atual rege-se pelas flutuações do mercado e não pelas necessidades da nação. Esse modelo capitalista é essencialmente perverso e não cremos que ele possa ser remediado. Mas não podemos esperar a mudança do sistema

enquanto os desempregados engrossam o contingente de marginais, de prostitutas, de párias sociais. Temos que lutar agressivamente por mais empregos, pela estabilidade no emprego, pelo salário-emprego, pelo salário mínimo real unificado. E um pequeno, mas importante, passo nessa luta será dado no próximo 1º de outubro, Dia Nacional de Luta, quando iremos às ruas manifestar o nosso descontentamento e as nossas reivindicações mais urgentes.

O tema *trabalho* ou *trabalhadores* é recorrente no uso do termo *desemprego* e na referência ao cenário econômico e político do regime vigente. O enunciador projeta-se na voz de um actante observador que se refere ao modelo vigente e à história política do país, actante cuja identidade é construída por meio da isotopia espaço-sociotemporal, ou seja, pela interação das marcas enunciativas criadas pelos vários atores sociais em diferentes tempos e espaços (Landowski, 1997).

No olhar desse actante, a dificuldade de trabalho é decorrente do sistema capitalista e da ausência de um socialismo democrático, tornando-se responsável pelo *contingente de marginais, de prostitutas, de párias sociais*.

O enunciador considera o sistema capitalista perverso, uma vez que o trabalho é visto como força e não como o valor do qual resulta esse trabalho. Isotopicamente, o mito prometeico se repete, visto que o fogo pode ser interpretado como o conhecimento que leva à luta contra o modelo de capitalismo, conhecimento pontuado pelo enunciador Lula, para levar o povo a motivar-se a enfrentar *a falida política econômica adotada pelo regime vigente*.

Assim, como presidente do PT, busca mostrar que há muito para fazer, sobretudo, no campo do reconhecimento dos problemas, o que o faz contrapor posições de forma dramática e eloqüente: *opressão vs. liberdade, riqueza vs. pobreza, explorador vs. Explorado*.

O aumento de oportunidades e de estabilidade de trabalho é colocado como objetivo para a melhoria social, razão por que justifica a luta e incita o povo a ir às ruas para reivindicações (*não podemos*

esperar / temos que lutar agressivamente por mais empregos). Fica clara a presença de um sujeito configurado como coletivo (verbos na primeira pessoa do plural. O verbo *poder* instaura um sujeito do querer-fazer e do fazer-fazer, assim como do poder-fazer-criar na mudança do sistema político vigente. O advérbio *não* tem efeito de sentido de tornar possível a mudança pela espera e, sim, pela ação; a conjunção *Mas*, com efeito sentido de um tempo concomitante, refere-se ao verbo *esperar* como um tempo contínuo. Em outros termos, o verbo *esperar* indica expectativa, esperança de possível mudança, já o verbo *poder* indica força para a mudança. Assim, o verbo *temos*, no sintagma seguinte, indicando um sujeito coletivo, mostra novamente a adesão – e com agressividade – de outrem, ou seja, a luta é de todos os trabalhadores, o que explica a referência *ao 1º de outubro, Dia Nacional de Luta*, para o qual os trabalhadores devem estar sensibilizados. O enunciador mostra-se unido à causa dos trabalhadores e constrói um *ethos* de agente sensibilizador do povo para torná-lo lutador.

A relação do enunciador com o trabalho é de entusiasta e apaixonado, mas sua manifestação ocorre mais no nível do discurso, no fazer o enunciatário ouvir, compreender, aceitar e interiorizar a consciência de sua exclusão social, visto que fala em *lutar agressivamente*, mas não diz como. Refere-se ao *Dia da Luta* como a possibilidade de *um pequeno, mas importante passo nessa luta*, reportando-se a *descontentamento e reivindicações*, atividades que se articulam mais à sensibilização generalizada, mas não pontuais. A luta parece ser de palavras, intenções ou, mesmo, como se pretendesse apenas marcar a presença física, mas pacificamente atuante. Nesse caso, o termo trabalho recebe a conotação não de um fazer serviços ou produtos, mas de um estado de exclusão dos círculos de produção eufórica e, desse modo, obrigatoriamente incluído no grupo dos explorados e destinados a trabalhar somente para subsistir.

Assim, a noção de trabalho pode ser vista segundo a ótica da contraposição: como um ofício realizado por um sujeito inserido num processo de construção, norteado por si próprio, ou peça de um sistema que rege o processo da construção por meio apenas da exploração do trabalhador.

Carrion (2000: 20), comentando a CLT, afirma:

A relação individual de trabalho é a que entrelaça um empregado a seu empregador, mediante direitos e obrigações recíprocas. As relações coletivas, mesmo tendo por pressupostos os contratos individuais, formam-se e se desenvolvem entre toda uma categoria profissional, de um lado, geralmente organizada em sindicato, e a respectiva categoria patronal, ou um empregador, do outro.

O enunciador, ao referir-se aos trabalhadores, ressalta a luta acirrada por mais empregos, pelo salário-emprego, pelo salário mínimo e mostra que a desigualdade do operário, outrora marcada pela condição de excluído, pode ser substituída, após a ação política do PT, pela condição de incluído. O fato de o enunciador ser líder do PT já denota um poder, querer, dever e crer-ser tal situação diferente.

A modalidade, na semiótica, diz respeito à mudança exercida pelos verbos modais, na instância discursiva, sobre a significação do predicado que modifica. Tal mudança ocorre segundo uma graduação definida por quatro modos: 1. o modo virtualizado que caracteriza o *querer* e o *dever*; 2. o modo potencializado, que aponta as duas variedades do *crer*; 3. o modo atualizado, que manifesta o *saber* e o *poder*; 4. o modo realizado que se constitui do *fazer* e do *ser*. Este último, não é uma modalidade no sentido estrito, pois os enunciados do *fazer* e do *ser* não comportam condição modal. Em *Sémiotique du discours* (1998: 166) Fontanille observa que as modalidades pertencem ao domínio do implícito, pois, na ocorrência do *fazer*, é fácil deduzir que há um *saber*, um *poder* e um *querer* ou um *dever* subjacentes.

O autor enfatiza que essas condições, na perspectiva do discurso em ato, destacam um "saber partilhado", reconhecido, na cena predicativa, como comum aos parceiros da enunciação. Nos programas

narrativos, as transformações do sujeito devem ser analisadas do ponto de vista do implícito contido em seu predicado modal, que, expresso ou não, imprime ao predicado principal um sentido que designa um modo de existência que é anterior à realização da atividade desse predicado, ou seja, é a *condição de realização* necessária ao actante para que ele realize sua ação. Segundo essa perspectiva, as modalidades possuem a força de verdadeiros predicados narrativos: são a manifestação das *condições pressupostas* e os determinantes das transformações nos actantes, ou seja, constituem a *lógica das forças transformacionais* do discurso-enunciado, como o autor mostra no quadro:

| MODALIDADES | VIRTUALIZANTES | POTENCIALIZANTES | ATUALIZANTES | REALIZANTES |
|-------------|----------------|------------------|--------------|-------------|
| | Motivações | Crenças | Atitudes | Ações |
| Endógenas | Querer | Crer | Saber | Ser |
| Exógenas | Dever | Aderir | Poder | Fazer |

As paixões apresentam-se constantemente regidas por essas modalidades ou forças, pois os verbos modais apontam suas *condições de realização* e configuram seus *modos de existência* e as nuances das *condições passionais*.

Esclarece Fontanille (ibid.: 207) que a ação está intimamente ligada tanto à paixão como à cognição:

A paixão poderia, nessa perspectiva, ser considerada como o princípio da coerência (ou da incoerência) interna do sujeito: ela dissocia ou mobiliza, ela seleciona um papel e suspende todos os outros, ela reúne os papéis em torno de um único, etc¹².

O sujeito, movido pela paixão, experimenta e sente as tensões de todos os papéis psíquicos ou sociais fundidos em um único, e as impõe forçosamente ao corpo, que é, ao mesmo tempo, um entre os muitos objetos do mundo e o ponto de partida para as experiências no mundo.

¹² Cf. texto original: La passion pourrait, dans cette perspective, être considérée comme le principe de la cohérence (ou de l'incohérence) interne du sujet: elle dissocie ou elle mobilise, elle sélectionne un rôle et suspend tous les autres, elle rassemble le rôles autour d'un seul, etc.

Assim, apesar de norteado pela lógica e intensidade do sensível, o discurso passional segue também a lógica da racionalidade, que se especifica como um acontecimento (irrupção dos afetos) e uma transformação (revelação das tensões).

A práxis enunciativa desse acontecimento e transformação, ou seja, o processo de narratividade torna a paixão inteligível segundo as formas culturais do grupo social. O sentido da paixão é revelado nas formas que organizam o percurso de estados passionais e nas transformações modais destes conforme a cultura, o que possibilita dizer que toda paixão é vivida segundo determinada identidade cultural e as configurações discursivas e seus dispositivos passionais nos levam a identificar uma determinada paixão.

QUE PAIXÕES MOBILIZAM O TRABALHO?

O ator-presidente do PT é o actante reivindicador das causas populares e, ao mesmo tempo, o revolucionário frente à elite dominante. A paixão que motiva seu percurso é a pressuposição de um “dever-ser” excluído pelo poder dominante e o “não-querer-aceitar” essa exclusão.

Tais motivações levam-no a potencializar a crença na força da união de seus companheiros (aqueles que comem o mesmo pão, sentem o mesmo cansaço e percorrem os mesmos caminhos) de tal modo que se sintam também potencializados a aderir à idéia de possuir força e competência para tomar atitudes (funcionais, como greves, e sociais, como reivindicações públicas) que possibilitem atualizar suas convicções: querer-mudar, crer na mudança, atualizar a ação de saber e poder-criar o Partido do povo, o PT.

À semelhança de Prometeu, Hércules e o Adão bíblico, Lula funde todos os papéis funcionais e sociais, todas as tensões e intenções em uma única empreitada passional. Se não foram, numérica e

especialmente, doze os seus trabalhos ou se não teve que restaurar todas as noites o fígado comido pelos abutres, como um Adão moderno, trabalhou para não passar fome, sentiu cansaço, passou por humilhações e sacrifícios em portas de fábrica, em praças públicas e, mesmo, na prisão até sua paixão levá-lo à presidência do PT.

Se os heróis da Antiguidade, representando a eterna insatisfação humana, revoltam-se contra a tirania dos deuses e tentam construir o seu próprio destino sem aceitar interferência divina, um, roubando o fogo, outro, vencendo inúmeros inimigos na terra ou no inferno, Luiz Inácio Lula da Silva, mais próximo de Adão, tenta seu destino, usando seu poder de comunicação e transformando a função "trabalho" em um instrumento de poder controlador, capaz de fazer reverter o poder não por projetos fundamentados teórico e conceitualmente em premissas reconhecidas como verdadeiras, mas pelo sentimento e exploração da sensorialidade, cuja arma é o discurso verbal, espacial ou visual, bramido com eficácia para vencer a situação negativa na sociedade que pretende ser democrática: a exclusão social.

O enunciador tem o poder que lhe é conferido por essa arma, sobretudo porque brama com a veemência de um discurso espontâneo, acessível, gestos e postura de sinceridade, estabelecendo profunda relação patêmica com grande parte da nação, o que lhe possibilita transformar essa relação em um *pathos* político. O bom uso deste pode transformar o sentido pragmático de "trabalho" em uma alavanca que mobilize a virtualização popular no sentido de assumir um dever e um querer-inverter a exclusão social por meio da potencialidade assegurada pela crença de seu líder na adesão da população a um partido cujas forças podem construir um querer/poder/saber inverter, pela repulsa à exclusão e à situação política do país.

CAPÍTULO III

O OLHAR DO PRESIDENTE

[...] há quase sempre, observando em profundidade, alguma coisa de profeta e até do revolucionário na figura do herói.

Landowski (1997)

DISCURSO DE POSSE DE
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
NA PRESIDÊNCIA DO BRASIL

CONGRESSO NACIONAL
Brasília, 1º de janeiro de 2003



Figura 2¹³

O discurso de posse presidencial ocorreu em sessão solene no Congresso Nacional, em 1º de janeiro de 2003, diante de um auditório, composto não só por autoridades e convidados, mas por cerca de 175 milhões de brasileiros que assistiram à transmissão do cargo pela televisão.

Este discurso também é analisado somente nos fragmentos em que há ocorrência do tema trabalho e dá, como no anterior, ênfase

¹³ Figura 2 – disponível em <http://www.presidencia.gov.br/> , acesso em 06/01/2006 e 09/11/2006.

maior à sintaxe discursiva pelo fato de a análise estar voltada ao exame da construção identitária e seus efeitos passionais.

FORÇA E ESPERANÇA DOS MUTIRÕES

D2-F1

11º parágrafo

O povo brasileiro, tanto em sua história mais antiga, quanto na mais recente, tem dado provas incontestáveis de sua grandeza e generosidade; provas de sua capacidade de mobilizar a energia nacional em grandes mutirões cívicos. E eu desejo, antes de qualquer outra coisa, convocar o meu povo justamente para um grande mutirão cívico, para o mutirão nacional contra a fome. Num país que conta com tantas terras férteis e com tanta gente que quer trabalhar não deveria ter razão alguma para se falar em fome.

Neste fragmento não há o termo trabalho, apenas sua forma verbal, trabalhar. O substantivo indica a nominalização de uma atividade, representação lingüística que enfatiza a abstração, uma categoria geral; o verbo apesar de ser também representação, conota mais o sentido de ação, de mobilização que requer transformação, reconhecida na referência feita pelo enunciador presidente à História do país como um todo (*tanto em sua história mais antiga, quanto na mais recente*). Utilizando o ponto de vista cronológico, demonstra julgar que a crença do povo deve se fundamentar em atividades ou ações que comprovem seu valor, assim como sua continuidade ainda hoje, conforme indica o tempo composto *tem dado provas*.

A expressão *provas incontestáveis* possibilita ao enunciador colocar-se como o relator dos feitos desse povo, dos quais participa como actante coletivo, figurativizado no lexema povo, pressuposto condutor de ações de *grandeza e generosidade*. O enunciador desdobra-se: é, ao mesmo tempo, o líder Lula e o povo e, na condição de líder/povo, um actante também autor de *provas incontestáveis*.

Desse modo, o enunciador atribui ao sujeito coletivo povo uma característica que passa também a lhe pertencer: *grandeza e generosidade*. O tempo presente da enunciação remete a um momento anterior, mas é também durativo (*tem dado*), qualificando o presente de sua eleição como grande e generoso, além de sua capacidade comprovada de *mobilizar a energia nacional em grandes mutirões cívicos*. Nessa perspectiva, o *povo brasileiro/Lula* é um sujeito de estado que espera e acredita na mudança.

Nesse primeiro sintagma, o enunciador se faz presente, não na 1.^a pessoa do discurso, mas na 3.^a pessoa, actante coletivo figurativizado como sociedade brasileira, como figura política de fato. Landowski,(1997: 188) explica:

(...) a vida política perdeu toda sua ancoragem, pois que, sob o efeito da "inflação comunicacional", ela se transformou num puro jogo de simulacros, numa vasta comédia que governantes e governados representam uns para os outros, e que, para captar a atenção dos cidadãos (e os sufrágios dos eleitores), a classe política não tem, doravante, outro recurso a não ser se apoiar simplesmente no fato (um pouco trivial, mas pelo menos positivo) de que, nos sistemas de "democracia representativa" que conhecemos, os eleitores continuam a ser, apesar de tudo, ao menos no sentido jurídico-político do termo, nossos "representantes", nossos mandatários. Por si só, isso não basta para que nós, seus mandantes, que certamente os elegemos e em nome de quem eles agem, sintamo-nos implicados pelo que eles fazem no exercício de seu mandato, ou para que nos reconheçamos no que fazem.

A opção é simular cumplicidade, por meio de pretensa, mas falsa, igualdade entre o enunciador e seu público, como se depreende do actante coletivo *o povo brasileiro*.

O pronome *sua* (*sua história/sua grandeza/sua capacidade*) e os lexemas *provas, grandeza e generosidade* demonstram tratar-se de um enunciador que crê e, sobre essa crença, constrói sua esperança de transformação, a qual já pode ser comprovada pela referência a grandes mutirões

O lexema *provas* pode ser recorrente de um tempo passado do enunciador, quando agia como líder sindical e, segundo a isotopia

espaço-temporal, é percebido como sujeito coletivo, em terceira pessoa, pragmático e, ao mesmo tempo, cognitivo, já que *tem a capacidade de mobilizar a energia nacional*, assim como conhecer suficientemente o povo para motivá-lo a constituir *grandes mutirões cívicos*. O sujeito povo e seu solidário sujeito enunciador são entendidos como o "Eu" brasileiro, aquele que tem consciência de sua habilidade cognitiva de ser e pragmática de fazer, segundo o jeito brasileiro.

Ao agregar as conquistas e provas do povo brasileiro à sua condição de sujeito coletivo, o enunciador assume o papel actancial de competente e sente-se movido a usar a primeira pessoa no sintagma seguinte: *E eu desejo, antes de qualquer outra coisa, convocar o meu povo justamente para um grande mutirão cívico, para o mutirão nacional contra a fome*. Este sintagma faz pressupor dois papéis temáticos exercidos pelo sujeito enunciador: um "eu" implícito como desdobramento do sujeito coletivo povo, capaz, generoso e enérgico, e outro implícito de sua história de vida, conhecedor experiente de situações disfóricas, diversificadas, como a fome em sua condição de retirante nordestino, lutas como operário e reivindicador como dirigente sindical.

Nesse sintagma, a aditiva *E*, como elemento coesivo, corresponde à sua estratégia argumentativa, ou seja, o efeito de sentido de *E* é construir um *ethos* de defensor do combate à fome. O verbo *desejo*, na 1ª pessoa do singular, apresenta um sujeito virtualizado, com um querer-fazer e potencializado, já que está nominalmente recebendo o poder presidencial, o que corresponde à voz da figura da maior autoridade do país.

A semiótica considera cinco modalidades: crer, querer, dever, poder e saber, que determinam o ser (enunciados de estado), e o fazer (enunciados de fazer). Assim, pode-se classificar este enunciador como aquele que crê e quer convocar o povo, sabe e pode fazer tal convocação, pois o fazer *lhe* foi outorgado pelo povo que acreditou que,

mais que um querer, a convocação deve ser um dever, já que foi a grande promessa do candidato.

A expressão *antes de qualquer outra coisa* é a compreensão desse dever, do ponto de vista temporal, marcante da passagem da consciência de um passado de não-poder para a de um presente de poder-fazer. Na expressão *meu povo*, o pronome *meu* funciona como a demonstração da solidariedade com esse povo, no passado, e com o compromisso ou dever de servi-lo, no presente, já que quer, sabe e pode comandar a nação. O advérbio *justamente* confirma a interação temporal e espacial do não-poder ser e fazer outrora e o poder-ser e fazer hoje.

O enunciador busca a adesão do enunciatário, convoca o povo para *um grande mutirão cívico*, qualificando-o como *um grande mutirão nacional*, iniciando, desse modo, sua atuação como presidente do país. O que direciona esse dever não é uma atividade baseada em pesquisa, objetivada segundo um programa social, mas subjetivada em termos de experiência pessoal e lembranças do passado que não devem voltar mais. As experiências e emoções substituem a objetividade e a organização para fundamentar o programa oficial do governo.

O tema mutirão pode ter sido escolhido para criar empatia com o povo, que muitas vezes consegue benefícios por seu próprio esforço e solidariedade com os companheiros, mas também pode ser resultado e experiências vivas do passado do próprio presidente, mais ainda pelo fato concreto e objetivo de num país que conta com *tantas terras férteis e com tanta gente que quer trabalhar não deveria ter razão alguma para se falar em fome*.

Desse modo, o enunciador estabelece seu primeiro programa de governo a partir de sua visão pessoal de trabalhador braçal e não de um político conhecedor de recursos ou soluções pragmáticas e racionais. É a expressão de um desejo, não a comprovação de um saber político, social e econômico. Nessa perspectiva, o trabalho, previsto no

programa conhecido como Fome Zero, não é configurado como atividade ou programação objetiva como plano de governo, mas simplesmente como o componente do desejo de recuperar e refazer um cenário vivido, um tempo e espaço de emoções e frustrações na busca de soluções para a sobrevivência. O privilégio dado ao mutirão não é de um programa voltado para o futuro, ele pretende o progresso social, mas voltado para o passado, o que pode levar ao resgate da identidade ou dignidade do povo brasileiro, já que é um representante dessa classe que se senta no poder.

Landowski (1997: 196), ao referir-se a esse tipo de ocupação no espaço cênico da vida pública, afirma:

A orquestração da vida pública muda inteiramente, contanto que, em vez de se concentrar na ação na qual ele participa em cena, o ator (político), voltando sua atenção para a sala, consiga *dar corpo* à relação de interação que virtualmente o liga a seu público.

Para o autor (1992: 176-7), o termo *estratégia* dá origem ao fazer estratégico. Quando se trata de política, há estratégias fiduciárias (cognitivas) e estratégias operacionais (pragmáticas). Para as estratégias fiduciárias, tem-se o fazer político, que consiste em “manipular os homens” e o fazer mágico que é “manipular as coisas” como se fossem homens. Já para as operacionais, o fazer tecnológico consiste em “manobrar as coisas” e o fazer tecnocrático em “manobrar os homens” como coisas.

De acordo com esse modelo, o fazer político (assim como o fazer tecnocrático) corresponde ao modo como o ator político manipula os enunciatários (povo), pela linguagem e forma como conduz seu discurso ou pelas estratégias de persuasão. Em se tratando de manobra política, o sujeito é cognitivo, porque consegue manipular o enunciatário, assim como o contrato fiduciário com o enunciatário é da ordem do fazer crer-verdadeiro.

A estratégia fiduciária do enunciatário é fazer um contrato de veridicção que leve o enunciatário a crer que seu discurso é verdadeiro

e aceite tal contrato. A aceitação pressupõe a *teatralização* do ato de posse e a popularidade do líder petista, fatores que garantem, no momento, a adesão ao contrato.

A forma de Lula simular cumplicidade na criação do contrato é recorrente, em seus discursos, como estratégia política de sensibilização. O tema *trabalho* é recorrente na medida em que o termo *gente* indica um sujeito coletivo que tem vontade de trabalhar.

Pode se pressupor que o enunciatário seja um sujeito *virtualizado* (querer/dever-fazer ou ser trabalhador), sujeito pragmático, e um sujeito *potencializado* (crer/poder-ser), sujeito volitivo. O enunciador é reconhecidamente um sujeito *realizado* (foi eleito presidente) e sujeito cognitivo (sabe ser político e fazer política) e sujeito *atualizado* (empossado como presidente).

Dentro dos jogos do *ser e do parecer*, o simulacro construído pelo enunciador, em relação ao enunciatário, é um *fazer interpretativo* e eufórico de sua noção de trabalho, ou seja, o trabalho é a fonte das soluções das necessidades do povo; *persuasivo*, porque seu exemplo de vida ou de trabalho levou-o a chegar à condição vitoriosa de presidente, induzindo os necessitados a crerem que esse destino também pode ser o seu.

Os simulacros construídos pelo enunciador configuram o sujeito Lula sob a forma de um semideus. A narrativa focaliza a ambição do homem de tentar equiparar-se ao deus a fim de dominar a criação. Quase todas as culturas possuem histórias dessas tentativas fracassadas. Em quase todas, o trabalho ocupa lugar especial, pois oferece as condições para a realização do próprio *ser-em-devir* que, de algum modo, deve se transformar para conseguir seu objetivo.

O trabalho, ou o mutirão, condensa as aspirações do enunciador e fundamenta a construção de sua identidade como presidente recém-eleito, pois necessita demonstrar que está consciente de que deve concretizar a mudança, ou seja, a substituição da imagem do operário

pela de presidente. Tal mudança somente poderá ocorrer, se assimilar a representatividade tão diversificada de milhões de brasileiros. Landowski (1997: 27), observa que a construção da identidade do sujeito se dá graças a uma série de transformações dinâmicas:

Seja que ele tenha que reconhecer, presente no fundo de si mesmo, uma parcela de Alteridade, seja que ele descubra que, em parte, sua própria identidade lhe vem do Outro, o sujeito, em semelhante caso, nunca é ele mesmo, mas torna-se ele – desde que aceite mudar.

A SEDUÇÃO DOS CONTRATOS

D2-F2

18º parágrafo

Vamos garantir o acesso à terra para quem quer trabalhar, não apenas por uma questão de justiça social, mas para que os campos do Brasil produzam mais e tragam mais alimentos para a mesa de todos nós; tragam trigo, tragam soja, tragam farinha, tragam frutos, tragam o nosso feijão com arroz.

O enunciador continua como actante coletivo cuja intenção é mostrar-se integrado com o povo. O verbo *garantir* revela que ele estabelece um contrato com o enunciatário a respeito de seu acesso ao domínio da terra para trabalhá-la não apenas como *uma questão de justiça social*, mas de produção que interessa a todos os brasileiros, conotando uma visão que não se limita a beneficiar o trabalhador do campo, embora esse tema seja recorrente em outros fragmentos.

Entretanto, não considera o trabalho uma obrigação ou, no caso do trabalho rural, uma alternativa (justificável por sua história de vida na área metalúrgica), ligada à subsistência física (*tragam mais alimentos para a mesa de todos*). O trazer, ou seja, a contribuição do agricultor, está valorizado por seis repetições do verbo *trazer*, enfatizando a fartura na *mesa de todos nós* e a cultura da alimentação mais comum no Brasil (*trigo, farinha, frutos e nosso feijão com arroz*), sem esquecer a *soja* que representa o avanço da agroindústria. As

estratégias persuasivas do enunciador privilegiam a comida, logo, o sensorial na conotação configurativa de trabalho.

O enunciador, diferentemente daquele do primeiro discurso, não apresenta posturas reivindicatórias, ao contrário, mostra-se um estrategista, pois sabe que tem como destinatário, além da população de baixa renda, o grupo majoritário, a quem precisa dar boa impressão para ser aceito e com quem pretende estabelecer um contrato na condição de Destinator Manipulador. Greimas (1979: 115) esclarece:

Freqüentemente dado como pertencendo ao universo transcendente, o Destinator é aquele que comunica ao Destinatário-sujeito (do âmbito do universo imanente) não somente os elementos da competência modal, mas também o conjunto dos valores em jogo; é também a quem é comunicado o resultado da performance do Destinatário-sujeito que lhe compete sancionar. Desse ponto de vista, poder-se-á, portanto, opor, no quadro do esquema narrativo, o Destinator manipulador (inicial) ao Destinator julgador (final).

A construção da narratividade compreende quatro fases: *manipulação, competência, performance e sanção*.

As estratégias fazem parte da *manipulação* que, ao contrário da operação de transformação, são a ação do homem sobre outros homens, visando a levá-los a um fazer-ser (dimensão pragmática) e a um fazer-fazer (dimensão cognitiva), formando a seqüência canônica da narrativa: *provocação, sedução, intimidação e tentação*. Esses tipos de manipulação definem-se segundo dois critérios: competência do manipulador, ora sujeito do saber, ora sujeito do poder; e alteração modal, operada na competência do sujeito manipulado. Diana L. Pessoa de Barros (2002: 33) resume tal categorização no seguinte quadro:

| | Competência do destinator-manipulador | Alteração na competência do destinatário |
|-------------|--|---|
| PROVOCAÇÃO | SABER (imagem negativa do destinatário) | DEVER-FAZER |
| SEDUÇÃO | SABER (imagem positiva do destinatário) | QUERER-FAZER |
| INTIMIDAÇÃO | PODER (valores negativos) | DEVER-FAZER |
| TENTAÇÃO | PODER (valores positivos) | QUERER-FAZER |

Na fase da *competência*, o sujeito que vai realizar a transformação central da narrativa é dotado de um saber e/ou poder fazer. No discurso, a competência diz respeito ao fato de Lula ter vencido as eleições e realizado a transformação: passa de sujeito de estado submisso ao poder governamental, para a condição de assumir e fazer-executar tal poder. A competência está no plano do inteligível e implica a atualização de um sujeito que domina o conhecimento, por isso é, muitas vezes, adquirida em programas de uso, ficando a *performance* para o programa de base, no qual ocorre a principal transformação.

A *performance*, fase em que se dá a transformação (mudança de um estado a outro), comprova a competência do sujeito quanto ao saber e poder, assim como a condição volitiva de querer/dever-fazer, além da potencialidade para crer. Lula exerce sua competência de presidente, fala e é ouvido por toda a nação.

A *sanção* é exercida por um Destinator que constata a realização ou não da performance e, por conseguinte, o reconhecimento da competência do sujeito. Este discurso somente pode ser atualizado, porque o resultado da eleição sancionou Lula como sujeito realizado como presidente, o que determina que ele seja, doravante, o Destinator de leis e atos governamentais, o sancionador da verdade ou dos projetos apresentados pelo seu governo ou políticos.

O discurso de posse trata, nesse fragmento, de garantias de terra para quem quer trabalhar (*Vamos garantir*), apresentadas na voz de um sujeito coletivo (governo), focalizando o espaço para viver e trabalhar e tendo como imagem o sentido positivo do destinatário e a modalidade do querer-fazer. Nesse saber estão incluídos o enunciador Lula, como parte da população brasileira que conhece a fome de perto, e a população dos dirigentes que conhecem não a fome, mas o passado de Lula e sua campanha para as eleições. O que marca a noção de trabalho neste fragmento, não é a questão cognitiva de um fazer-fazer (projetos, por exemplo), mas a pragmática de experiências vividas pessoalmente

ou conhecidas por relatos. Tais experiências fundamentam o contrato como valor a ser aceito.

A garantia de todo contrato envolve três fazeres: *veridictório*, *epistêmico* e *fiduciário*. O primeiro é a inscrição pelo enunciador de marcas que possibilitam que o enunciado se deixe ler como verdadeiro/falso, ou mentiroso/secreto; o *fazer epistêmico* é a interpretação, pelo enunciatário, do teor veridictório do enunciado, partindo das atitudes epistêmicas coletivas, dos sistemas de conotações veridictórias, dos mecanismos de produção de efeito de sentido "verdade"; o *fazer fiduciário* é o agir que leva o enunciatário a confiar ou esperar mais do que seu próprio fazer epistêmico autoriza. Toda a posse traz aberturas de contratos, mas o aqui apresentado já foi assinado nas urnas pelo fazer fiduciário da confiança no candidato.

A VOZ DO CONTRATANTE

D2-F3

22º parágrafo

Quero reafirmar aqui o meu compromisso com a produção, com os brasileiros e brasileiras que querem trabalhar e viver dignamente do fruto de seu trabalho. Já disse e repito, criar empregos será a minha obsessão. Vamos dar ênfase especial ao Projeto Primeiro Emprego, voltado para criar oportunidades aos jovens que hoje encontram tremenda dificuldade em inserir-se no mercado de trabalho. Nesse sentido, trabalharemos para superar as nossas vulnerabilidades atuais e criar as condições macroeconômicas favoráveis à retomada do crescimento sustentado para a qual a estabilidade e a gestão responsável das finanças públicas são valores essenciais.

O primeiro sintagma deste fragmento explicita a recorrência do tema *trabalho* pelo uso de *quero reafirmar*, que comprova que o enunciador fez realmente um contrato com o povo acerca da *produção*, vista como *fruto* do esforço do homem, já que, fora do plano metafórico, as plantas tiram da terra, ar, sol e água a condição ou os elementos que sustentam sua vida. Nesse caso, confirma-se a isotopia espaço-temporal da volição de mudança. Os verbos *trabalhar* e *viver*

(no infinitivo) demarcam o aspecto de ordem durativa, no que diz respeito aos meios de produção dos próprios trabalhadores.

Nesse sentido, a isotopia espaço-temporal é instaurada com o advérbio *aqui* e o verbo *quero*, na primeira pessoa do presente. Na verdade, há dois espaços: o espaço em que acontece o ato de posse (espaço do *aqui*), o espaço geográfico, Brasil. Nesse caso, o primeiro espaço pertence ao ator-social presidente, espaço heterotópico, da sanção do operário transformado em presidente; o segundo é o espaço do povo brasileiro, qualificado como mão-de-obra competente, trabalhador braçal, no campo, e agente da produção, nas cidades, dois espaços utópicos das transformações a serem realizadas no governo petista.

Nessa perspectiva, o *Eu/Lula* é o ator-presidente que, tendo construído o *ethos* que o transformou na figura presidencial, mandatário da nação, coloca-se como o sujeito do querer e dever cumprir o contrato: *Já disse e repito, criar empregos será a minha obsessão*. A realização desse contrato implica três tempos: passado, um momento anterior (*já disse*); presente, atualidade do discurso (*repito*); futuro, momento da continuidade (*será minha obsessão*).

O trabalho é previsto ou generalizado como *emprego*, o que pode denotar visão unilateral ou, pelo menos, contrária à referida por Carrion (2000: 20):

A relação individual de trabalho é a que entrelaça um empregado a seu empregador, mediante direitos e obrigações recíprocas. As relações coletivas, mesmo tendo por pressupostos os contratos individuais, formam-se e se desenvolvem entre toda uma categoria profissional, de um lado, geralmente organizada em sindicato, e a respectiva categoria patronal, ou um empregador, do outro.

O que estranha é o enunciador querer que se cumpra a promessa de trabalho, mas não se referir ao empregador, sem o qual é difícil haver emprego. Nesse caso, a promessa do enunciador parece dificilmente realizada, já que falta um dos membros do contrato de trabalho.

Segundo a tradição mítica prometeica, o trabalho garante ao indivíduo seu próprio bem-estar, tanto físico como moral, mas exige esforço, dedicação e esperança de satisfação após realizado, mas nem todo trabalho implica emprego, entendido segundo a CLT.

Ao se referir ao Projeto Primeiro Emprego, o enunciador generaliza a situação, tanto no passado como no presente, referindo-se a suas *vulnerabilidades*, mas anunciando, no futuro, abertura à *criação de condições macroeconômicas favoráveis*, em termos de *gestão responsável de finanças públicas*. O efeito de sentido desse enunciado reporta a intenção de o Estado tomar para si o papel de empregador. Esse Projeto, pretendendo confirmar a empatia com os enunciatários jovens, constrói a imagem de um presidente consciente da dificuldade desses jovens para inserir-se no mercado de trabalho. O enunciador constrói, assim, um *ethos* conciliador e, ao mesmo tempo, reformador, como se fora um novo Messias. Recorrendo às palavras de Landowski (ibid.191-2), pode se dizer:

Ser político não é apenas aparecer, circunstancialmente, nos trajes oficiais da função, é exatamente, como diz a célebre fórmula "fazer dom de sua pessoa", o tempo todo e em toda a parte.

A promessa, *minha obsessão*, confirma tal procedimento, pois como atesta Landowski, a vida política possui uma série de discursos substancialmente pré-construídos. Enquanto no plano de conteúdo as exigências relacionam-se à fidelidade a uma ideologia (a um partido), no plano da expressão, a fidelidade é o recurso a uma língua pré-fabricada, o "politiquês": "a palavra do homem político não é em média tão menos previsível – ou o que dá no mesmo, tão mais livre – quanto a do comediante interpretando docilmente seu papel" (ibidem). E o autor acrescenta:

Em política também há, por conseguinte, bons e maus atores, capazes de encarnar com mais ou menos talento, cada um em seu "emprego", a figura típica do "político", de representar o papel num certo número de circunstâncias convencionadas (ibidem).

Chaim Perelman & Lucie Olbrechts -Tyteca (1992), em seus trabalhos de retórica, explicitam que o estilo próprio do orador é criado para conseguir a adesão do auditório. No caso de homens políticos, esse estilo revela-se na recorrência dos temas dos discursos, na seleção lexical, nas atitudes tomadas em público, no nível do uso da língua, na seleção de eventos em que aparecem, na quantidade de pronunciamentos que fazem, no tom de suas alocações, nas ocasiões em que surgem de improviso ou não, nas imagens e argumentos empregados, entre outros.

Ao fazer política, o actante manipula seu enunciatário a crer nas suas intenções de mudança e, de alguma forma leva-os a aderir a essa mobilização e a vê-lo não apenas como um sujeito pragmático, da ordem do fazer-crer, ou potencializado, da ordem do crer-ser, como também um sujeito cognitivo, da ordem do poder e do saber-ser governante e fazer-atos governamentais.

O enunciador encarna um semideus, aquele que pode e deve realizar mudança substancial no país e, revestindo-se também do *ethos* de Messias, promete salvar o povo de sua condição de subdesenvolvido ou desnutrido, pela *estabilidade e gestão responsável das finanças públicas*.

O PACTO SOCIAL

D2-F4

24º parágrafo

Para repor o Brasil no caminho do crescimento, que gere os postos de trabalho tão necessários, carecemos de um autêntico pacto social pelas mudanças e de uma aliança que entrelace objetivamente o trabalho e o capital produtivo, geradores da riqueza fundamental da Nação, de modo a que o Brasil supere a estagnação atual e volte a navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. O pacto social será, igualmente, decisivo para viabilizar as reformas que a sociedade brasileira reclama e que eu me comprometi a fazer: a reforma da Previdência, a reforma tributária, a reforma política e da legislação trabalhista, além da própria reforma agrária. Esse conjunto de reformas

vai impulsionar um novo ciclo do desenvolvimento nacional. Instrumento fundamental desse pacto pela mudança será o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social que pretendo instalar já a partir de janeiro, reunindo empresários, trabalhadores e lideranças dos diferentes segmentos da sociedade civil.

O sujeito enunciador afirma que o trabalho deve ser gerado pelo crescimento, empregando o verbo na primeira pessoa do plural (*carecemos*), dando ao autor da atividade de superar a *estagnação atual* a conotação de vitória e heroísmo. Landowski (1997: 200) explicita que o herói, para impor-se como tal, deve beneficiar-se de uma conjuntura que lhe possibilite figurar, ao mesmo tempo, na posição de “ser” (actante coletivo) como na de “fazer” em termos de coletividade. No cenário brasileiro, pode se compreender a identidade e o devir desse sujeito, como formado por duas figuras diferenciadas: o presidente, eleito pela maioria brasileira, e o petista, posições acumuladas num único ator que se diz capaz de uma ação em comum com o povo.

Ao utilizar o verbo *repor* (no infinitivo), tempo durativo, o enunciador mostra que o Brasil já conheceu o caminho do crescimento, mas o perdeu, apresentando-se, agora, como o sujeito cognitivo e, ao mesmo tempo, pragmático, capaz de propor, como fizera outrora, na qualidade de líder sindicalista, as linhas do sucesso, gerando postos de trabalho para todo o país. Existe, pois, uma situação anterior, heróica, mas tornada disfórica; e outra, atual, anunciada como eufórica. Há previsão da passagem do estado de carência para o de não-carência, por meio do pacto social, que promoverá mudanças pela aliança do trabalho com o capital produtivo. Substitui-se a noção exclusiva de trabalho e de produção pela de pacto ou aliança do trabalhador com o capital, também chamado produtivo e gerador da riqueza fundamental da nação. A isotopia espaço-temporal é instalada com o expressão, *postos de trabalho*, indicando o local em que acontece o ato de trabalhar e a marcação eufórica do tempo atual, *no caminho do crescimento*, bem como a previsão de um tempo durativo do governo.

Daí o verbo *carecemos* que revela a junção do sujeito presidente com o sujeito representante do povo, que conhece o estado de espera e de necessidade de mais postos de trabalho.

O efeito de verdade desse sujeito do ser e do fazer é construir a credibilidade e a aceitabilidade de um actante que, como homem de ação, dirige e promove pactos e alianças enumerando várias atividades governamentais: *pacto social para a sociedade; reforma da Previdência, reforma tributária, reforma política e da legislação trabalhista, além da própria reforma agrária.*

Landowski (1997: 193) descreve o homem de ação e sua relação com a política da seguinte forma:

A "cena" política – o próprio lugar da ação – constitui o espaço de visibilidade institucionalmente delimitado onde, por definição, o sujeito político, em especial se ele preenche um cargo governamental, aparece no próprio exercício de suas funções. O que se espera, por conseguinte, dele, nesse plano, é que "aja", que ele se apresente como um autêntico sujeito operador, capaz de se impor pela eficácia de seu fazer, antes, por exemplo, que, pela colocação em evidência deste ou daquele traço de personalidade original que o desvelamento de seu "ser" íntimo poderia revelar.

O exame das características desse *homem de ação* levou Landowski (*ibidem*) a estudar a figura que se lhe colocava como oposta, reconhecendo outra figura política: *o herói mediador*, caracterizado por seus atos, regidos por uma dimensão da ordem do sensível: um ato político vivido coletivamente no modo passional como verdadeira gesta política.

Para Landowski (*ibid*:199), a popularidade do político se exerce na medida em que ele cumpre uma *função*:

De um lado, para que essa função, na espécie da ordem do poder, se exerça, é preciso que ela se encarne num certo indivíduo, num sujeito determinado, que lhe dará inevitavelmente sua marca pessoal – mais ou menos como, num outro contexto, se pode ver uma outra transcendência, de ordem divina, encarnar-se *num homem* que, em troca, pela própria forma de sua "humanidade", modela nossa representação do Deus do qual ele é supostamente o Filho.

A atuação do herói político, quando mediador (ainda segundo a tipologia de Landowski), busca a conjunção perfeita com seu

enunciatário a fim de atingi-lo em seu ponto mais íntimo. Assim, seus enunciatários, em vez de se contentarem "em olhar seus dirigentes agirem (nem que seja apenas para criticá-los)", formam um único ser com seu chefe, vivendo, através dele seu próprio destino (ibid: 201).

As atividades do enunciador político Lula reportam mais o discurso ou as sensações de um querer, não o conteúdo de um saber-fazer. Por essa razão, os verbos estão na primeira pessoa do plural, a fim de adquirir o estatuto de sujeito coletivo, mas não concebido como unidade totalmente homogênea ou entidade própria, apenas como um sujeito que transcende a individualidade de que se compõe.

Sem dúvida, basta em princípio um conjunto de interesses convergentes, de valores e de referências implicitamente partilhadas para que tal comunidade exista em estado virtual: mas, para que ela se atualize, para que o corpo político se reconheça dessa maneira quase fusional, é preciso que ele encontre efetivamente a ocasião concreta de ser apreendido reflexivamente como totalidade singular, integral (e não mais partitiva), unidade na experiência emocional de uma presença imediata para si mesma (ibid, 197)

Nessa dimensão patêmica, o público transforma-se em *ser vivente* que se descobre habitado por crenças e gostos comuns, carregado de lembranças e sensível a atrações ou repulsões coletivas. Assim as atividades, nomeadas de forma sintética, geral, sem pontuação de estudos e projetos, como o novo Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, do qual farão parte empresários, trabalhadores e lideranças da sociedade civil, são aceitas, pelos enunciatários, como se o enunciador fosse um verdadeiro homem das ações que enumera. Se nos primeiros fragmentos, não há referência a empresários, aqui eles aparecem como auxiliares para, sob o comando do presidente e constituindo o pacto social, promovem uma grande ação transformadora.

Além do efeito de verdade, há o efeito de aproximação do enunciador em relação ao enunciatário empresário, pelo verbo na 1ª pessoa do plural (*carecemos*) e pelo próprio estado do sujeito que, ao

tornar-se presidente, passou do estado de carência para o estado de não-carência

Greimas & Courtés (1979) afirmam que o sujeito, ao construir seu simulacro (a imagem de si ou o que pensa de si), faz o jogo do ser e do parecer, utilizando procedimentos argumentativos do homem de ação, visando a levar o enunciatário a admitir como certa sua ação e como válido aquilo que diz e como diz. Tal fato implica examinar o estilo que constrói o ator da enunciação. Essa construção se dá por meio de dois processos: homogeneidade e heterogeneidade. A homogeneidade é apenas aparente, uma vez que o desdobramento do sujeito ocorre na medida em que ele é heterogêneo, pois cada enunciação pressupõe sempre dois sujeitos: o Eu e seu Outro.

Assim, a expressão metafórica *o país volte a navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social* conota disforicamente a realidade atual (criada pelo Outro) e euforicamente a futura mudança (prevista pelo Eu), comprovando que é a sensorialidade e/ou a sensibilidade que movem o sujeito da mediação, dando-lhe credibilidade.

O enunciador reforça a proposta de pacto social, visando a uma mudança substancial no país no que diz respeito ao trabalho. O emprego do verbo *reclama* no presente mostra o ponto de vista do enunciador, que não apenas narra fatos futuros (o pacto social será), e do observador. Bertrand (2000:124) propõe uma tipologia dos observadores com quatro figuras: focalizador, espectador, assistente, ator-participante.

O *focalizador* não é assumido por nenhum dos atores do discurso, nem orientado por qualquer dêixis espaço-temporal; é estritamente implícito, pressuposto, passível de reconstrução a partir das seleções e ocultações operadas e identificadas no enunciado. O *espectador* corresponde ao focalizador que se transforma em espectador, quando o ponto focal da observação é determinado pela organização espaço-

temporal do enunciado. O *assistente* surge, quando o focalizador-espectador torna-se ator explícito, instalado, no interior do enunciado, mas tendo somente a função de construir o espaço figurativo. O *ator-participante* aparece como sujeito de ação, instalado em um lugar e tempo na narrativa, agindo como personagem, freqüentemente um dos principais papéis, cuja ação tem um sentido e um valor no contexto.

Lula é enunciador e observador participante, pois afirma categoricamente: *eu me comprometi a fazer: a reforma da Previdência, reforma Tributária, reforma Política e reforma da Legislação Trabalhista, além da própria reforma Agrária*. Essa participação desloca para sua ação futura a sanção recém recebida do povo, pois acrescenta: *Esse conjunto de reformas vai impulsionar um novo ciclo do desenvolvimento nacional*, enunciado que se torna a garantia do contrato fiduciário que firma no momento. É um discurso de promessas em que o enunciador crê que o enunciatário deposita total confiança em suas reformas, pois apresenta-se como o herói mediador, usando linguagem e tema apropriados ao que o auditório quer ouvir.

Landowski (1997) chama essa situação de estado de graça do ator-político. É o estado passional do sujeito que vive sua própria construção de outra identidade, a de mandatário da Nação. É o ser-em-devir em constante transformação no rastro da alteridade e não conforme o que ele próprio julga de si.

A isotopia espaço-temporal se instala com a expressão *já a partir de janeiro, reunindo empresários, trabalhadores dos diferentes segmentos da sociedade civil*. O enunciador considera os empresários como sujeitos pragmáticos e, a si próprio, como sujeito cognitivo. Nesse caso, *trabalho* é visto como atividade que não se restringe a uma classe, pois reconhece *diferentes segmentos da sociedade civil*, sendo que o dos empresários deve ser também liderado pelo presidente e inserido em seu projeto de desenvolvimento econômico e social.

25º parágrafo

Estamos em um momento particularmente propício para isso. Um momento raro da vida de um povo. Um momento em que o Presidente da República tem consigo, a seu lado, a vontade nacional. O empresariado, os partidos políticos, as Forças Armadas e os trabalhadores estão unidos. Os homens, as mulheres, os mais velhos, os mais jovens estão irmanados em um mesmo propósito de contribuir para que o país cumpra o seu destino histórico de prosperidade e justiça.

No primeiro sintagma, o enunciador une-se novamente ao enunciatário com o verbo na 1ª pessoa do plural (*estamos*), indicando o espaço e o tempo passional que o deixa integrado sensivelmente ao povo. Assim, reitera por três vezes a expressão *momento* para justificar seu estado de graça em um dia sonhado durante os 20 anos da trajetória política. Desse modo, ao enunciar *Um momento raro da vida de um povo*, projeta a enorme sensação que sente, ao perceber-se *Presidente da República*, tendo *a seu lado a vontade nacional*, sensação que, não cabendo mais em si, precisa ser projetada na imensidão da gente brasileira. Ao afirmar *O empresariado, os partidos políticos, as Forças Armadas e os trabalhadores estão unidos*, o enunciador revela que reconhece a diferença actancial dessas classes, fazendo mesmo uma referência gradativa, na qual o termo *trabalhadores* aparece por último, talvez por ser em aqueles que lhe deram a experiência para estar lá no momento. As classes são renomeadas conforme gênero e idade, categorias que julga homogêneas na busca da *prosperidade e justiça*.

A relação do enunciador com a nação é configurada por categorias diferenciadas: primeiro, um fazer (*empresariado, Forças Armadas e trabalhadores*), ou seja, um fazer econômico, fazer governamental e

fazer produtos, interligados pela condição de *unidos*; depois, um ser, *homens e mulheres, mais velhos e mais jovens*, ligados pela condição mais simples e natural do ser humano (*irmanados*). No caso do "fazer", há heterogeneidade dos indivíduos na conquista da *união*; no caso do "ser", homogeneidade, pela condição humana, para cumprir o *destino histórico de prosperidade e justiça*. Esta escolha enunciativa mostra que o contrato feito pelo enunciador volta-se mais para a condição de humanidade do auditório que para a condição social ou produtiva da sociedade. Para compreender essa relação contratual, Landowski (1989: 195-196) acrescenta:

Há, por definição, contratualização dos processos de resolução cada vez que a realização do programa de uma das partes tem como condição necessária o consentimento prévio de seu parceiro. Conforme a maneira como a parte "beneficiária" (isto é, o sujeito manipulador) consegue fazer querer e, em último limite, fazer-fazer pelo Outro o que corresponde a seu próprio objetivo, podem-se distinguir dois grandes tipos de contratos: de um lado, os que se analisam como uma troca de prestações e contraprestações consideradas objetos; de Outro, os que pressupõem a existência de um mandato e comprometem, mas profundamente, um certo reconhecimento entre sujeitos. É essencialmente o Saber dos contratantes que entra em jogo no primeiro caso, em que se trata de apreciar o valor "objetivo" dos termos de uma troca: ao contrário, com a problemática do mandato, será a modalidade do Poder que veremos predominar, sendo a capacidade de "fazer-fazer" ligada, então, diretamente às relações estatutárias contratualmente estabelecidas ou reconhecidas entre os sujeitos.

Assim, o enunciador manipulador, privilegiando a situação humanitária, mostra sua inclinação para o sensível, emocional e dramático, ou seja, para o discurso da comoção, demonstrando seu distanciamento do fazer racional, lógico e sistemático, ou seja, a realização de programas governamentais. A relação humanitária com o auditório constitui a principal fonte de popularidade de qualquer político, pois, somente sendo conhecido, do ponto de vista humano e sensível, ele há de ser amado e popular.

No caso deste enunciador, prevalece, do ponto de vista do *ethos* aristotélico, a *eúnoia*: porquanto ele insiste em ser claro, amistoso ao falar das várias camadas sociais e concentra seu foco nos

trabalhadores, apresentados como a síntese do esforço de todas essas camadas.

A PAIXÃO E A CRENÇA

D2 – F6

27º parágrafo

Por tudo isso, acredito no pacto social. Com esse mesmo espírito constitui o meu ministério com alguns dos melhores líderes de cada segmento econômico e social brasileiro. Trabalharemos em equipe, sem personalismo, pelo bem do Brasil e vamos adotar um novo estilo de Governo, com absoluta transparência e permanente estímulo à participação popular.

O enunciador faz uso de uma expressão conclusiva, *por tudo isso*¹⁴, como um elemento anafórico instaurado no parágrafo anterior, constituindo uma isotopia temática: a união de todos. O verbo, na 1ª pessoa do singular (*acredito*) e o expressão (*pacto social*) são reiteraões da crença na adesão do povo ao combate à fome, desemprego e desigualdade social e é reafirmada, neste parágrafo, pontuando mais a sensibilidade e a comoção na criação do pacto social.

Para definir tal pacto, o trabalho é definido como atividade de grupo (*equipe*). Sua modalidade (*sem personalismo*) conota a importância que dá à sua força pessoal, realçada nas expressões: *vamos adotar um novo estilo de governo, com absoluta transparência e permanente estímulo à participação popular*, expressões que reforçam a confiança na empatia com o povo e em seu carisma. O projeto está sintetizado na expressão generalizada de um "lugar comum": *para o bem do Brasil*, mas esse *bem* pressupõe *marketing* de si próprio (*novo estilo de Governo / permanente estímulo à participação popular*).

¹⁴ O parágrafo anterior, 26º, não foi estudado porque nele não consta o termo *trabalho*. O sintagma anafórico reporta-se a esse parágrafo, cujo texto é: *Além do apoio da imensa maioria das organizações e dos movimentos sociais, contamos também com a adesão entusiasmada de milhões de brasileiros e brasileiras que querem participar dessa cruzada pela retomada do crescimento contra a fome, o desemprego e a desigualdade social.*

Se outrora construía um pré-*ethos*, no qual dominava a sensação de exclusão ou de estrangeiro por não pertencer à classe dominante, agora, constrói um *ethos* resultante de sua condição de ser e de fazer-ser presidente empossado.

Landowski (1997: 6) descreve a noção de estrangeiro, relacionando-a à polaridade semântico-discursiva: *assimilação vs. exclusão* e afirma:

Não é necessário fazer caricatura para ressaltar a ambigüidade das atitudes que, no âmbito desse tipo de discurso e de práticas, determinam a sorte reservada ao Outro, ao estrangeiro, ao dessemelhante. Quando assimilador, o grupo dominante não rejeita ninguém e pretende ser, ao contrário, por princípio, generoso, acolhedor, aberto para o que vem de fora. Porém, ao mesmo tempo, toda diferença de comportamento um pouco marcada, pela qual o estrangeiro trai sua proveniência, parece, para ele, extravagância despida de razão.

Desse ponto de vista, pode-se dizer que o ator político tem a impressão de achar que é como "todo mundo", entretanto, o caráter institucional de todo discurso político, principalmente o de posse, mostra que não é fácil o enunciador tornar-se um "nós" ou sentir-se como "nós" e conquistar o enunciatário. A figura de recém-chegado à presidência assemelha-se à do estrangeiro, ou seja, o enunciador fala, primeiro, àquele que já lhe é conhecido, o povo, depois, ao desconhecido, a elite até então sua adversária.

Comenta Landowski (ibidem) que o estrangeiro atrai pelo estranhamento que causa, entretanto, se este for bem administrado, pode ter seu encanto em relação aos modos de ser e de fazer. No caso da política, o recém-chegado passa a ser aceito como um conhecido pelo novo grupo. A figura de dessemelhante transforma-se em semelhante e, alcançando sucesso, de excluído torna-se incluído e quem passa a ser estrangeiro é a figura que, outrora, era considerada seu semelhante.

Considerando os três estilos aristotélicos de orador, *phrónesis* (norteia-se mais pelo *logos* que *pathos* ou *ethos*), *areté* (fundamenta-

se, sobretudo, no *ethos*) e *eúnoia* (baseia-se principalmente no *pathos*), observa-se que Lula vale-se do último estilo, uma vez que estabelece com o enunciatório um contrato de *fidúcia*, ou seja, procura conquistar a credibilidade por meio da empatia construída por sua história. Essa história é a novidade de seu governo: não traz projetos, cálculos, propostas de leis ou regimentos governamentais objetivos e pontuados com clareza, mas promessas nascidas da sensibilidade e da crença em um simulacro: *vamos adotar um novo estilo de Governo, com absoluta transparência e permanente estímulo à participação popular.*

CAPÍTULO IV

DA CONTEXTUALIZAÇÃO PARA AS REFLEXÕES

O que está em jogo, na espera de um possível diferente, não é unicamente – nem em política nem alhures – a esperança de um mundo-objeto, que seria diferente do que ele é; é também, e talvez primeiramente, alguma coisa que tem relação com a gestão do sentimento de identidade dos próprios sujeitos, atores ou testemunhos do que muda em torno deles e com eles.

Landowski (1997)

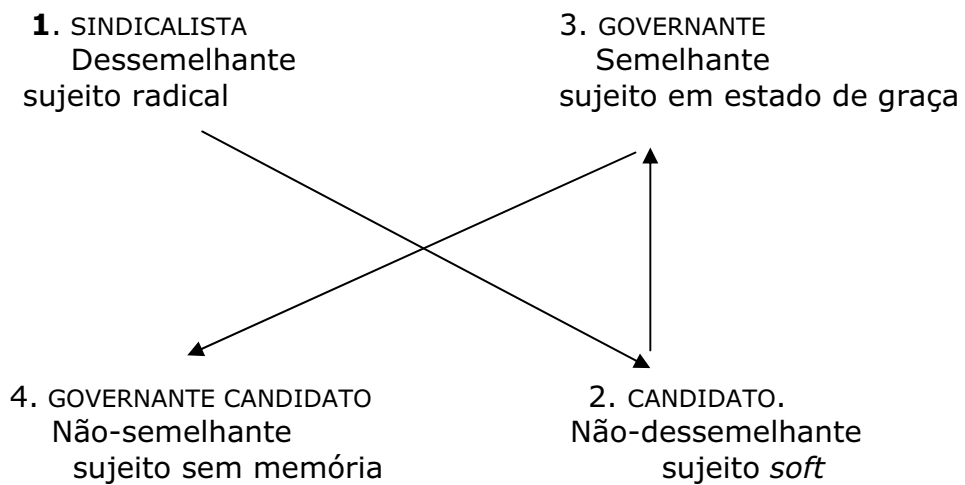
termos não podem se apresentar juntos. A que faz a ligação de A com \bar{A} introduz os termos contraditórios, ou melhor, a noção de contraditoriedade. Pode-se também prever uma linha ligando não- \bar{A} a A e reconhecer a relação de complementaridade.

As categorias semânticas podem mudar seus termos e focalizarem grande maioria deles, como, por exemplo, vida vs. morte, natureza vs. cultura ou identidade vs. alteridade, mas as relações que esses termos mantêm entre si não mudam, terão sempre o valor contrariedade ou contradição. A semiótica considera, ao lado da categoria do plano inteligível, a categoria do plano sensível, estabelecendo o termo, categoria eufórica, para denominar a sensibilização positiva, e categoria disfórica, para a negativa. Assim, os termos contrários, euforia vs. disforia, formam a categoria fórica que, ao lado da categoria semântica, formam o nível fundamental do percurso gerador de sentido.

A esse respeito, Landowski (1997: 7) acrescenta:

Conseqüentemente, sendo as atitudes e comportamentos que fazem a "diferença" do dessemelhante vistos, mais ou menos, como puros acidentes da natureza – e não como elementos que assumiriam sentido no interior de uma (outra) cultura –. o Outro se encontra de imediato desqualificado enquanto sujeito: sua singularidade aparentemente não remete a nenhuma identidade estruturada. E é finalmente este desconhecimento – ingênuo ou deliberado – que fundamenta a boa consciência do Nós em sua intenção assimiladora: não só o estrangeiro tem tudo a ganhar ao se fundir de corpo e alma no grupo que o acolhe, mas, além disso, o que ele precisa perder de si mesmo para aí se dissolver como lhe é recomendado não conta, estritamente falando, para nada.

Tendo como referência a classe dominante, utilizam-se as polaridades, *semelhante vs. dessemelhante* e *identidade vs. alteridade*, para nortear o exame do percurso político de Lula e reconhecer quatro posições possíveis de corresponder às suas transformações identitárias.



O quadrado semântico corresponde às quatro posições de Lula no cenário político brasileiro atual, mas forma uma figura que não está fechada, porque as transformações ainda estão em curso.

1. Lula radical – ocupa a posição de dessemelhante, caracterizada pelo querer e dever ser oponente do sistema político e governamental estabelecido, por meio da atividade de sindicalista e, posteriormente, de presidente do PT. A identidade radical revela-se em seu fazer pragmático e ideológico, norteador da discursividade de seu primeiro discurso (**D1**). Para o radical, o trabalho é forma de exploração da classe operária pela classe dominante.
2. Lula-*soft* – coloca-se na posição de não-dessemelhante, pois é candidato a presidente do país e, a conselho de seu assessor de *marketing*, muda seu modo de ser (torna-se gentil, mais controlado e acessível: postura de paz e amor) e de parecer (emagrece, passa a usar ternos e a apresentar-se mais formalmente do ponto de vista verbal e visual). Para o *soft*, o trabalho é uma forma de coexistência possível, em que tanto uma classe como outra pode dar e receber.
3. Lula estado-de-graça – é o presidente eleito, o governante, feliz, realizado como semelhante ao ideal de presidente, confiante na possibilidade de se transformar em figura conhecida e bem aceita por toda a nação, encantado com o poder de seu carisma sobre não

apenas o povo brasileiro, mas a comunidade global, conforme demonstra o discurso de posse.

4. Lula sem-memória – o presidente assume a autoridade, governa segundo seu alvitre e apresenta-se à reeleição, esquecendo muitos dos princípios e posturas defendidos outrora (como sua promessa de transparência na política). É esse "desconhecimento – ingênuo ou deliberado –", usando as palavras de Landowski, que explica porque suas diferenças, pitorescas ou condenáveis, mostram identidade não-semelhante à figura esperada de um presidente renovador. Ao assimilar a cultura do Outro, perde a que era própria dele e julga, retomando ainda as palavras desse autor, que esta não mais "deve contar para nada".

As posições de Lula são próprias de um apaixonado, identificam determinada identidade, como comprovam Fontanille & Zilberberg (1998: 298):

O efeito de sentido passional é de fato, na perspectiva que defendemos, eminentemente cultural, repertoriado numa "enciclopédia" específica do domínio passional peculiar a cada cultura. De certo modo, vivenciar uma paixão seria mesmo conformar-se a uma identidade cultural e buscar a significação de nossas emoções e afetos na sua maior ou menor conformidade às taxionomias acumuladas em uma cultura.

Em um país imenso e multicultural, quanto tempo necessita o sujeito pós-moderno, fragmentado, como afirma Ferreira, para experimentar transformações e definir sua identidade?

Do ponto de vista semiótico, o sujeito político Lula não completou inteiramente sua identidade presidencial. O segundo mandato e a História deverão traçar a última linha: a que liga a figura do "não-semelhante" (governante candidato sem memória) à de "dessemelhante" de sua própria figura anterior (sindicalista radical e pouco instruído), pela agregação das qualidades de um presidente renovador.

A História mítica lhe fornece os exemplos de Prometeu, que se sacrificou para devolver o fogo para os homens; de Hércules, que não

se poupou para fazer seus doze trabalhos; e de Adão que comeu o pão, sentindo o suor de seu rosto. A História reconhece como heróis aqueles que se dedicam ao querer/saber-fazer mudanças, mas não aquele, como Messias, que somente anuncia as novas.

É o *éthos* (caráter) que leva à persuasão, quando o discurso é organizado de tal maneira que o orador inspira confiança. Confiamos sem dificuldade e mais prontamente nos homens de bem, em todas as questões, mas confiamos neles, de maneira absoluta, nas questões confusas ou que se prestam a equívocos. No entanto, é preciso que essa confiança seja resultado da força do discurso e não de uma prevenção favorável a respeito do orador.

Aristóteles (I, 1356a).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] a cada cultura em particular que cabe forjar a imagem complexa desses tipos de semideuses na Terra em que cada uma crê se reconhecer e gosta de celebrar suas próprias virtudes.

Landowski (1997)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa norteou-se por duas concepções, *ethos* e identidade, que se confirmaram como válidas para sustentar os processos analíticos recomendados pelo referencial metodológico da semiótica discursiva. Assim, a concretização dos objetivos evidenciou, na análise comparativa dos procedimentos semiolingüísticos dos dois discursos, que se pode distinguir *ethos* de identidade, assim como descrever os efeitos de sentido produzidos por essa distinção.

O *ethos* foi reconhecido como a performance assumida pelo enunciador Lula a fim de criar empatia com o Outro e conquistar sua adesão; a identidade, como a manifestação de seu conhecimento de mundo, construído pelas experiências de vida, desigualdades de ordem econômica, segregações sociais e seus respectivos traços marcantes.

O exame da relação fiduciária entre enunciador-enunciatário demonstrou a práxis de um verdadeiro jogo semântico composto da polaridade: construção da identidade vs. criação do *ethos*. A identidade de homem simples, sofrido, sem escolaridade ou cultura formal de Lula é o fundamento para a criação e sustentação de seu *ethos* de sindicalista batalhador, defensor do povo e líder político de grande sucesso.

O quadrado semântico, resultante do exame do trajeto político do presidente, explica esse jogo no qual se destacam quatro momentos e posturas. No primeiro, a vivência da identidade radical levou-o a criar o *ethos* de sindicalista, agitador e sujeito radical. As reações positivas a esse *ethos* transformaram-no em líder sindical, presidente do PT e deputado federal, ou seja, construíram sua identidade política de dessemelhante.

Após assumir essa identidade, cria outro *ethos* que mostra que a dessemelhança pode ser vista de maneira diferente, não disfórica. É o *ethos* de candidato que se apresenta de forma sedutora e que

transforma o radicalismo em identidade *soft*. A identidade de não-dessemelhante pressupõe o conhecimento desse dessemelhante, portanto, a conservação da imagem e identidade de radical; seu *ethos*, porém, é não-radical, ou seja, *soft*.

O *ethos soft* leva o enunciador ao posto de presidente, onde quer e pode, realizado e investido de autoridade, construir a identidade de semelhante a qualquer brasileiro. É o sujeito em estado de graça. Entretanto, ao final do exercício do primeiro mandato, o jogo se complica: a identidade de presidente torna-se não-semelhante, pois reveste-se da ingenuidade de retirante iletrado e orgulhoso de sua condição. Sua identidade é, de fato, de presidente, mas o *ethos* é de nordestino, pois não guarda na memória as responsabilidades do cargo, apenas a de retirante que busca a empatia com o povo.

A interação das particularidades da identidade e do *ethos* com a noção de trabalho revelou mudanças semânticas próprias de cada momento do trajeto político. Em **D1**, os efeitos de sentido desse lexema destacaram a disforia da polarização: trabalhador (explorado) vs. patrão (explorador). Em **D2**, evidenciou a coexistência paralelamente valorativa dos dois pólos, pontuando a euforia da noção de progresso, para um e para outro.

A disforia resulta, em **D1**, da interação do aspecto financeiro ou lucrativo somente com o patrão, tornando-se o poder econômico um entrave à ascensão socioeconômica do operário. Em **D2**, a disforia é atenuada porque o trabalho é visto como emprego e compatível com um poder controlador das interações empregado vs. empregador. Há, portanto, em **D2**, ampliação do sentido do termo trabalho: ele deixa o unilateralismo do pensamento sindicalista para explorar a polarização horizontal, resultante da vivência de outra polarização, governante vs. governado, que implica considerar a horizontalidade em empregador vs. empregado.

Do ponto de vista mítico, o fogo, figurativização do conhecimento, não foi roubado, no trajeto de Lula, do céu, mas lhe foi doado pelos dessemelhantes, o eleitorado popular. A doação colocou o presidente em posição contrária à do povo, pois o voto realizou seu desejo – ser aquele que, outrora, não era – tornando-o semelhante aos patrões. Candidatando-se, novamente, passou à posição contraditória, ou seja, não-semelhante à classe de patrões. É sujeito sem memória, porque sua campanha foi liderada pelo *ethos* de retirante, não pelos projetos de presidente.

A realização dos objetivos comprovou a hipótese: a visão política do enunciador não parece manifestação objetiva de "representação (dramática) de uma representação (jurídica)". Mostra preocupação em fazer-política para se tornar apenas defensor das causas dos mais carentes, não promotor enérgico de projetos de reformas sociais claramente definidos.

**REFERÊNCIAS
BIBLIOGRÁFICAS**

Referências Bibliográficas

AMOSSY, Ruth (2005). *Imagens de si no discurso – a construção do ethos*. São Paulo: Contexto.

ARISTÓTELES. *Rhétorique*. Paris: Librairie Générale Française, 1991.

BAKHTIN, Mikhail (Volochinov) (1929). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1992.

_____. (1979). *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BARROS, Diana Luz P. (2002). *Teoria semiótica do texto*. São Paulo: Ática

BERTRAND, Denis (2000). *Caminhos da semiótica literária*. Bauru: EDUSC, 2003.

BRANDÃO, Junito de Souza (1992 1993). *Mitologia grega*. Vol. 2 e 3. Petrópolis: Vozes.

CARDOSO, Fernando Henrique (2006). *A arte da política – A história que vivi*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CARMO, Jefferson Carriello do (2004). *Classe trabalhadora e educação – um exercício contra-hegemônico*. Tese de doutorado Universidade Estadual de Campinas – Faculdade de Educação.

CARRION, Valentim (2000). *Comentários à consolidação das leis do trabalho – Legislação complementar à jurisprudência*. São Paulo: Saraiva.

CHEVALIER, Jean & GHEERBRANT, Alain (1982). *Dictionnaire des symboles*. Paris: Robert Lafont /Jupiter.

DISCINI, Norma (2003). *O estilo nos textos*. São Paulo: Contexto.

FERGUSON, Marilyn (1980). *A conspiração aquariana – Transformações pessoais e sociais nos anos 80*. São Paulo: Record.

FERREIRA, Dina Maria Martins (2006). *Não pense, veja – O espetáculo da linguagem no palco do FOME ZERO*. São Paulo: Annablume – Fapesp.

FONTANILLE, Jacques (1998). *Sémiotique du discours*. Limoges: PULIM.

FONTANILLE, Jacques & ZILBERBERG, Claude (1998). *Tensão e significação*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

GREIMAS, Algirdas Julien & COURTÉS, Joseph (1979) *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Cultrix, 1983.

GREIMAS, Algirdas Julien & FONTANILLE, Jacques (1991) *Semiótica das paixões*. São Paulo: Ática, 1993.

HJELMSLEV. Louis (1961). *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.

LAMIZET, Bernard (1992) *Les lieux de la communication*. Liège: Mardaga.

LANDOWSKI, Eric. (1989). *A sociedade refletida*. São Paulo: EDUC, 1992.

_____. (1997). *Presenças do Outro*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

LÉVI-STRAUSS, Claude (1978). *Mito e significado*. Lisboa: Edições 70, 1997.

PERELMAN, Chaïm & OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. (1958) *Tratado da argumentação - A Nova Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SECRETARIA NACIONAL DE FORMAÇÃO POLÍTICA E FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO (2005) *Partido dos Trabalhadores – Resoluções de encontros e congressos & Programas de Governo: 1979-2002*. Organização, diretório Nacional do PT, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

STRONGOLI, Maria Thereza & NASCIMENTO, Edna. *L'imaginaire de la faim: du discours politique à la publicité*. Comunicação apresentada no 8º Congresso da Associação Internacional de Semiótica, Lyon, França, 2004.

MATÉRIA DISPONÍVEL EM INTERNET

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho. In: Justiça do Trabalho Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região Dinâmica – Consolidação das Leis do Trabalho – Decreto – lei nº. 5. 452, de 1º de maio de 1943. Disponível em < www.consolidacaodasleisdotrabalho > acesso em 17/06/06.

Discurso do presidente da República. In: Presidência da República-Secretaria de Imprensa e Divulgação. Disponível em:

<http://www.presidencia.gov.br/> > acesso em 06/01/2006 e
09/11/2006.

TRABALHO – conceitos. Disponível em:

http://www.vinculando.org/brasil/conceito_trabalho/conclusão.htm
acesso em 28/10/2006

ANEXO I

DISCURSO DE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA NA 1ª CONVENÇÃO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Companheiros e companheiras,

Em nome da Comissão Nacional do Partido dos Trabalhadores, e em meu próprio nome, quero expressar às companheiras e aos companheiros a grande alegria com que vemos a realização desta nossa Primeira Convenção Nacional. A Lei de Reforma Partidária, com todos os seus formalismos, com todos os seus detalhes, não conseguiu esfriar nosso entusiasmo. Embora divergindo do autoritarismo que inspira a lei dos partidos, ela foi cumprida nesta convenção, como tem sido cumprida em todas as atividades do Partido dos Trabalhadores desde o seu início. E chegamos, hoje, cumpridas todas as exigências legais, à Convenção Nacional, que nos permite obter o registro definitivo do nosso Partido.

SUPERANDO OS OBSTÁCULOS

Aprovamos aqui, como manda a lei, os nossos estatutos e o nosso programa, e elegemos o nosso primeiro Diretório Nacional. Todos os que vêm acompanhando a formação de nosso partido sabem que nem os nossos estatutos, nem o nosso programa, nem os nomes que integram o Diretório Nacional surgiram para o debate apenas no momento desta convenção. Eles vêm sendo discutidos pelas bases do Partido há bastante tempo, nas nossas convenções e pré-convenções municipais e regionais, assim como na Pré-convenção Nacional, que realizamos em São Paulo, em agosto passado.

Porém, companheiros, mesmo a legislação partidária sendo restritiva, como é, provamos a toda a nação que não existe lei capaz de impedir a organização e a prática democráticas da classe trabalhadora. Fomos além do que a lei exigia: criamos mecanismos internos de participação democrática, sistemas de consulta, sistemas de pré-convenções, multiplicando os debates internos, permitindo ao maior número possível de nossos militantes e filiados ampla participação em todas as decisões. O Partido dos Trabalhadores nasceu dos que nunca tiveram vez e voz na sociedade brasileira.

Para nós, a realização desta Primeira Convenção Nacional do PT significa mais que mero cumprimento de exigências legais. Por isto, esta Convenção se realiza num clima de festa e de luta. É festa porque o Partido dos Trabalhadores é, como já disse, “uma criança inesperada”. E o clima de luta tem razão de ser porque, como toda criança inesperada, o Partido dos Trabalhadores tem que continuar lutando para continuar vivendo, sobretudo tem que continuar lutando para continuar crescendo. A verdade é esta, companheiros: nosso partido está aí, um menino que ninguém, além de nós, queria; um menino que nasceu contra a descrença, a desesperança e o medo. Dizemos que é um menino porque ele não tem mais de dois anos e meio.

Essa criança provou que seria forte no Congresso dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, realizado em dezembro de 1978, em Lins.

Começou a engatinhar no Congresso Nacional dos Metalúrgicos, em Poços de Caldas [Minas Gerais], em junho de 1979. E só conseguiu dar seus primeiros passos quando saiu às ruas para participar das lutas de nosso povo contra a opressão e a fome.

Muitos duvidaram de nós, e ainda hoje há aqueles que ousam duvidar da capacidade de organização política dos trabalhadores. No início, diziam que éramos um partido dos trabalhadores de macacão, obreirista, limitado, estreito e fechado aos demais setores da sociedade. Se o Partido estava apenas nascendo, como é que esses eternos descrentes na capacidade política dos trabalhadores brasileiros poderiam saber tanto a nosso respeito? O Partido dos Trabalhadores nasceu dos operários de macacão e se orgulha de ter nascido de macacão.

Tínhamos consciência de que, independente do setor social a que pertencessem, os que acreditavam na classe trabalhadora, mais cedo ou mais tarde, estariam ao nosso lado. Foi com imensa alegria que recebemos, como primeiro intelectual a aderir ao Partido, este trabalhador das artes chamado Mário Pedrosa, há mais de 50 anos dedicando sua vida à luta dos trabalhadores brasileiros. Depois do Mário, que homenageamos hoje, outros vieram; o que há de melhor na cultura e na intelectualidade brasileira. Bastou que isso acontecesse para que surgissem os eternos descrentes, dizendo que o PT, embora nascido dos trabalhadores, se converteria em partido de intelectuais, inviável como todos os outros. Aqui, é preciso que se diga com toda a clareza: o Partido dos Trabalhadores não pede atestado de ideologia ou carteira profissional a quem quer que seja, mas sim disposição de luta, fidelidade ao nosso programa e ao nosso estatuto. Dentro do Partido, somos todos iguais, operários, camponeses, profissionais liberais, parlamentares, professores, estudantes etc.

O que esta Convenção Nacional prova a todos os descrentes, todos os desesperados e a todos os medrosos é que o Partido dos Trabalhadores é e sempre foi inteiramente viável. Vale a pena lembrar algumas coisas, companheiros. Quando partimos, em junho deste ano, para a formação das nossas comissões municipais, os descrentes diziam: "O PT não conseguirá". Nós conseguimos, e formamos 627 em todo o País. Quando partimos, no início deste ano, para a campanha de filiação, os descrentes diziam: "O PT é inviável". Conseguimos, e somos, hoje, perto de 300 mil em todo o País.

Hoje, ao realizarmos a nossa Convenção Nacional, há quem duvide do próximo passo. Há quem pense que o PT não conseguirá os 5% dos votos, exigidos em lei, nas eleições de 1982; que o PT não conseguirá os 3% dos votos em nove estados. Nós, petistas, temos certeza de que voto não será nosso problema, pois já somos um partido de massas. O grande desafio que temos pela frente é não incorrer nos mesmos erros daqueles que pretenderam falar em nome da classe trabalhadora sem ao menos ouvir o que ela tinha a dizer.

O Partido dos Trabalhadores é uma inovação histórica neste país. É uma inovação na vida política e na história da esquerda brasileira também. É um partido que nasce do impulso dos movimentos de massas, que nasce das greves e das lutas populares em todo o Brasil. É um partido que nasce da consciência que os

trabalhadores conquistaram após muitas décadas de servirem de massa de manobra dos políticos da burguesia e de terem ouvido cantilenas de pretensos partidos de vanguarda da classe operária. Só os trabalhadores podem conquistar aquilo a que têm direito. Ninguém nunca nos deu, ninguém nunca nos dará nada de graça.

SEM CONFUNDIR SINDICALISMO E POLÍTICA PARTIDÁRIA

Nosso partido nasceu como expressão política da luta sindical. A maioria dos nossos dirigentes continua no movimento sindical, e nele encontra a fonte de suas energias e a representatividade de sua prática política. Entretanto, desde os nossos primeiros passos, o PT jamais confundiu política partidária com sindicalismo e nem admitiu fazer do movimento sindical uma correia de transmissão do Partido. Defendemos, sempre, a autonomia do sindicalismo frente aos partidos políticos. O sindicato é uma ferramenta de luta de todos os trabalhadores, independente das preferências partidárias que tenham. Como partido, não devemos incorrer, jamais, no erro que denunciemos no governo: o paternalismo e a tutela do movimento sindical. Se lutamos por autonomia e liberdade sindicais, é não somente frente ao Estado, mas também frente aos partidos.

Acusam-nos de termos abandonado o sindicalismo para fazer política. Isso não nos preocuparia se companheiros da base não fossem, muitas vezes, sensíveis a essa argumentação. Por isso, é a esses companheiros que nos dirigimos, e não a carreiristas que roubam do trabalhador o direito de fazer política.

Companheiros: em nosso país, o sindicato, controlado pelo governo, não é suficiente para mudar a sociedade. O sindicato é a ferramenta adequada para melhorar as relações entre o capital e o trabalho, mas não queremos só isso. Não queremos apenas melhorar as condições do trabalhador explorado pelo capitalista. Queremos mudar a relação entre capital e trabalho. Queremos que os trabalhadores sejam donos dos meios de produção e dos frutos de seu trabalho. E isso só se consegue com a política. O Partido é a ferramenta que nos permitirá atuar e transformar o poder neste país. Em nossa luta, a atividade partidária deve completar a sindical, sem que uma queira substituir ou excluir a outra.

Em todos esses anos, desde que surgiu o Partido, jamais nos afastamos do sindicalismo – e não há cassação, prisão ou condenação que nos afaste da luta sindical. Alguns companheiros dizem que, como dirigentes do PT, já não devemos “perder tanto tempo indo à porta de fábricas”. Queremos deixar bem clara uma coisa: no dia em que dirigentes do PT não puderem mais ir às portas de fábrica, aos locais de trabalho, ou lá onde se luta pela terra, é melhor fechar o PT. Não somos um partido de gabinetes, de salas atapetadas, de conchavos nos bastidores. É lá na porta da fábrica, no local de trabalho, na luta pela terra, na periferia que nos abastecemos, que aprendemos com o povo, que corrigimos a direção de nosso projeto político, que reafirmamos a nossa fidelidade ao trabalhador brasileiro.

PELA CONSTRUÇÃO DA CUT

Hoje, o movimento sindical passa por um momento muito importante: o da criação da Central Única dos Trabalhadores, de cuja comissão executiva preparatória fazemos parte.

Enquanto lutamos pela construção da Central Única, alguns nos acusam de defender o pluralismo sindical. O que defendemos, companheiros, é antes de tudo a liberdade de as várias tendências existentes entre os trabalhadores se fazerem representar no movimento sindical. Mas isso não significa e nem pode significar sindicato paralelo ou uma central de trabalhadores pela cabeça.

A liberdade e a representatividade que queremos no sindicalismo brasileiro não admite que uma tendência se arvore em padroeira da unidade, da qual devemos ser todos fiéis devotos, sob pena de heresia ou excomunhão política. Não é em aliança com pelegos que faremos a unidade do movimento sindical, mas sim na luta, nas campanhas, nas greves. Quem não vai à luta não tem o direito de falar em unidade, pois faz o jogo do patrão e do governo, que é o de domesticar e dividir o sindicalismo brasileiro. E quem pode nos acusar de não lutar junto com a classe trabalhadora?

O Brasil é, certamente, um dos raros países deste continente que jamais conheceu uma reforma agrária. Temos tanta terra e tão poucos proprietários, embora o governo se diga defensor da propriedade... A única *reforma agrária* que nosso país conheceu foi quando a metrópole portuguesa o dividiu em capitânicas hereditárias. E essa divisão prossegue. A terra passa, hereditariamente, para as mãos de cada vez menos proprietários, com maiores extensões de áreas improdutivas. As multinacionais aceleram a exploração capitalista no campo e reforçam o latifúndio, expulsando milhares de famílias, que já não têm para onde emigrar. Neste país tão grande, o lavrador sem terra já não tem para onde ir. Só lhe resta uma alternativa: lutar!

TODO O APOIO À LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA

O PT apóia e apoiará sempre a luta pela reforma agrária, pelo direito à terra para quem nela trabalha, pelos melhores preços dos produtos dos agricultores com a eliminação dos atravessadores ou intermediários. É por isso que estamos sendo processados na Amazônia; mas os processos não nos assustam. Assustam-nos as milhares de famílias sem o pequeno pedaço de chão de onde extrair os frutos necessários à vida. Assustam-nos os grileiros, os jagunços e os capangas, que são o braço armado, acima da lei, dos que juntam terras como mero capital a ser valorizado pelo tempo e pela economia inflacionária que pesa sobre nós.

Temos viajado por todos os recantos deste país. Consideramos que o problema da terra é, sem dúvida, o mais grave em nossa conjuntura. É ele que provoca os ciclos

migratórios, a inchação das favelas nas cidades, o aumento do preço dos gêneros de primeira necessidade, os gastos com a importação de produtos, que, em princípio, são típicos do nosso solo. Como os lavradores, estamos cansados de esperar uma solução, e já não acreditamos em estatutos que não saem do papel. Só nos resta apoiar a luta de quem vive da terra, fortalecer o sindicalismo rural, criar condições para maior entrosamento entre cidade e campo. O PT sabe que o homem da terra está fazendo uma reforma agrária por suas próprias mãos. Como partido, é dessa luta que queremos colher os elementos concretos, práticos, que nos permitirão definir uma política precisa sobre a questão da terra. Não cabe a nós, da cidade, definir o que é bom para os companheiros do campo. Cabe a vocês, companheiros da área rural, ensinar-nos o que devemos fazer, como devemos agir, em que podemos apoiá-los. Somos um partido dos trabalhadores da cidade e do campo. E é desta união que germinam as sementes de nossa proposta partidária.

Decorrente da falta de liberdade sindical e da inexistência de uma reforma agrária, afeta gravemente a vida dos trabalhadores brasileiros, hoje, o desemprego – fruto amargo da falida política econômica adotada pelo regime vigente. A economia atual rege-se pelas flutuações do mercado e não pelas necessidades da nação. Esse modelo capitalista é essencialmente perverso e não cremos que ele possa ser remediado. Mas não podemos esperar a mudança do sistema enquanto os desempregados engrossam o contingente de marginais, de prostitutas, de párias sociais. Temos que lutar agressivamente por mais empregos, pela estabilidade no emprego, pelo salário-desemprego, pelo salário mínimo real unificado. E um pequeno, mas importante, passo nessa luta será dado no próximo 1º de outubro, Dia Nacional de Luta, quando iremos às ruas manifestar o nosso descontentamento e as nossas reivindicações mais urgentes.

COM OS NEGROS, AS MULHERES, OS ÍNDIOS

Mudou muito o cenário político de nosso povo nestes últimos anos. Outrora se acreditava que só os partidos e os grupos políticos eram capazes de centralizar a organização do movimento popular. Hoje, porém, reconhecemos que os melhores frutos são aqueles que, como o nosso partido, têm suas raízes firmadas nas múltiplas formas de organização existentes no campo, nos bairros, nas periferias, nos centros de trabalho e de estudos, nos setores que têm interesse específico a defender, como as mulheres e os negros. Graças ao movimento popular, o movimento sindical teve maior expressão nos últimos anos. Enganam-se os que ainda pensam que só nas fábricas se apóia o sindicalismo brasileiro.

No bairro da cidade ou no local de moradia da roça, os trabalhadores têm mais liberdade para se encontrar, para se reunir, para se organizar e levar adiante suas lutas sindicais, com a participação de suas esposas, de seus filhos e de seus vizinhos. Graças a essa extensa rede de movimentos populares é que o PT se afirma como expressão política que nasce de baixo para cima.

Não admitimos que as creches, os clubes de mães, as associações de moradores, os movimentos de favelas, os grupos de luta pela terra, as entidades

feministas, os núcleos artísticos e demais formas de o nosso povo se organizar na base sejam manipulados como currais eleitorais ou tratados à base do clientelismo político. Reconhecemos a autonomia do movimento popular frente ao Estado e aos partidos políticos. É fundamental para a libertação deste país que os moradores de um bairro ou os posseiros de uma região – independente de suas preferências partidárias – possam se encontrar na base, em torno de suas lutas específicas. Se temos, como militantes políticos, um papel junto aos movimentos populares é o de ajudá-los em sua educação política, sem, porém, induzi-los à nossa opção partidária.

Fazer política não é só militar no Partido ou nos partidos. É também participar da luta pelo esgoto do bairro e pelo melhor preço da safra no campo. É modificando, em cada lugar deste país, as relações sociais e as relações de produção que o nosso povo chegará, um dia, a modificar em todo o País as relações de propriedade, suprimindo a contradição entre o capital e o trabalho. Por isso, não admitimos que o movimento popular seja reflexo ou extensão de nossa atividade partidária; não queremos tutelá-lo. Ao contrário, é o nosso partido que deve exprimir os anseios do movimento popular, consolidando-os politicamente.

É importante dizer uma palavra sobre o movimento de mulheres, forma de organização específica que se multiplica por este país. Frente à cultura machista que respiramos, às estruturas de uma sociedade tida como exclusiva obra masculina, reconhecemos o direito e o dever de as mulheres lutarem por seus direitos, libertando-se da condição de objeto de cama e mesa, de serem destinadas unicamente a procriar, de escravas do lar, de trabalhadoras super exploradas.

A luta das mulheres deve ajudar a nós, homens, a nos reeducarmos na direção da sociedade igualitária que queremos construir juntos. Entretanto, estamos convencidos de que essa luta não pode desligar-se da luta global de todos os brasileiros por sua libertação. A questão feminina não interessa só às mulheres e nem se reduz à conquista de liberdades pessoais que, por vezes, são meros paliativos burgueses. Homens e mulheres, juntos, devemos lutar incessantemente pela emancipação das companheiras que são escravizadas nas roças e nas fábricas, que enfrentam a maternidade com insegurança e medo, que prostituem seus corpos por não terem outro meio de vida, e que jamais tiveram como exprimir sua palavra.

Há, em nosso País, uma discriminação racial genericamente velada. Um negro, porém, sabe o quanto essa discriminação, que para os brancos pode parecer velada, é real, agressiva, profunda. Ele a sente na pele. Por isso, devemos apoiar a organização dos negros por seus direitos em nossa sociedade, ainda que isso venha a descobrir, à luz do sol, o racismo que carregamos nas entranhas. Desde os escravos, os negros lutam, no Brasil, por sua libertação. Os quilombos foram conquistas mais decisivas para se acabar com a escravidão que o pretenso liberalismo da coroa portuguesa ou dos republicanos mancomunados com o capital inglês. Por isso, defendemos o direito de os negros manifestarem sua cultura, sua palavra, seus anseios.

Somos pelo direito de as minorias se organizarem e defenderem o seu espaço em nossa sociedade. Não aceitaremos que, em nosso partido, o homossexualismo seja tratado como doença e muito menos como caso de polícia. Defenderemos o respeito que merecem essas pessoas, convocando-as ao empenho maior de construção de uma nova sociedade.

Acusamos a Funai de não respeitar os direitos das nações indígenas em nosso país. Denunciamos o Incra e o latifúndio como principais responsáveis pela invasão das reservas indígenas e dos parques que possuem por tradição e direito. Somos solidários à causa indígena, ao movimento União das Nações Indígenas, a que falem seus próprios idiomas e preservem sua própria cultura. Não aceitamos que o índio seja tratado como peça de folclore. Embora, erradamente, tenhamos aprendido a tratar as tribos como selvagens, na verdade, muito temos a aprender de humanidade, de socialização, de respeito à natureza e de amor à vida com os indígenas.

CONTRA A LSN, PELO DESMANTELAMENTO DO APARELHO REPRESSIVO

Companheiros! Pesa sobre nós e sobre todos os que, neste País, lutam pela justiça e pela liberdade, a odiosa Lei de Segurança Nacional. Não podemos cessar a nossa resistência ao regime autocrático, implantado no Brasil por golpe de Estado em 1964, enquanto esta lei existir, legitimando o aparelho repressivo. Cabe a toda a nação manifestar o seu repúdio a essa legislação. O Estado de Direito só será restabelecido quando ela se constituir vergonhosa lembrança para nossos juristas e magistrados e o aparelho repressivo for totalmente desmantelado, sem que o poder seja cúmplice do terror.

Não vemos a abertura como um presente dos deuses. Antes, ela foi uma conquista dos movimentos populares, da luta sindical, das campanhas pela anistia, dos protestos das Igrejas e demais setores de nossa sociedade civil. Em certo momento, os arautos do regime viram que era mais conveniente entregar os anéis que correr o risco de perder os dedos. A nova conjuntura internacional exigia que o Brasil tivesse um aspecto um pouco mais democrático. Não nos iludamos, porém. A abertura foi apenas por cima, na tampa da panela. Por baixo, a panela continua vazia e nada se alterou na vida oprimida da classe trabalhadora. A abertura não chegou à zona rural, às favelas, aos bairros da periferia. O povo sofrido desta nação continua tão excluído da vida política quanto antes – e quando assume a luta por seus direitos, é tratado como caso de polícia. Cabe, pois, ao PT incentivar a nação à conquista de uma abertura real, na qual o poder tenha caráter democrático e natureza popular.

Algumas coisas é preciso deixar bem claro: somos um partido legal, um partido de massas, aberto a todos os brasileiros que aceitem o nosso programa político e o assumam em sua prática social. Não surgimos para dividir a oposição, pois jamais aceitamos que a bitola partidária do regime autocrático fosse critério de unidade. Surgimos das lutas da classe trabalhadora neste país. E se não representássemos uma significativa parcela do nosso povo, não teríamos o notável crescimento que estamos tendo, a ponto de superar a nossa capacidade de organizar os núcleos, que se multiplicam em todas as partes a cada dia.

Sabemos que diversas tendências políticas encontram-se em nossa sociedade. Reconhecemos o direito desses companheiros se organizarem em torno de suas visões e de suas propostas. Lamentamos que, por força do regime repressivo em

que vivemos, essas tendências atuem na ilegalidade, embora sejam justas e legítimas as suas bandeiras. Lutamos e lutaremos pela legalização de todas elas, a fim de que suas práticas sejam comprovadas pelo veredicto popular. Preocupa-nos, entretanto, se um militante veste, por baixo de nossa camisa, outra camisa. Nunca pedimos nem pediremos atestado ideológico a ninguém.

Interessa-nos que todos sejam fiéis ao programa e às normas do PT. Interessamos que companheiros não queiram fazer de nosso partido massa de manobra de suas propostas. Não aceitaremos, jamais, que os interesses dessas tendências se sobreponham, dentro do PT, aos interesses do Partido. Denunciaremos, quantas vezes for preciso, certos desvios a que todos nós estamos sujeitos, como o economicismo, que pretende restringir a luta dos trabalhadores às conquistas imediatas de sua sobrevivência; o politicismo, que de cima para baixo quer impor seu dialeto ideológico aos nossos militantes, como se discurso revolucionário fosse sinônimo de prática revolucionária; o colonialismo daqueles que se autodenominam vanguarda do proletariado sem que os trabalhadores sequer os conheçam; o esquerdismo, que exige do Partido declarações ou posições que não se coadunam com seu caráter legal e a sua natureza popular; o voluntarismo dos que querem caminhar mais depressa que o movimento social; o eleitoralismo dos que desejam reduzir o PT a um trampolim de cargos eletivos e de projeções políticas; o burocratismo dos que nos criticam por ir às portas de fábrica e querem um partido bem organizado, mas sem bases populares; o oportunismo dos que só põem um pé dentro do PT e mantêm o outro pronto a correr quando sentem que suas intenções não são aceitas pelos trabalhadores.

PT: CANDIDATOS PRÓPRIOS A TODOS OS CARGOS

Vamos concorrer às próximas eleições e apresentaremos candidatos a todos os cargos, em todas as regiões do País. Entretanto, não cremos que eleições sejam o que há de mais importante e definitivo para o nosso partido. Sem dúvida, elas têm sua importância e devemos conquistar, sempre, mais espaço na área parlamentar e nas funções executivas, de modo a fazermos ecoar as reivindicações dos trabalhadores. Mas nossas ferramentas de luta vão além de eleições periódicas: importa-nos fortalecer o movimento popular, os sindicatos, as oposições sindicais, os que lutam pela terra e todas as formas de organização, de mobilização e de união de nosso povo. É com esta plataforma que os nossos candidatos devem ter compromisso. Ninguém se elegerá pelo PT senão como candidato partidário, ciente de seus deveres para com as propostas e a disciplina partidária.

Quero ainda ressaltar nosso apreço por esses companheiros que, em todos os rincões do País, dão mostras de serviço efetivo aos interesses populares, enfrentando toda sorte de perseguições, calúnias, prisões e expulsões: os membros das comunidades eclesiais de base e os padres e bispos ligados a elas. Não somos um partido confessional e não aceitamos que a Igreja interfira em nossas atividades, assim como não queremos interferir nas atividades da Igreja. Entre a Igreja e o Partido deve haver clareza das funções diferentes, distintas, embora, muitas vezes,

estejamos, na vida oprimida e injusta de nosso povo, unidos pelo mesmo anseio de libertação.

Contudo, repudiamos a prática partidária que pretenda reduzir as comunidades de base a núcleos partidários. Respeitamos, como questão de princípio, a fé de nosso povo e seu direito de liberdade religiosa, como atividade pública, mas não seremos, jamais, um partido de crentes ou de ateus. Para nós, a divisão é outra, é entre os que estão do lado da libertação e os que estão do lado da opressão. O Partido dos Trabalhadores não poderá, jamais, representar os interesses do capital.

Reconhecendo todos aqueles que na Igreja prestam serviços à causa do povo brasileiro, denunciaremos as perseguições que o governo faz a leigos, padres e bispos, em nome do fantasma do comunismo. Nosso partido apoiará sempre, independente de sua confissão ou crença religiosa, todos aqueles que, neste país, são vítimas da intolerância, do arbítrio e da crueldade do poder.

RUMO AO SOCIALISMO DEMOCRÁTICO

Há muita gente que pergunta: qual é a ideologia do PT? O que pensa o PT sobre a sociedade futura? Aqueles que colocam tais perguntas avançam, ao mesmo tempo, as suas próprias interpretações, que visam, em alguns casos, criticar o Partido. Não seria o PT apenas um partido trabalhista a mais? Não seria o PT apenas um partido social-democrata, interessado em buscar paliativos para as desigualdades do capitalismo? Sabemos de onde vêm essas dúvidas e essas interpretações. E sabemos disto até porque são compartilhadas por alguns militantes do próprio Partido, que construíram, para si, a teoria estranha de que o PT é uma frente ou um partido apenas tático.

O que importa aqui observar é que essas questões só servem para expressar a desconfiança em relação à capacidade política dos trabalhadores brasileiros em definirem o seu próprio caminho. São dúvidas de quem exige, desde já, uma receita da sociedade futura; são dúvidas de quem oferece o prato feito, que os trabalhadores deveriam comer. São dúvidas de quem está longe das tarefas concretas das lutas populares, de quem não aprendeu ainda a conviver com o povo, muito menos a sentir o que o povo sente.

Nós, do PT, sabemos que o mundo caminha para o socialismo. Os trabalhadores que tomaram a iniciativa histórica de propor a criação do PT já sabiam disto muito antes de terem sequer a idéia da necessidade do Partido. E, por isso, sabemos também que é falso dizer que os trabalhadores, em sua espontaneidade, não são capazes de passar ao plano da luta dos partidos, devendo limitar-se às simples reivindicações econômicas. Do mesmo modo, sabemos que é falso dizer que os trabalhadores brasileiros, deixados à sua própria sorte, se desviarão do rumo de uma sociedade justa, livre e igualitária. Os trabalhadores são os maiores explorados da sociedade atual. Por isso sentimos na própria carne e queremos, com todas as forças, uma sociedade que, como diz o nosso programa, terá que ser uma sociedade sem exploradores. Que sociedade é esta senão uma sociedade socialista?

Mas o problema não é apenas este. Não basta alguém dizer que quer o socialismo. A grande pergunta é: qual socialismo? Estamos, por acaso, obrigados a rezar pela cartilha do primeiro teórico socialista que nos bate à porta? Estamos, por acaso, obrigados a seguir este ou aquele modelo, adotado neste ou naquele país? Nós, do Partido dos Trabalhadores, queremos manter as melhores relações de amizade com todos os partidos que, no mundo, lutam pela democracia e pelo socialismo. Este tem sido o critério que orienta e continuará orientando os nossos contatos internacionais. Um critério de independência política, plenamente compreendido em todos os países por onde andamos, que devemos aqui declarar em respeito à verdade e como homenagem a todos os partidos amigos. Vamos continuar, com inteira independência, resolvendo os nossos problemas à nossa maneira.

Sabemos que caminhamos para o socialismo, para o tipo de socialismo que nos convém. Sabemos que não nos convém, nem está em nosso horizonte, adotar a idéia do socialismo para buscar medidas paliativas aos males sociais causados pelo capitalismo ou para gerenciar a crise em que este sistema econômico se encontra. Sabemos, também, que não nos convém adotar como perspectiva um socialismo burocrático, que atende mais às novas castas de tecnocratas e de privilegiados que aos trabalhadores e ao povo.

O socialismo que nós queremos se definirá por todo o povo, como exigência concreta das lutas populares, como resposta política e econômica global a todas as aspirações concretas que o PT seja capaz de enfrentar. Seria muito fácil, aqui sentados comodamente, no recinto do Senado da República, nos decidirmos por uma definição ou por outra. Seria muito fácil e muito errado. O socialismo que nós queremos não nascerá de um decreto, nem nosso, nem de ninguém.

O socialismo que nós queremos irá se definindo nas lutas do dia-a-dia, do mesmo modo como estamos construindo o PT. O socialismo que nós queremos terá que ser a emancipação dos trabalhadores. E a libertação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores.

ANEXO II



Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de posse, no Congresso Nacional

Brasília – DF, 01 de janeiro de 2003

Excelentíssimo senhores chefes de Estado e de Governo; visitantes e chefes das missões especiais estrangeiras; Excelentíssimo senhor presidente do Congresso Nacional, Senador Ramez Tebet;

Excelentíssimo senhor vice-presidente da República, José Alencar; Excelentíssimo senhor presidente da Câmara dos Deputados, deputado Efraim Moraes; Excelentíssimo senhor presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Marco Aurélio Mendes de Faria Mello; Sras. e Srs. ministros e ministras de Estado; Sras. e Srs. parlamentares, senhoras e senhores presentes a este ato de posse,

"Mudança": esta é a palavra-chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro. A esperança, finalmente, venceu o medo e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos.

Diante do esgotamento de um modelo que, em vez de gerar crescimento, produziu estagnação, desemprego e fome; diante do fracasso de uma cultura do individualismo, do egoísmo, da indiferença perante o próximo, da desintegração das famílias e das comunidades, diante das ameaças à soberania nacional, da precariedade avassaladora da segurança pública, do desrespeito aos mais velhos e do desalento dos mais jovens; diante do impasse econômico, social e moral do país, a sociedade brasileira escolheu mudar e começou, ela mesma, a promover a mudança necessária.



Foi para isso que o povo brasileiro me elegeu Presidente da República: para mudar. Este foi o sentido de cada voto dado a mim e ao meu bravo companheiro José Alencar. E eu estou aqui, neste dia sonhado por tantas gerações de lutadores que vieram antes de nós, para reafirmar os meus compromissos mais profundos e essenciais, para reiterar a todo cidadão e cidadã do meu país o significado de cada palavra dita na campanha, para imprimir à mudança um caráter de intensidade prática, para dizer que chegou a hora de transformar o Brasil naquela Nação com a qual a gente sempre sonhou: uma Nação soberana, digna, consciente da própria importância no cenário internacional e, ao mesmo tempo, capaz de abrigar, acolher e tratar com justiça todos os seus filhos.

Vamos mudar, sim. Mudar com coragem e cuidado, humildade e ousadia, mudar tendo consciência de que a mudança é um processo gradativo e continuado, não um simples ato de vontade, não um arroubo voluntarista. Mudança por meio do diálogo e da negociação, sem atropelos ou precipitações, para que o resultado seja consistente e duradouro.

O Brasil é um país imenso, um continente de alta complexidade humana, ecológica e social, com quase 175 milhões de habitantes. Não podemos deixá-lo seguir à deriva, ao sabor dos ventos, carente de um verdadeiro projeto de desenvolvimento nacional e de um planejamento, de fato, estratégico. Se queremos transformá-lo, a fim de vivermos em uma Nação em que todos possam andar de cabeça erguida, teremos de exercer quotidianamente duas virtudes: a paciência e a perseverança.

Teremos que manter sob controle as nossas muitas e legítimas ansiedades sociais, para que elas possam ser atendidas no ritmo adequado e no momento justo; teremos que pisar na estrada com os olhos abertos e caminhar com os passos pensados, precisos e sólidos, pelo simples motivo de que ninguém pode colher os frutos antes de plantar as árvores.



Mas começaremos a mudar já, pois como diz a sabedoria popular, uma longa caminhada começa pelos primeiros passos.

Este é um país extraordinário. Da Amazônia ao Rio Grande do Sul, em meio a populações praieiras, sertanejas e ribeirinhas, o que vejo em todo lugar é um povo maduro, calejado e otimista. Um povo que não deixa nunca de ser novo e jovem, um povo que sabe o que é sofrer, mas sabe também o que é alegria, que confia em si mesmo, em suas próprias forças. Creio num futuro grandioso para o Brasil, porque a nossa alegria é maior do que a nossa dor, a nossa força é maior do que a nossa miséria, a nossa esperança é maior do que o nosso medo.

O povo brasileiro, tanto em sua história mais antiga, quanto na mais recente, tem dado provas incontestáveis de sua grandeza e generosidade; provas de sua capacidade de mobilizar a energia nacional em grandes momentos cívicos; e eu desejo, antes de qualquer outra coisa, convocar o meu povo, justamente para um grande mutirão cívico, para um mutirão nacional contra a fome.

Num país que conta com tantas terras férteis e com tanta gente que quer trabalhar, não deveria haver razão alguma para se falar em fome. No entanto, milhões de brasileiros, no campo e na cidade, nas zonas rurais mais desamparadas e nas periferias urbanas, estão, neste momento, sem ter o que comer. Sobrevivem milagrosamente abaixo da linha da pobreza, quando não morrem de miséria, mendigando um pedaço de pão.

Essa é uma história antiga. O Brasil conheceu a riqueza dos engenhos e das plantações de cana-de-açúcar nos primeiros tempos coloniais, mas não venceu a fome; proclamou a independência nacional e aboliu a escravidão, mas não venceu a fome; conheceu a riqueza das jazidas de ouro, em Minas Gerais, e da produção de café, no Vale do Paraíba, mas não venceu



a fome; industrializou-se e forjou um notável e diversificado parque produtivo, mas não venceu a fome. Isso não pode continuar assim.

Enquanto houver um irmão brasileiro ou uma irmã brasileira passando fome, teremos motivo de sobra para nos cobrirmos de vergonha.

Por isso, defini entre as prioridades de meu Governo um programa de segurança alimentar que leva o nome de Fome Zero. Como disse em meu primeiro pronunciamento após a eleição, se, ao final do meu mandato, todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão da minha vida.

É por isso que hoje conclamo: vamos acabar com a fome em nosso país. Transformemos o fim da fome em uma grande causa nacional, como foram no passado a criação da Petrobrás e a memorável luta pela redemocratização do país. Essa é uma causa que pode e deve ser de todos, sem distinção de classe, partido, ideologia. Em face do clamor dos que padecem o flagelo da fome, deve prevalecer o imperativo ético de somar forças, capacidades e instrumentos para defender o que é mais sagrado: a dignidade humana.

Para isso, será também imprescindível fazer uma reforma agrária pacífica, organizada e planejada.

Vamos garantir acesso à terra para quem quer trabalhar, não apenas por uma questão de justiça social, mas para que os campos do Brasil produzam mais e tragam mais alimentos para a mesa de todos nós, tragam trigo, soja, farinha, frutos, o nosso feijão com arroz.

Para que o homem do campo recupere sua dignidade sabendo que, ao se levantar com o nascer do sol, cada movimento de sua enxada ou do seu trator irá contribuir para o bem-estar dos brasileiros do campo e da cidade,



vamos incrementar também a agricultura familiar, o cooperativismo, as formas de economia solidária. Elas são perfeitamente compatíveis com o nosso vigoroso apoio à pecuária e à agricultura empresarial, à agroindústria e ao agronegócio; são, na verdade, complementares tanto na dimensão econômica quanto social. Temos de nos orgulhar de todos esses bens que produzimos e comercializamos.

A reforma agrária será feita em terras ociosas, nos milhões de hectares hoje disponíveis para a chegada de famílias e de sementes, que brotarão viçosas, com linhas de crédito e assistência técnica e científica. Faremos isso sem afetar de modo algum as terras que produzem, porque as terras produtivas se justificam por si mesmas e serão estimuladas a produzir sempre mais, a exemplo da gigantesca montanha de grãos que colhemos a cada ano.

Hoje, tantas áreas do país estão devidamente ocupadas, as plantações espalham-se a perder de vista, há locais em que alcançamos produtividade maior do que a da Austrália e a dos Estados Unidos. Temos que cuidar bem, muito bem, deste imenso patrimônio produtivo brasileiro. Por outro lado, é absolutamente necessário que o país volte a crescer, gerando empregos e distribuindo renda.

Quero reafirmar aqui o meu compromisso com a produção, com os brasileiros e brasileiras, que querem trabalhar e viver dignamente do fruto do seu trabalho. Disse e repito: criar empregos será a minha obsessão. Vamos dar ênfase especial ao projeto Primeiro Emprego, voltado para criar oportunidades aos jovens, que hoje encontram tremenda dificuldade em se inserir no mercado de trabalho. Nesse sentido, trabalharemos para superar nossas vulnerabilidades atuais e criar condições macroeconômicas favoráveis à retomada do crescimento sustentado, para a qual a estabilidade e a gestão responsável das finanças públicas são valores essenciais.



Para avançar nessa direção, além de travar combate implacável à inflação, precisaremos exportar mais, agregando valor aos nossos produtos e atuando, com energia e criatividade, nos solos internacionais do comércio globalizado. Da mesma forma, é necessário incrementar, e muito, o mercado interno, fortalecendo as pequenas e microempresas. É necessário também investir em capacitação tecnológica e infra-estrutura voltada para o escoamento da produção.

Para repor o Brasil no caminho do crescimento, que gere os postos de trabalho tão necessários, carecemos de um autêntico pacto social pelas mudanças e de uma aliança que entrelace objetivamente o trabalho e o capital produtivo, geradores da riqueza fundamental da Nação, de modo a que o Brasil supere a estagnação atual e volte a navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. O pacto social será, igualmente, decisivo para viabilizar as reformas que a sociedade brasileira reclama e que eu me comprometi a fazer: a reforma da Previdência, a reforma tributária, a reforma política e da legislação trabalhista, além da própria reforma agrária. Esse conjunto de reformas vai impulsionar um novo ciclo do desenvolvimento nacional. Instrumento fundamental desse pacto pela mudança será o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social que pretendo instalar já a partir de janeiro, reunindo empresários, trabalhadores e lideranças dos diferentes segmentos da sociedade civil.

Estamos em um momento particularmente propício para isso. Um momento raro da vida de um povo. Um momento em que o Presidente da República tem consigo, ao seu lado, a vontade nacional. O empresariado, os partidos políticos, as Forças Armadas e os trabalhadores estão unidos. Os homens, as mulheres, os mais velhos, os mais jovens, estão irmanados em um mesmo propósito de contribuir para que o país cumpra o seu destino histórico de prosperidade e justiça.



Além do apoio da imensa maioria das organizações e dos movimentos sociais, contamos também com a adesão entusiasmada de milhões de brasileiros e brasileiras que querem participar dessa cruzada pela retomada pelo crescimento contra a fome, o desemprego e a desigualdade social. Trata-se de uma poderosa energia solidária que a nossa campanha despertou e que não podemos e não vamos desperdiçar. Uma energia ético-política extraordinária que nos empenharemos para que encontre canais de expressão em nosso Governo.

Por tudo isso, acredito no pacto social. Com esse mesmo espírito constituí o meu ministério com alguns dos melhores líderes de cada segmento econômico e social brasileiro. Trabalharemos em equipe, sem personalismo, pelo bem do Brasil e vamos adotar um novo estilo de Governo, com absoluta transparência e permanente estímulo à participação popular.

O combate à corrupção e a defesa da ética no trato da coisa pública serão objetivos centrais e permanentes do meu Governo. É preciso enfrentar com determinação e derrotar a verdadeira cultura da impunidade que prevalece em certos setores da vida pública.

Não permitiremos que a corrupção, a sonegação e o desperdício continuem privando a população de recursos que são seus e que tanto poderiam ajudar na sua dura luta pela sobrevivência.

Ser honesto é mais do que apenas não roubar e não deixar roubar. É também aplicar com eficiência e transparência, sem desperdícios, os recursos públicos focados em resultados sociais concretos. Estou convencido de que temos, dessa forma, uma chance única de superar os principais entraves ao desenvolvimento sustentado do país. E acreditem, acreditem mesmo, não pretendo desperdiçar essa oportunidade conquistada com a luta de muitos milhões de brasileiros e brasileiras.



Sob a minha liderança, o Poder Executivo manterá uma relação construtiva e fraterna com os outros Poderes da República, respeitando exemplarmente a sua independência e o exercício de suas altas funções constitucionais.

Eu, que tive a honra de ser parlamentar desta Casa, espero contar com a contribuição do Congresso Nacional no debate criterioso e na viabilização das reformas estruturais que o país demanda de todos nós.

Em meu Governo, o Brasil vai estar no centro de todas as atenções. O Brasil precisa fazer, em todos os domínios, um mergulho para dentro de si mesmo, de forma a criar forças que lhe permitam ampliar o seu horizonte. Fazer esse mergulho não significa fechar as portas e janelas ao mundo. O Brasil pode e deve ter um projeto de desenvolvimento que seja ao mesmo tempo nacional e universalista. Significa, simplesmente, adquirir confiança em nós mesmos, na capacidade de fixar objetivos de curto, médio e longo prazos e de buscar realizá-los. O ponto principal do modelo para o qual queremos caminhar é a ampliação da poupança interna e da nossa capacidade própria de investimento, assim como o Brasil necessita valorizar o seu capital humano investindo em conhecimento e tecnologia.

Sobretudo vamos produzir. A riqueza que conta é aquela gerada por nossas próprias mãos, produzida por nossas máquinas, pela nossa inteligência e pelo nosso suor.

O Brasil é grande. Apesar de todas as crueldades e discriminações, especialmente contra as comunidades indígenas e negras, e de todas as desigualdades e dores que não devemos esquecer jamais, o povo brasileiro realizou uma obra de resistência e construção nacional admirável. Construiu, ao longo dos séculos, uma Nação plural, diversificada, contraditória até, mas que se entende de uma ponta a outra do território. Dos encantados da



Amazônia aos orixás da Bahia; do frevo pernambucano às escolas de samba do Rio de Janeiro; dos tambores do Maranhão ao barroco mineiro; da arquitetura de Brasília à música sertaneja. Estendendo o arco de sua multiplicidade nas culturas de São Paulo, do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e da região Centro-Oeste. Esta é uma Nação que fala a mesma língua, partilha os mesmos valores fundamentais, se sente que é brasileira. Onde a mestiçagem e o sincretismo se impuseram, dando uma contribuição original ao mundo. Onde judeus e árabes conversam sem medo. Onde toda migração é bem-vinda, porque sabemos que, em pouco tempo, pela nossa própria capacidade de assimilação e de bem-querer, cada migrante se transforma em mais um brasileiro.

Esta Nação, que se criou sob o céu tropical, tem que dizer a que veio: internamente, fazendo justiça à luta pela sobrevivência em que seus filhos se acham engajados; externamente, afirmando a sua presença soberana e criativa no mundo.

Nossa política externa refletirá também os anseios de mudança que se expressaram nas ruas. No meu Governo, a ação diplomática do Brasil estará orientada por uma perspectiva humanista e será, antes de tudo, um instrumento do desenvolvimento nacional. Por meio do comércio exterior, da capacitação de tecnologias avançadas, e da busca de investimentos produtivos, o relacionamento externo do Brasil deverá contribuir para a melhoria das condições de vida da mulher e do homem brasileiros, elevando os níveis de renda e gerando empregos dignos.

As negociações comerciais são hoje de importância vital. Em relação à Alca, nos entendimentos entre o Mercosul e a União Européia, na Organização Mundial do Comércio, o Brasil combaterá o protecionismo, lutará pela eliminação e tratará de obter regras mais justas e adequadas à nossa condição de país em desenvolvimento. Buscaremos eliminar os escandalosos



subsídios agrícolas dos países desenvolvidos que prejudicam os nossos produtores, privando-os de suas vantagens comparativas. Com igual empenho, esforçar-nos-emos para remover os injustificáveis obstáculos às exportações de produtos industriais. Essencial em todos esses foros é preservar os espaços de flexibilidade para nossas políticas de desenvolvimento nos campos social e regional, de meio ambiente, agrícola, industrial e tecnológico. Não perderemos de vista que o ser humano é o destinatário último do resultado das negociações. De pouco valerá participarmos de esforço tão amplo e em tantas frentes se daí não decorrerem benefícios diretos para o nosso povo. Estaremos atentos também para que essas negociações, que hoje em dia vão muito além de meras reduções tarifárias e englobam um amplo espectro normativo, não criem restrições inaceitáveis ao direito soberano do povo brasileiro de decidir sobre seu modelo de desenvolvimento.

A grande prioridade da política externa durante o meu Governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social. Para isso é essencial uma ação decidida de revitalização do Mercosul, enfraquecido pelas crises de cada um de seus membros e por visões muitas vezes estreitas e egoístas do significado da integração.

O Mercosul, assim como a integração da América do Sul em seu conjunto, é sobretudo um projeto político. Mas esse projeto repousa em alicerces econômico-comerciais que precisam ser urgentemente reparados e reforçados.

Cuidaremos também das dimensões social, cultural e científico-tecnológica do processo de integração. Estimularemos empreendimentos conjuntos e fomentaremos um vivo intercâmbio intelectual e artístico entre os países sul-americanos. Apoiaremos os arranjos institucionais necessários, para que possa florescer uma verdadeira identidade do Mercosul e da América do



Sul. Vários dos nossos vizinhos vivem, hoje, situações difíceis. Contribuiremos, desde que chamados e na medida de nossas possibilidades, para encontrar soluções pacíficas para tais crises, com base no diálogo, nos preceitos democráticos e nas normas constitucionais de cada país. O mesmo empenho de cooperação concreta e de diálogos substantivos teremos com todos os países da América Latina.

Procuraremos ter com os Estados Unidos da América uma parceria madura, com base no interesse recíproco e no respeito mútuo. Trataremos de fortalecer o entendimento e a cooperação com a União Européia e os seus Estados-membros, bem como com outros importantes países desenvolvidos, a exemplo do Japão. Aprofundaremos as relações com grandes nações em desenvolvimento: a China, a Índia, a Rússia, a África do Sul, entre outras.

Reafirmamos os laços profundos que nos unem a todo o continente africano e a nossa disposição de contribuir ativamente para que ele desenvolva as suas enormes potencialidades.

Visamos não só a explorar os benefícios potenciais de um maior intercâmbio econômico e de uma presença maior do Brasil no mercado internacional, mas também a estimular os incipientes elementos de multipolaridade da vida internacional contemporânea.

A democratização das relações internacionais sem hegemonias de qualquer espécie é tão importante para o futuro da Humanidade quanto a consolidação e o desenvolvimento da democracia no interior de cada estado.

Vamos valorizar as organizações multilaterais, em especial as Nações Unidas, a quem cabe a primazia na preservação da paz e da segurança internacionais.



As resoluções do Conselho de Segurança devem ser fielmente cumpridas. Crises internacionais como a do Oriente Médio devem ser resolvidas por meios pacíficos e pela negociação. Defenderemos um Conselho de Segurança reformado, representativo da realidade contemporânea com países desenvolvidos e em desenvolvimento das várias regiões do mundo entre os seus membros permanentes.

Enfrentaremos os desafios da hora atual, como o terrorismo e o crime organizado, valendo-nos da cooperação internacional e com base nos princípios do multilateralismo e do Direito Internacional.

Apoiaremos os esforços para tornar a ONU e suas agências instrumentos ágeis e eficazes da promoção do desenvolvimento social e econômico, do combate à pobreza, às desigualdades e a todas as formas de discriminação, da defesa dos direitos humanos e da preservação do meio ambiente.

Sim, temos uma mensagem a dar ao mundo: temos de colocar nosso projeto nacional democraticamente em diálogo aberto como as demais nações do planeta, porque nós somos o novo, somos a novidade de uma civilização que se desenhou sem temor, porque se desenhou no corpo, na alma e no coração do povo, muitas vezes, à revelia das elites, das instituições e até mesmo do Estado.

É verdade que a deterioração dos laços sociais no Brasil nas últimas duas décadas, decorrente de políticas econômicas que não favoreceram o crescimento trouxe uma nuvem ameaçadora ao padrão tolerante da cultura nacional. Crimes hediondos, massacres e linchamentos crispam o país e fizeram do cotidiano, sobretudo nas grandes cidades, uma experiência próxima da guerra de todos contra todos.



Por isso, inicio este mandato com a firme decisão de colocar o governo federal em parceria com os estados, a serviço de uma política de segurança pública muito mais vigorosa e eficiente. Uma política que, combinada com ações de saúde, educação, entre outras, seja capaz de prevenir a violência, reprimir a criminalidade e restabelecer a segurança dos cidadãos e cidadãs. Se conseguirmos voltar a andar em paz em nossas ruas e praças, daremos um extraordinário impulso ao projeto nacional de construir, neste rincão da América, um bastião mundial da tolerância, do pluralismo democrático e do convívio respeitoso com as diferenças.

O Brasil pode dar muito a si mesmo e ao mundo. Por isso devemos exigir muito de nós mesmos. Devemos exigir até mais do que pensamos, porque ainda não nos expressamos por inteiro na nossa História, porque ainda não cumprimos a grande missão planetária que nos espera. O Brasil, nesta nova empreitada histórica, social, cultural e econômica, terá de contar, sobretudo, consigo mesmo; terá de pensar com a sua cabeça; andar com as suas próprias pernas; ouvir o que diz o seu coração. E todos vamos ter de aprender a amar com intensidade ainda maior o nosso país, amar a nossa Bandeira, amar a nossa luta, amar o nosso povo.

Cada um de nós, brasileiros, sabe que o que fizemos até hoje não foi pouco, mas sabe também que podemos fazer muito mais. Quando olho a minha própria vida de retirante nordestino, de menino que vendia amendoim e laranja no cais de Santos, que se tornou torneiro mecânico e líder sindical, que um dia fundou o Partido dos Trabalhadores e acreditou no que estava fazendo, que agora assume o posto de Supremo Mandatário da Nação, vejo e sei, com toda a clareza e com toda a convicção, que nós podemos muito mais.

E, para isso, basta acreditar em nós mesmos, em nossa força, em nossa capacidade de criar e em nossa disposição para fazer.



Estamos começando hoje um novo capítulo na História do Brasil, não como Nação submissa, abrindo mão de sua soberania, não como Nação injusta, assistindo passivamente ao sofrimento dos mais pobres, mas como Nação altiva, nobre, afirmando-se corajosamente no mundo como Nação de todos, sem distinção de classe, etnia, sexo e crença.

Este é um país que pode dar, e vai dar, um verdadeiro salto de qualidade. Este é o país do novo milênio, pela sua potência agrícola, pela sua estrutura urbana e industrial, por sua fantástica biodiversidade, por sua riqueza cultural, por seu amor à natureza, pela sua criatividade, por sua competência intelectual e científica, por seu calor humano, pelo seu amor ao novo e à invenção, mas sobretudo pelos dons e poderes do seu povo.

O que nós estamos vivendo hoje, neste momento, meus companheiros e minhas companheiras, meus irmãos e minhas irmãs de todo o Brasil, pode ser resumido em poucas palavras: hoje é o dia do reencontro do Brasil consigo mesmo.

Agradeço a Deus por chegar até aonde cheguei. Sou agora o servidor público número um do meu país.

Peço a Deus sabedoria para governar, discernimento para julgar, serenidade para administrar, coragem para decidir e um coração do tamanho do Brasil para me sentir unido a cada cidadão e cidadã deste país no dia-a-dia dos próximos quatro anos.

Viva o povo brasileiro!